

**EDSON PEREIRA**

**A ESPONSALIDADE DE CRISTO COM A IGREJA  
E SEU REFLEXO NA ESPONSALIDADE DO  
PRESBÍTERO COM A IGREJA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Manoel Augusto Santos dos Santos

Porto Alegre  
2007

## RESUMO

Dentre as diversas figuras com que se pode caracterizar a Igreja, a de esposa de Cristo ocupa um lugar eminente na teologia. Desde o Antigo Testamento, Deus revela-se como o Esposo e firma uma Aliança com Israel fazendo com que eles se tornem o seu povo e Ele será o seu Deus. Na Nova Aliança, Jesus Cristo é o Esposo da Igreja que emerge e se propaga.

A temática da sponsalidade de Cristo com a Igreja é retomada no período patrístico com interpretações feitas a partir da Sagrada Escritura. No Magistério eclesiástico elementos teológicos são expostos antes, durante e depois da realização do Concílio Vaticano II sobre a relação Cristo-Esposo, Igreja-Esposa. A imagem do Presbítero, tal qual definida no Concílio de Trento, renovada e aprofundada no Vaticano II, define mais claramente a identidade presbiteral e sua ação na Igreja.

Analisando-se a realidade sponsal entre Cristo e a Igreja pode-se afirmar que a relação do Presbítero com a Igreja, enquanto age *in persona Christi* torna-se o reflexo da ação sponsal de Cristo com a Igreja.

Palavras-Chaves: Cristo; Igreja; Presbítero; Sponsalidade

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO A SAGRADA ESCRITURA.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 O Deus Esposo no Antigo Testamento.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 A imagem de Deus Esposo no Novo Testamento.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 Coordenadas a partir da fundamentação bíblica.....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO OS ESCRITOS DO PERÍODO PATRÍSTICO.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Nos escritos cristãos mais antigos.....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 Escritos gnósticos e literatura anti-herética do século II.....</b>	<b>50</b>
<b>2.3 Escritores ocidentais do século III.....</b>	<b>51</b>
<b>2.4 Escritores do oriente do século III.....</b>	<b>53</b>
<b>2.5 A literatura patrística do Concílio de Nicéia ao Concílio de Calcedônia sobre a esponsalidade.....</b>	<b>56</b>
<b>2.6 Coordenadas a partir da fundamentação patrística.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO O MAGISTÉRIO .....</b>	<b>60</b>
<b>3.1 A Igreja, esposa de Cristo até o Concílio Vaticano II.....</b>	<b>60</b>
<b>3.2 A Igreja, esposa de Cristo no Concílio Vaticano II e em escritos posteriores.....</b>	<b>69</b>
<b>3.3 Coordenadas a partir da fundamentação magisterial.....</b>	<b>85</b>

**CAPÍTULO IV**

<b>4 O PRESBITERO IDENTIFICADO COM CRISTO-ESPOSO.....</b>	<b>87</b>
<b>4.1 A doutrina dos Papas Pio X a João XXIII.....</b>	<b>90</b>
<b>4.2 O Concílio Vaticano II.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3 O Magistério dos papas pós Concílio Vaticano II.....</b>	<b>99</b>
<b>4.4 Coordenadas sobre o presbítero identificado com         Cristo-Esposo.....</b>	<b>105</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>122</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ACS PIO XI. Encíclica *Ad Catholici Sacerdotii*, DH 3755-3758.
- AG Decreto Ad Gentes. In: *Compêndio do Vaticano II*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- Cat. CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.
- CD Decreto Christus Dominus. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- CL JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Christifideles Laici*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- DH DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *El Magistério de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1999.
- DI CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração *Dominus Iesus*: Sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja.
- DV Constituição Dogmática Dei Verbum. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- EE JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2003. (Coleção Documentos Pontifícios).
- GS Constituição Pastoral Gaudium et Spes. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- LG Constituição Dogmática Lumen Gentium In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- MC PIO XII. Carta Encíclica *Mystici Corporis*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII).
- MD PIO XII. Carta Encíclica *Mediator Dei*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII).
- MDig JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- MN PIO XII. Exortação Apostólica *Menti Nostrae*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII).
- OT Decreto Optatam Totius. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- PC Decreto Perfectae Caritatis. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- PDV JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.
- PG J.P. MIGNE (ed.) *Patrologiae cursus completus. Series Graecae*. 161 v. Paris, 1857-1866.
- PL J.P. MIGNE (ed.) *Patrologiae cursus completus. Series Latina*. 221 v. Paris, 1841-1864.
- PO Decreto Presbyterorum Ordinis. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- SC Constituição Sacrossanctum Concilium. In: *Compêndio do Vaticano II*, op. cit.
- SCa PAULO VI. Carta Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos de Paulo VI).
- SCh Sources Chétiennes, Paris, 1941ss.
- SNP JOÃO XXIII. Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de João XXIII).
- VS CONGREGAÇÃO PARA INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. Instrução *Verbi Sponsa* sobre a vida contemplativa e a clausura das monjas. São Paulo: Paulinas, 1999.

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação une duas motivações que se movem fundamentalmente em duas direções: de um lado, a relação de Cristo com a Igreja como relação esponsal; de outro, a identidade presbiteral como reflexo dessa relação esponsal.<sup>1</sup>

Nos últimos anos a Teologia dirige um olhar mais atento à temática nupcial, em especial no campo da exegese, da antropologia, da cristologia, da eclesiologia e da teologia espiritual. No decurso de tantas reflexões, chama a atenção, de maneira particular, a relação esponsal de Cristo com a Igreja que, baseando-se na Sagrada Escritura, tanto no período patrístico quanto no Magistério da Igreja, foi e continua sendo focalizada.<sup>2</sup>

A pergunta que impulsionou inicialmente o presente trabalho está intimamente ligada à dimensão nupcial da identidade presbiteral como tal, ou seja, dentro da reflexão

---

<sup>1</sup> Origem do termo: Do latim *spondeo, sponsum, spondere*, que significa prometer, engajar-se. Responder e assumir a sua parte no engajamento. Cf. E. HECKLER et alii, *Dicionário morfológico de língua portuguesa*. São Leopoldo: Unisinos, 1984, p. 3921-3923. Nesse trabalho dissertativo serão utilizados o termo esponsal e esponsalidade referindo-se ao amor de Deus como numa aliança matrimonial. “Como em outras culturas, a Bíblia enquadra com cuidado a realidade do casal e elabora sua identidade e alcance simbólico de uma maneira que, ao mesmo tempo em que o subtrai do domínio do sagrado, faz dele uma referência central da revelação e da história da salvação. Com o advento da palavra aliança, ou seja, Javé que faz aliança com o seu povo, a mesma comporta desde o século VIII, na literatura profética, uma nota conjugal. Entre os diversos nomes que servem para designar Javé em sua relação para com Israel, o de Esposo ocupa um lugar eminente.” J. LACOSTE, *Dicionário crítico de Teologia*, São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004, p. 355. Não confundir com esponsais, ou seja, promessa de casamento feita um bom tempo antes das núpcias. “Esponsais, na antiguidade, é a palavra que designava a primeira das duas fases da celebração matrimonial, na forma como ocorria entre os povos e, portanto, também entre judeus e cristãos. A primeira fase (esponsais) consistia em um acordo ou pacto entre duas famílias visando à convivência matrimonial de dois de seus membros. A segunda fase (núpcias) acontecia normalmente depois do intervalo de alguns meses, com uma festa solene, de caráter público e religioso, com a qual tinha início a coabitação.” L. PACOMIO; V. MANCUSO, *Dicionário Teológico Enciclopédico*, São Paulo: Loyola, 2003, p. 255.

<sup>2</sup> Cf. M. DEL PILAR RÍO, *Teología nupcial del Misterio redentor de Cristo*, Roma: Apollinari Studi, 2000, p. 7-8.

teológica, o que poderia acrescentar ao presbítero em sua identidade, em sua relação com a Igreja, agregado-se o mistério esponsalício de Cristo-Esposo, Igreja-Esposa.

O Concílio Ecumênico do Vaticano II afirma que no Antigo Testamento a revelação da Igreja se dá sob figuras. Também no Novo Testamento são usadas imagens<sup>3</sup> que nos dão a conhecer a natureza íntima da Igreja. Assim, temos imagens tomadas da vida pastoril, da agricultura, das edificações, como também da família e do casamento, destacando especialmente algumas dessas figuras: redil, lavoura ou campo, porta, vinha, casa e família de Deus, templo, esposa, mãe, Jerusalém do alto.<sup>4</sup> Nesta dissertação primou-se em apresentar a Igreja como a Esposa<sup>5</sup> e não somente como uma mera imagem, senão como uma realidade essencial que indica algo que é central de seu próprio ser e mistério, merecendo ocupar um lugar de maior destaque na teologia e na vida da Igreja.

O tema da Igreja-Esposa merece ser colocado em evidência devido a três razões fundamentais: a) porque brota da Sagrada Escritura e foi desenvolvido ao longo da tradição cristã; b) porque obriga a considerar a Igreja como uma realidade própria que não surge de uma soma de membros, mas cuja personalidade é um verdadeiro mistério que nos leva ao íntimo de seu ser; c) porque põe em consideração o fim último e central do mistério criador e redentor, ou seja, a união de Deus com os homens.

O presente estudo trata da fundamentação da esponsalidade de Cristo com a Igreja e seu reflexo na esponsalidade do presbítero com a Igreja, a partir de textos escriturísticos, patrísticos e do Magistério eclesiástico.

---

<sup>3</sup> Uma imagem é uma analogia onde há uma semelhança entre uma realidade referida. Uma imagem pode se converter em símbolo quando passa de uma mera comparação lógica e toca um âmbito de sentimentos e afetividade. Reino, povo, corpo, templo e outros são claramente símbolos. Um símbolo pode funcionar também como um modelo, especialmente quando serve para explicar ou explorar dados. Cf. C. O'DONNELL; S. PIÉ-NINOT, *Diccionario de ecclesiologia*, Madrid: San Pablo, 2001, p. 545.

<sup>4</sup> Cf. LG 6.

<sup>5</sup> Como a esposa imaculada, a qual Cristo amou e por ela se entregou, para santificá-la. Uniu-a a si por um indissolúvel vínculo, e sem cessar alimenta-a, tendo-a submissa no amor e fidelidade, cumulando-a, por fim, eternamente, de bens celestes. *Ibidem*.

O primeiro capítulo apresenta os principais elementos bíblicos sobre a sponsalidade entre Deus e o povo. Dividido em duas partes, sendo que na primeira aborda-se a relação esponsal entre Iahweh e o seu povo, no Antigo Testamento, tendo como ponto central a Aliança. A referência dar-se-á no livro Cântico dos Cânticos, no Salmo 44 (45) e também nos escritos proféticos de Oséias, Jeremias e Ezequiel. Na segunda parte, é apresentada a Revelação contida no Novo Testamento, ou seja, na Nova Aliança, que tem como centro Jesus Cristo como o Esposo da Igreja que emerge e se propaga. Para tanto, buscou-se nos Evangelhos Sinóticos, nos escritos joaninos e no Apocalipse e também nos escritos paulinos – especialmente em Ef 5, 22-32 – referências a esse amor esponsalício de Cristo pela sua Igreja.

O segundo capítulo apresenta a sponsalidade no período da patrística. Nesse período encontram-se elementos teológicos acerca da Igreja vista como Virgem, Mãe e Esposa de Cristo. É também esboçada uma relação de complementariedade entre a idéia do Corpo de Cristo e da Igreja como sua Esposa. Santo Inácio de Antioquia, Clemente Romano, Ireneu de Lião, Hegesipo, Tertuliano, Novaciano, Cipriano, Clemente de Alexandria, Orígenes, Metódio de Olimpo, Dídimo de Alexandria, Ambrósio, Agostinho e Leão Magno são os autores citados no escrito em razão da importância que dão em seus escritos ao tema abordado.

O terceiro capítulo busca, na doutrina exposta pelo Magistério da Igreja, elementos teológicos sobre o tema da Igreja enquanto Esposa de Cristo. Apresentar-se-ão escritos de antes, durante e após a realização do Concílio Vaticano II.

O quarto e último capítulo apresenta o presbítero em sua identificação com Cristo e como isso foi relacionado à autocompreensão da Igreja. São consideradas a doutrina dos Papas Pio X a João XXIII, do Concílio Vaticano II e dos Papas e escritos relevantes pós-conciliares. Por fim, serão sistematizadas considerações sobre a relação esponsal Cristo-

Esposo/Igreja-Esposa e o Presbítero-Esposos/Igreja-Esposas, ou seja, analisando-se os fundamentos apresentados nos capítulos anteriores, para afirmar a esponsalidade presbiteral com a Igreja a exemplo da esponsalidade de Cristo com a Igreja.

## CAPÍTULO I

### 1 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO A SAGRADA ESCRITURA

A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana. Ao apresentar notas e características da imagem de Deus, parte de conceitos e aspectos que o homem vive. Deus fala numa linguagem em que se possa fazer entender. Deus revela-se através de conceitos e noções conhecidas. Assim, temos o conceito de Deus-Pai<sup>6</sup>, Deus-Libertador<sup>7</sup>, Deus-Pastor<sup>8</sup>, Deus-Vingador<sup>9</sup>, Deus-Esposo<sup>10</sup>, etc.

---

<sup>6</sup> Deus-Pai: No AT raramente se aplica a Deus o nome de Pai (Dt 32,6s; 2Sm 7,14; Sl 89,27; Eclo 51,10). Jesus fala com frequência de “vosso Pai”, “teu Pai”, “vosso Pai do céu” e chama a Deus pelo nome de “Pai”: quando anuncia o Reino de Deus (Mt 13,43; 20,23; 25,34; Lc 12,32); quando se refere à ação do Espírito (Mt 10,20), ao conhecimento de Cristo (Mt 16,17), à oração (Mt 18,19), à recompensa (Mt 6,1); quando insiste na Providência do Pai (Mt 6,26-32; 10,29; Lc 12,30). Cristo dá a Deus o nome de Pai (Mt 5,16.45.48; 7,21; 11,25; 24,36; Lc 10,22; Mc 13,32). Revela a Deus como seu próprio Pai (Mc 14,36; Mt 7,21; 11,27; 16,27; 26,39; Jo 2,16; Lc 2,49). Para Paulo Deus é o “nosso Deus e Pai” (1Ts 3,13; 2Ts 2,16; 1Cor 1,3; 2Cor 1,2; Gl 1,3; 4,6; Ef 1,2; Cl 1,12s; Rm 8,15). Cf. *BÍBLIA online* v. 2,0. Disponível em [www.bibliacatolica.com.br](http://www.bibliacatolica.com.br). Também em J. BAUER et alii, *Dicionário Bíblico-Teológico*, São Paulo: Loyola, 2000, p. 295-297; J. LACOSTE, *op. cit.*, p. 1314-1319; X. PIKAZA; N. SILANES, *Dicionário Teológico: o Deus Cristão*, São Paulo: Paulus, 1998, p. 646-657; J. MCKENZIE, *Dicionário Bíblico*, 5. ed., São Paulo: Paulus, 1983, p. 677-678; L. PACOMIO; V. MANCUSO, *op. cit.*, p. 555-557.

<sup>7</sup> O direito hebraico incluía o “goel” - redentor, libertador, com uma tríplice função: executar a “vingança” (Nm 35,9-29; Dt 19,1-13; Js 20); resgatar as propriedades familiares (Rt 2,19s; 4,4; Lv 25,8-34); ser “goel” na lei do levirato (Dt 25,5-10; Rt 3,13; 4,1-8). Esta tríplice função do “goel” o Antigo Testamento atribuía a Javé, e o Novo Testamento a Cristo: - “Vinga o sangue dos seus” (Is 47,3; 49,25s; 59,16-20). Também Cristo, o Juiz universal, “vingará os seus discípulos perseguidos” (1Ts 1,6-10; Ap 6,9-11; Lc 18,7). Javé resgatará o patrimônio daquele que, no ano jubilar, não tiver nenhum “goel” (Lv 25,10; Is 61,2; 53,4). Cristo inaugura o ano jubilar, ou ano da graça (Lc 4,21). Deus tomará conta de Jerusalém na sua viuvez (Is 54,1-8; 44,6; 49,20s; 62,4s). Cristo é também o salvador da sua Esposa, a Igreja (Ef 5,23-25). Cf. *BÍBLIA online*, *ibidem*. Também em J. BAUER et alii, *ibidem*, p. 237-240; J. LACOSTE, *ibidem*, p. 1023-1027; M. EICHER, *Dicionário de conceitos fundamentais de Teologia*, São Paulo: Paulus, 1993, p. 464-478.

<sup>8</sup> A figura do pastor era muito familiar na Palestina e no Médio Oriente. Diariamente o pastor sai com suas ovelhas para conduzi-las às pastagens ou, em determinados momentos, às fontes. De tarde, reconduz as ovelhas ao curral. Na literatura universal o pastor tornou-se a figura do guia, político ou religioso, de uma

Na compreensão do Antigo Testamento, pouco a pouco, são feitas considerações da aliança<sup>11</sup> entre Yahweh e Israel com características nupciais. Já no Novo Testamento, distintos testemunhos nos dão a compreensão da Nova Aliança<sup>12</sup> com característica nupcial, na qual Cristo é o Esposo e, aos poucos, aparece a Igreja como a Esposa.<sup>13</sup> Importa apresentar esse percurso do Antigo e do Novo Testamento, com o estudo dos

---

comunidade. Em Israel os reis (cf. Ez 34,2-6 e nota), os sacerdotes e os profetas são chamados pastores. Diante da infidelidade destes pastores, Deus promete ele mesmo tomar conta de seu povo, por meio do pastor fiel, o descendente de Davi (Jr 23,1-6). Jesus apresenta-se como o bom pastor, solícito pelas suas ovelhas a ponto de dar por elas a própria vida (Jo 10,1-18). Após a ressurreição, Jesus constitui Pedro como pastor para tomar conta de seus discípulos em seu lugar (21,17). Cf. *BÍBLIA online*, op. cit. Também em J. BAUER et alii, op. cit., p. 312-313; J. LACOSTE, op. cit., p. 1352-1353; J. McKENZIE, op. cit., p. 696-698.

<sup>9</sup> Na concepção bíblica, o sangue derramado de uma pessoa clama ao céu por vingança (Gn 4,10; 2Mc 8,3; Ez 24,6-8). O vingador do sangue, um parente da vítima, age em nome de Deus para punir o crime (Gn 4,11; 2Sm 4,11; Dt 24,16), aplicando a lei do talião (Ex 21,12-23). Para impedir que o homicida involuntário fosse morto injustamente, a Lei previa cidades de refúgio (Js 20,1-9). Jesus, em vez da vingança, manda suportar as injustiças e amar os inimigos (Mt 5,38-42). O cristão deve vingar o mal com o bem (Rm 12,19-21). A vingança pertence a Deus (Dt 32,35.41; Jr 51,36) e não ao homem (Lv 19,18; Pr 20,22; Eclo 28,1-6; Mt 6,14; Lc 11,4; 1Cor 6,7; Ef 4,26; 1Ts 5,15). Cf. *BÍBLIA on line*, ibidem. Também em J. BAUER et alii, ibidem, p. 1855-1856; J. McKENZIE, ibidem, p. 964-965.

<sup>10</sup> O amor de Deus por Israel é comparado ao do noivo por sua noiva, ou do esposo pela esposa (Os 2,16; Jr 2,2.30-37; 3,1-13; Ez 16,8). Deus tem "ciúmes" por causa de Israel infiel; por isso castiga-o, mas também lhe promete um coração novo (Jr 30,17; 31,2-4.21-22; Ez 16,53-63) e novas bodas após o castigo do exílio (Os 2,16-25; 3,1-5; Lm 1,1-21; Is 49,14-21; 50,1-2; 51,17s; 54,1-10; Ct 1,1s). João Batista chama Jesus de noivo (Jo 3,29; Ef 5,22s), sendo ele o amigo do noivo. Em Cristo, Deus realiza as bodas definitivas com a Igreja, que é a noiva (2Cor 11,2) ou esposa de Cristo (Ap 21,9). Por isso, o Reino é uma festa de casamento (Mt 22,1-14; 25,1-13; Lc 14,16-24; Jo 2,1-11; 3,25-30; Mt 9,14-15; Ef 5,25s; Gl 4,21-23; 2Cor 11,1-3). Cf. *BÍBLIA online*, ibidem.

<sup>11</sup> "A aliança é na Bíblia e na teologia cristã um conceito central que designa a relação entre Deus e seu povo por analogia com as relações privilegiadas que os homens estabelecem entre si por contrato. A idéia de aliança remete a palavra hebraica *berît*, como também ao grego *diatheké* que traduz nos LXX a expressão hebraica citada." J. LACOSTE, ibidem, p. 86. O sentido de aliança, empregado nesse escrito, é a relação entre Deus e Israel entendida na Bíblia mediante o recurso ao conceito da aliança expresso no conjunto da história da salvação que os livros do Antigo e do Novo Testamento testemunham. No Antigo Testamento a aliança surge claramente com o fundamento da vida social, moral e religiosa do povo de Israel. Os profetas fazem indiretamente referência a ela para exprimir a singularidade dos vínculos que unem estreitamente Deus ao seu povo e com a imagem da nova aliança alimentam a esperança e a expectativa de um futuro de bem, de paz e de familiaridade profunda entre Iahweh e Israel. O Antigo Testamento insiste na gratuidade da aliança, em seus efeitos salvíficos e na necessidade da adesão livre do homem a ela. Do encontro entre a liberdade de Deus e a de Israel (homem), brota a salvação. No Novo Testamento a aliança assume um caráter de novidade, de plenitude e de definitividade, graças ao dom do Filho e do Espírito, feito pelo Pai a humanidade. O sangue de Cristo é estipulado o novo e eterno pacto, que liga os homens a Deus, fazendo deles um novo povo, chamado a viver a comunhão com seu Senhor. Na Bíblia, estreitamente relacionado com o conceito de aliança, está o da criação, pois ambas tem a mesma raiz: o amor. Deus cria tudo em vista da aliança; é graças a ela que a criação alcança sua plenitude. Ela é a nova criação. A estreita conexão entre criação e aliança faz surgir, de forma mais evidente, Jesus Cristo como centro, princípio, modelo e fim para o qual tudo tende. Cf. L. PACOMIO; V. MANCUSO. Op. cit., p. 13. Sobre a aliança ver também J. BAUER et. alli, ibidem, p. 4-8; J. McKENZIE, ibidem, p. 24-27.

<sup>12</sup> O Novo Testamento considera que a promessa de uma Nova Aliança já encontrou seu cumprimento em Cristo. A tradição da última ceia constitui o coração da teologia da Nova Aliança. São Paulo e também a carta aos Hebreus vão desenvolver esse tema Cf. J. LACOSTE, ibidem, p. 88.

<sup>13</sup> Cf. A. MONTERO, "La Iglesia Esposa", in: *Ecclesia Tertii Millennii Advenientis*, Roma: Edizione Piemme, 1997, p. 477.

principais textos considerados importantes para uma fundamentação da união esposal entre Deus e a Igreja.

### 1.1 O Deus Esposo no Antigo Testamento

No percurso do Antigo Testamento, interessa-nos o conceito de Deus-esposo que, embora não muito freqüente na Sagrada Escritura, tem muita importância porque ajuda Israel no conhecimento do ser e do agir de Deus.<sup>14</sup>

Deus criou tudo por amor. Fez o homem à sua imagem e semelhança. Em Adão, todos nós somos a esposa do Esposo. Deus preparou a esposa desde o início da criação. Satanás separou a criatura do Criador, a esposa do Esposo: o pecado rompe a harmonia, a unidade do amor.<sup>15</sup>

O pacto de Deus com Abraão tem valor nupcial: é um pacto perpétuo. A aliança com Abraão é como um contrato matrimonial. Tanto é verdade que Deus demonstra-se zeloso, e o culto aos ídolos é considerado traição e adultério.<sup>16</sup> “Israel é amado qual esposa pelo seu Deus, independentemente de qualquer infidelidade sua.”<sup>17</sup>

A preparação da Esposa de Deus acontece já em Israel quando se dá o pacto entre Deus e o seu povo, ou seja, ao firmar-se a aliança.

No Antigo Testamento Deus se revela ao povo eleito em Abraão como o seu Esposo, para mostrar a esse povo a profundidade do seu amor. A Aliança de Deus com Israel, o povo eleito, foi a preparação para o mistério da Igreja. Deus, qual um esposo, escolhe a Sua Esposa para fazer Aliança com ela, viver junto dela, amá-la. Toda a Bíblia é uma história desse amor, dessa aliança de Deus com seu povo. Daí ser ela formada de duas Alianças: Antiga e Nova; a primeira,

<sup>14</sup> Javé revela-se como aquele que faz aliança com seu povo. Entre os diversos nomes que servem para designar Javé em sua relação para com Israel, o de Esposo ocupa um lugar eminente. Cf. J. LACOSTE, op. cit., p. 355.

<sup>15</sup> Cf. A. BENI, Arialdo, *La nostra Chiesa*, 5. ed. riv., Roma: Libreria Editrice Fiorentina, 1987, p. 115.

<sup>16</sup> Cf. ibidem, p. 116.

<sup>17</sup> M. MAGNOLFI et alii, “A revelação do mistério da Igreja Esposa”, in: *A Igreja no seu Ministério/I*, São Paulo: Editora Cidade Nova, 1984, p. 129.

provisória e passageira; a segunda, eterna e definitiva. Esta é a palavra-chave da Bíblia: Aliança.<sup>18</sup>

A Aliança firmada entre Deus e Israel determina uma relação marcada por mútua confiança e fidelidade, embora se saiba que o povo foi muitas vezes infiel. Mesmo assim, Deus jamais negava seu amor<sup>19</sup> e resgatava seus escolhidos. “À medida em que se aprofunda no povo de Israel o caráter específico e último da Aliança eterna, concluída entre Deus e seu povo, o caráter nupcial desta Aliança se firma cada vez mais”.<sup>20</sup>

Israel experimenta um Deus próximo de si. Um Deus que o escolheu e se revelou, prometendo a sua presença operante em meio aos israelitas. Pode-se perceber isso tanto no tempo dos patriarcas como na aliança do Sinai. “Deus promete estabelecer a sua morada entre os israelitas, caminhar com eles e ser o seu Deus”.<sup>21</sup> Deus demonstra todo o seu amor e o povo eleito apóia a sua relação com Deus nesse conhecimento.

Com o decorrer do tempo e com o multiplicar-se das infidelidades do povo, surgem os profetas para reafirmar que o núcleo central das relações entre Deus e o seu povo está na aliança fundada no amor.<sup>22</sup>

Israel é anunciado pelos profetas como esposa de Deus. Eles aplicam essa imagem tão expressiva a Israel do passado, do seu tempo e do futuro. Essa imagem situa a relação de Deus com o seu povo na categoria de verdadeiros esposos.<sup>23</sup> Nas suas profecias, a

---

<sup>18</sup> F. AQUINO, *A Minha Igreja*, São Paulo: Editora Cléofas, 2002, p. 25.

<sup>19</sup> A realização da Aliança do Sinai e as renovações subseqüentes são feitas à maneira de um contrato: Deus dispõe-se a proteger, salvar, libertar Israel de seus inimigos e, Israel, por sua vez, deve observar a Lei de Deus, condensada nos dez mandamentos. Deus chama Israel dentre os outros povos para ser o seu povo e conclui com ele uma aliança eterna (cf. Lv 26, 11-12; Ex 29, 44-45). “O conjunto narrativo da escola sacerdotal transforma a idéia de aliança: do lado de Deus, o compromisso não será jamais desfeito. Ele é eterno. Não se remete mais a aliança de Deus com Israel à sua manifestação no Sinai, e sim à aliança concluída com Abraão (Gn 17).” J. LACOSTE, op. cit., p. 88.

<sup>20</sup> J. CADILHAC, *Por que amar a Igreja*, São Paulo: Editora Santuário, 1998, p. 24.

<sup>21</sup> M. MAGNOLFI et alii, op. cit., p. 128.

<sup>22</sup> Nos livros proféticos dá-se o remanejamento deuteronomista, ou seja, estabelece-se, enfim, uma aliança nova, eterna, em que Deus – pelo correlativo do Espírito-, vai renovar o coração humano de tal maneira que ninguém jamais romperá o compromisso assumido (Cf. Jr 30, 13; 31, 27-34; Ez 11, 17-20; 16, 59-63; 36, 22-32; 37, 21-28; Sl 51, 12ss). Cf. J. LACOSTE, ibidem, p. 88.

<sup>23</sup> Cf. A. ANTÓN, *La Iglesia de Cristo*, Madrid: BAC; EDICA S.A., 1977, p 264.

presença de Deus em meio ao povo, além de ser uma relação vital, dialógica e pessoal, é também expressa através de imagens do amor esponsal.<sup>24</sup>

Também se pode afirmar que os profetas apresentam a aliança de Deus com Israel, na antiga Aliança, como preparação para a união esponsal de Cristo com a Igreja, o novo Povo de Deus, o novo Israel, adquirido por Cristo com o sacrifício da Cruz.<sup>25</sup> Importa refletir sobre algumas passagens do Antigo Testamento que revelam esta relação, em especial os livros proféticos<sup>26</sup>. Fez-se a opção de três passagens bíblicas (Os 2, 4-25; Jr 2-4; Ez 16), consideradas mais significativas, além do livro Cântico dos Cânticos e do Salmo 44 (45).

### 1.1.1 Cântico dos Cânticos

Na tradição hebraica, o livro Cântico dos Cânticos<sup>27</sup> é atribuído a Salomão por constar o seu nome no escrito (cf. 3, 7ss e 8, 11ss) e a tradição cristã agregou-o aos livros chamados “sapienciais”<sup>28</sup>. Muitos autores cristãos aproveitaram esse escrito para fazer analogias da relação de Deus como o Esposo de Israel e, conseqüentemente, Israel como a esposa de Deus. Mais tarde, isso foi transferido para a relação de Cristo com a Igreja, ou seja, Cristo o Esposo divino da Esposa Igreja.

<sup>24</sup> Cf. M. MAGNOLFI et alii, op. cit., p. 128.

<sup>25</sup> Cf. F. AQUINO, op. cit., p. 26.

<sup>26</sup> Nestes livros encontram-se três espécies de elementos: 1. “Ditos proféticos” que são oráculos nos quais, as vezes é o próprio Deus quem fala e, em outras, é o profeta quem fala em nome de Deus; 2. Relatos na primeira pessoa em que o profeta narra a sua experiência; 3. Relatos na terceira pessoa, que descrevem acontecimentos da vida do profeta ou circunstâncias do seu ministério. Assim sendo, temos os profetas anteriores ao exílio: Amós, Oséias, Isaías, Miquéias, Naum, Sofonias, Habacuc, Jeremias; Os profetas do exílio: Ezequiel e o Deutero-Isaías; Os profetas do pós-exílio: Terceiro Isaías, Ageu, Malaquias, Jonas, Joel, Abdias, Zacarias. Cf. BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, Nova ed., rev. São Paulo: Paulus, 1995, p. 1337.

<sup>27</sup> O Cântico dos Cânticos, isto é, o Cântico por excelência, o mais belo cântico, celebra numa série de poemas o amor mútuo de um amado e de uma amada, que se unem e se perdem, se buscam e se encontram. O amado é chamado de rei (1, 4.12) e Salomão (3, 7.9). Na Bíblia hebraica é classificado entre os escritos que formam a terceira e mais recente parte do cânon judaico. Depois do século VIII de nossa era, quando o Cântico foi utilizado na liturgia pascal, ele tornou-se um dos cinco *megillôt* (*sic!*), ou rolos que se liam nas grandes festas. Este livro, que não fala de Deus e que emprega a linguagem de um amor apaixonado, tem

A interpretação alegórica é muito mais antiga. Tornou-se comum entre os judeus a partir do século II da nossa era: o amor de Deus por Israel e o do povo por seu Deus são representados como o relacionamento entre dois esposos; seria o mesmo tema do matrimônio que os profetas desenvolveram desde Oséias. Os autores cristãos, sobretudo por influência de Orígenes e apesar da oposição individual de Teodoro de Mopsuéstia, seguiram a mesma linha que a exegese judaica, mas nos seus escritos a alegoria se transformou na das núpcias de Cristo com a Igreja ou da união mística da alma com Deus. Muitos comentadores católicos modernos permanecem fiéis a essa interpretação alegórica, sob várias formas. Eles se limitam ao tema geral de Iahweh esposo de Israel, ou então procuram encontrar no desenrolar do Cântico a história das conversões de Israel, de suas desilusões e esperanças.<sup>29</sup>

A interpretação mais antiga na tradição judaica<sup>30</sup> e cristã dá ao livro do Cântico dos Cânticos um significado de ordem religiosa, ou seja, descreve o amor entre Deus e o seu povo nos termos do amor humano. Este é um tema que terá prolongamento entre profetas (cf. Os 1-3; Is 62, 5; Jr 3, 1-10; Ez 16; 23). Em sentido literal o livro parece ser uma celebração do amor e da fidelidade entre um homem e uma mulher. Considerando que o amor humano em si mesmo já é um eco do amor divino, o livro encontra-se essencialmente orientado para isso. O Cântico dos Cânticos tem sido considerado favorito

---

causado estranheza. No século I da nossa era, em meios judaicos, surgiram dúvidas sobre sua canonicidade e foram resolvidas, apelando-se para a tradição. Foi baseando-se nela que a Igreja cristã sempre o considerou como Escritura sagrada. Cf. BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1182. Segundo Anne-Marie Pelletier, há duas propostas de estrutura do Cântico dos Cânticos: 1) Uma divisão clássica defendida por A. Robert e assumida pela Bíblia de Jerusalém. Consiste em distinguir cinco poemas. Cada um deles se identifica pela presença conjunta de descrições inflamadas do amado e da amada, e do tema da posse mútua; 2) R. J. Tournay, em 1982, no seu livro *Quand Dieu parle aux hommes la langage de l'amour*, propõe outra divisão, desta vez em dez cantos, a qual completa e aperfeiçoa a de A. Robert, servindo de base a diversos estudos recentes. Cf. A. PELLETIER, *O Cântico dos Cânticos*, São Paulo: Paulus, 1995, p. 15. Para Stadelmann, esses elementos lingüísticos são característicos da língua hebraica do pós-exílio. Para fixar com mais precisão a época da composição do livro, situamos seus temas no contexto histórico, relacionando-os com a temática tratada em outros livros. Ora, em dois livros proféticos (Ageu e Zacarias) que datam de 520 a.C., há vaticínios sobre a importante função que Zorobabel, descendente davídico, irá desempenhar como representante de Deus, na organização da cidade de Judá (Ag 2, 20-23; Zc 6, 12-14). Com isso, e também com outros dados copilados, chega-se à conclusão de que o escrito seja pertencente ao período em torno de 500 a.C. Cf. L. STADELMANN, *Cântico dos Cânticos*, São Paulo: Loyola, 1993, p. 17.

<sup>28</sup> Esses livros da Bíblia são uma reflexão sobre a experiência humano-religiosa à luz de Deus, com vista a tirar conselhos práticos para a vida. A reflexão de sábios introduz fortes problemas: vida, morte, dor, conduta, felicidade. Cf. MISSAL Romano, *Cotidiano da Assembléia Cristã*, São Paulo: Paulus, 1985, p. 24.

<sup>29</sup> Cf. BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém, *ibidem*, p. 1182-1183.

<sup>30</sup> A interpretação tradicional judaica vê no Cântico, de modo geral, uma alegoria do amor de Deus por Israel. Para o *Targum*, o poema descreve por símbolos uma síntese da história de Israel, desde Moisés até a época do *Talmud*, evocando sucessivamente a libertação do jugo do Egito, a dádiva da Lei, a construção e dedicação do Templo, o exílio e o retorno, assim como o reino dos Asmoneus e a expectativa do Rei-Messias. A tradição do *Midrax*e procede da mesma maneira. Cf. A. PELLETIER, *ibidem*, p. 52.

pelos místicos cristãos, como Bernardo de Claraval e João da Cruz, entre outros, que conseguem expor suas profundas visões do amor humano e divino.<sup>31</sup>

A profissão de fé dos cristãos, que proclama Jesus como sendo o cumprimento da esperança de Israel, dá uma nova chave de interpretação do livro do Cântico dos Cânticos. Além disso, o texto sagrado, interpretado à luz do que a tradição nos diz, procura revelar o mistério da encarnação, a identidade da Igreja e dar uma maior importância ao batismo.<sup>32</sup>

Assim escreve Pelletier:

A Igreja vai, doravante, interpretar este texto como uma palavra que lhe diz respeito. O amado identifica-se com o Cristo, enquanto a amada é a figura da Igreja, compreendida, quer na sua existência coletiva, quer no seu modo de ser individual. Por toda a era patrística, da Idade Média e até mais além, o texto será lido e relido nesta perspectiva, produzindo uma impressionante safra de comentários... Quem se aprofunda nesta tradição descobre que o Cântico não é, de modo algum, mais um texto difícil, obscuro ou incômodo; muito ao contrário, vai vê-lo como algo indispensável, a via régia para revelar o mistério da encarnação, a identidade da Igreja, e ensinar o que é a via batismal.<sup>33</sup>

“A voz do meu amado! Vejam: vem correndo pelos montes, saltitando nas colinas! Como um gamo é meu amado... um filhote de gazela” (Ct 2, 8-9). Segundo Pelletier, a Páscoa, passagem de Deus pelo meio do povo é parafraseada nesses dois versículos. O amado representa ora o próprio Deus, ora Moisés e, outras vezes, o Messias de quem o amado é figura, visto que a festa da Páscoa recebe interpretação escatológica e

---

<sup>31</sup> Cf. R. BROWN et alii, *Comentario Bíblico San Jerónimo*, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1971, Tomo II, p. 437-438.

<sup>32</sup> A Igreja é convidada a se reconhecer na amada do Cântico dos Cânticos porque é a própria vida cristã que se atinge como realidade nupcial. A catequese instrui o catecúmeno sobre a história sagrada, comentando o Cântico; ensina-lhe, igualmente, a se assumir como esposa de Cristo a quem se dirigem as palavras do amado; mostra-lhe como guardar as disposições do coração de esposa para poder, por sua vez, pronunciar as palavras da amada. Eis as razões das catequese batismais fazerem alusões ao Cântico quando instruíam os catecúmenos sobre o sentido dos sacramentos de iniciação que iriam receber. Essa presença é tão marcante que, quando o catecúmeno adentrava o batistério, recordava as palavras da amada do Cântico: Leva-me, ó rei, aos teus aposentos... (Ct 1, 4). Cf. A. PELLETIER, op. cit., p. 59

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 54

messiânica.<sup>34</sup>

Para Stadelmann, os versículos citados acima narram, em monólogo, a repentina aproximação do amado, feliz por chegar à sua pátria. A palavra “voz” tem o sentido de escuta. A analogia entre o amado e a gazela retrata a maneira discreta da presença do amado, de modo a despertar nos habitantes a expectativa por sua presença efetiva e estável no país.<sup>35</sup>

“Meu amado é meu e eu sou dele, do pastor das açucenas! Antes que a brisa sobre e as sombras se debandem, volta! Sê como um gamo, amado meu, um filhote de gazela pelas montanhas de Beter” (Ct 2, 16-17). Esse v. 16 expressa a união entre os amantes, as delícias que o amado encontra na pessoa da amada; o v. 17 prossegue com a mesma idéia, onde as montanhas de *Beter* são o símbolo da amada.<sup>36</sup>

Stadelmann comenta que nesses versículos tem-se por tema a aliança entre o rei, designado pelo título de pastor, e a figura representativa dos judeus autóctones, comparados com os lírios que se destacam na paisagem. Do ponto de vista jurídico, a aliança<sup>37</sup> é a forma mais íntima de cooperação entre o rei e o povo. A declaração formal de aliança exprime a adesão da população à casa real e confirma seu apoio ao projeto de restauração da monarquia davídica.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Cf. A. PELLETIER, op. cit., p. 52-53. O *Shir hashirim Rabbah* (provavelmente em torno do século VIII d.C.) reúne as tradições relacionadas com o Cântico e confirma esta linha de interpretação alegórica. Cf. *Ibidem*.

<sup>35</sup> Cf. L. STADELMANN, op. cit., p. 77-78.

<sup>36</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo II, op. cit., p. 441.

<sup>37</sup> Nos textos do Antigo Testamento, menciona-se a formalização dessa aliança por ocasião da investidura do rei. Como a cerimônia se realizava no contexto religioso, essa aliança tinha conotação religiosa e, ao mesmo tempo, dimensão política, na forma de um pacto. A aliança era um dos princípios constitutivos da monarquia, e se impôs como regime político em Israel e Judá durante o período de sua autonomia como estados independentes. Com a anexação do reino de Israel ao império assírio, em 722 a.C., e do reino de Judá ao império babilônico, em 587 a.C., foi supressa a monarquia, indo a família real para o exílio. A esperança de restauração da realeza se reavivou entre os habitantes de Judá, ao retornarem à pátria os descendentes da dinastia davídica como governadores, investidos no cargo pelas autoridades persas. Tal esperança é expressa, em linguagem poética, na forma de apelo ao amado, para que retorne ao país, o mais depressa possível, na função de pastor, isto é, revestido de autoridade real. Cf. L. STADELMANN, *ibidem*, p. 87.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

“Eu sou do meu amado, seu desejo o traz a mim” (Ct 7, 11). O tema da aliança novamente é retomado. Stadelmann comenta:

Este dístico trata do tema da aliança entre o rei e a nação judaica, representada pela *Sulamita*. A identidade do rei, designado pelo título de amado, e a da *Sulamita*, é tão conhecida nesta altura do poema, de modo que a formulação genérica da relação recíproca entre os dois personagens adquire uma especificidade própria no contexto das aspirações da população de Judá pela restauração da monarquia. Com a declaração de pertencer ao rei, a população, representada pela *Sulamita*, aceita o pacto de submissão ao sucessor davídico. E o representante da casa real de Davi manifesta a intenção de vincular o destino da realeza ao futuro da nação e de assumir o compromisso de colaborar na proteção e obtenção dos mútuos interesses nas circunstâncias e nos modos previstos pela aliança.<sup>39</sup>

Nesse versículo há também uma alusão ao desejo sexual de Gn 3, 16,<sup>40</sup> isto é, a atração da mulher pelo seu marido.<sup>41</sup> Já em Reis, a intenção do amado é de associar-se à *Sulamita* (Cf. 1Rs 1, 1-4) explicitando seu desejo de estabelecer essa associação, em cuja união ela encontra sua plenitude e seu *status* social.<sup>42</sup>

Enfim, o Cântico dos Cânticos serve para exprimir, em sua expressão mais avançada e mais acabada, a realidade da aliança designada pelos profetas.<sup>43</sup>

### 1.1.2 Salmo 45 (44)

Dentro da literatura sapiencial do Antigo Testamento, pode-se citar o salmo 45 (44) como um poema que canta a união esponsal de Deus com o seu povo. Diz:

Do mestre de canto. Sobre a ária Os lírios... Dos filhos de Coré. Poema. Canto do amor. Meu coração transborda num belo poema, eu dedico a minha obra a um rei, minha língua é a pena de um escriba habilidoso. És o mais belo dos filhos dos homens, a graça escorre dos teus lábios, porque Deus te abençoa para sempre. Cinge a tua espada sobre a coxa, ó valente, com majestade e esplendor; vai, cavalga pela causa da verdade, da pobreza e da justiça. Tendes a corda do arco, tornando terrível a tua direita! Tuas flechas são agudas, os povos

<sup>39</sup> Cf. STADELMANN, op.cit., p. 176.

<sup>40</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo II, op. cit., p. 445.

<sup>41</sup> BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1196.

<sup>42</sup> Cf. L. STADELMANN, ibidem, p. 176.

<sup>43</sup> Cf. J. LACOSTE, op. cit., p. 355.

submetem-se a ti, os inimigos do rei perdem a coragem. Teu trono é de Deus, para sempre e eternamente! O cetro do teu reino é cetro de retidão! Amas a justiça e odeias a impiedade. Eis por que Deus, o teu Deus te ungiu com óleo da alegria, como a nenhum dos teus rivais; mirra e aloés perfumam tuas vestes. Nos palácios de marfim, o som das cordas te alegra. Entre as tuas amadas estão as filhas do rei; à tua direita uma dama, ornada com ouro de Ofir. Ouve, ó filha, vê e inclina teu ouvido: esquece o teu povo e a casa do teu pai, que o rei se apaixone por tua beleza: prostra-te à sua frente, pois ele é o teu senhor! A filha de Tiro alegrará teu rosto com seus presentes, e os povos mais ricos com muitas jóias cravejadas de ouro. Vestida com brocados, a filha do rei é levada para dentro, até o rei, com séqüito de virgens. Introduzem as companheiras a ela destinadas, e com júbilo e alegria elas entram no palácio. Em lugar de teus pais virão teus filhos, e os farás príncipes sobre a terra toda. Vou comemorar teu nome de geração em geração, e os povos te louvarão para sempre e eternamente.

O salmo 45 (44) é composto por ocasião das bodas de um rei israelita com uma princesa estrangeira (vv. 11-13).<sup>44</sup> A Bíblia de Jerusalém, referindo-se ao epitalâmio real<sup>45</sup>, em nota de rodapé relata:

Conforme alguns, este Sl poderia ter sido um canto profano para as núpcias de um rei israelita, Salomão, Jeroboão II ou Acab (que desposou uma princesa de Tiro, 1Rs 16, 31). Mas a tradição judaica e a cristã o interpretam com referência às núpcias do Rei-Messias com Israel (figura da Igreja; cf. Ct 3, 11; Is 62, 5; Ez 16, 8-13, etc.)... O poeta dirige-se primeiramente ao Rei-Messias (vv. 3-10), aplicando-lhe os atributos de Iahweh (Sl 145, 4-7.12-13, etc.) e do Emanuel (Is 9, 5-6), depois à rainha (vv. 11-17).<sup>46</sup>

Artur Weiser diz ser o salmo 45 (44) o único exemplo de lirismo profano no saltério e acrescenta:

É um cântico em homenagem a um jovem rei e sua esposa, uma princesa de Tiro (v. 13). Foi composto e apresentado por um cantor da corte para o casamento do soberano. Presumivelmente foi dedicado a um rei do Reino do Norte, conforme também sugerem certas particularidades lingüísticas. Não é possível determinar quem foi esse rei. Entre os nomes propostos pelos comentaristas incluem-se Acab, Jeú, Jeroboão II, também Salomão e Jorão de Judá e até Aristóbulo I ou um dos Ptolomeus. Nascido da alegre animação da festa e visando engrandecer o brilho da solenidade, este cântico artístico traz a inegável marca do exagerado estilo da corte, como a dos pomposos cânticos em que os reis do antigo Oriente mandavam eternizar a sua fama pelas mãos dos artistas (cf. v. 18). Por isso é recomendável interpretar o poema, que reúne, por assim dizer, num único ramalhete multicolor diferentes aspectos e pensamentos da festa, como uma

<sup>44</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo II, op. cit., p. 632.

<sup>45</sup> Epitalâmio real significa um canto dedicado a um rei no dia de suas bodas. Cf. L. SCHÖKEL; C. CARNITI, *Salmos I: Salmos 1-72*, São Paulo: Paulus, 1996, p. 621.

<sup>46</sup> BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 996.

espécie de descrição do desenrolar das solenidades e menos ainda pretender determinar a partir do próprio poema o lugar e o momento de sua apresentação no contexto da festa.<sup>47</sup>

A primeira parte do cântico (vv. 3-10) é dedicada ao louvor do rei que, na beleza de sua figura e na afabilidade de seu caráter, identifica-se a bênção de Deus que para sempre deverá repousar sobre seu soberano. Ao lado da imagem do rei como herói de guerra coloca-se a do soberano da paz. Nesse contexto, o rei é denominado Deus<sup>48</sup>. E Weiser prossegue:

Com a designação “divino”, o Antigo Testamento não quer significar tanto a qualidade especial, mas sobretudo a função do rei como soberano e justo. Nesse sentido, pela unção real ele se torna o representante de Deus entre o seu povo. Nisso se baseia também a eternidade do seu domínio, simbolizado pelo trono e pelo cetro.<sup>49</sup>

As qualidades do rei (vv. 3-6) recordam o caráter sagrado do monarca israelita e, ao referir-se a Deus (*Elohím*) no v. 7, isso deve-se entender como que aplicado ao rei. Esse é chamado assim não como divindade no sentido metafísico, senão que alude a um âmbito superior a de um simples mortal. O rei, com unção recebida e sua relação com Iahweh, passa a ser considerado uma pessoa sagrada, como que “divina”.<sup>50</sup>

“Ouve, ó filha, vê e inclina teu ouvido: esquece o teu povo e a casa do teu pai...” (v. 11). Nesse versículo o autor sagrado pede o abandono do passado para viver um novo presente, projetando um futuro promissor. Como seu antepassado Abraão, Israel deve

<sup>47</sup> A. WEISER, *Os Salmos*, São Paulo: Paulus, 1994, p. 267.

<sup>48</sup> Tomando como referência os Sl 2, 7; 110, 2s; 2Sm 7, 13s, é lícito supor aqui a influência do estilo das cortes do antigo Oriente. Entretanto, em nenhuma passagem do Antigo Testamento se pode provar a divinização do rei, como acontecia entre os egípcios e os babilônicos. É sempre preservada a intransponível distância entre Iahweh e o rei, entre Deus e o homem, e também no v. 8 (Iahweh, o teu Deus) isso aparece expressamente. Cf. *ibidem*, p. 268.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo II, op. cit., p. 632.

romper toda a ligação com o mundo pagão que o cerca, e receberá filhos (v. 17) em troca dos pais que foram deixados.<sup>51</sup>

Esquecer o seu povo e a casa paterna tem por objetivo pertencer ao único Esposo e Senhor, abandonando aos ídolos. Weiser diz:

A ela se dirige a paternal exortação do experimentado poeta para que esqueça o seu povo e a casa paterna para doravante pertencer totalmente ao seu esposo e senhor, ao qual, na qualidade de rei, também ela deve prestar homenagem. Novamente o dever (cf. Rt 1, 16) é colocado acima dos sentimentos e desejos pessoais que possam despertar a saudade. É admoestação grave, cuja justificação só entendemos plenamente quando pensamos no desastroso papel que tiveram, por exemplo, as mulheres estrangeiras de Salomão ou Jezabel, a filha do rei de Tiro, induzindo o povo a adotar costumes estrangeiros, até no campo da vida religiosa.<sup>52</sup>

Sobre o comportamento da noiva frente ao seu parceiro o v. 12 diz: “... prostra-te à sua frente, pois ele é o teu senhor!” Kidner diz:

A submissão da noiva ao seu parceiro, tanto qual marido como na sua qualidade de rei (11b; cf. o emprego que Sara faz da palavra senhor, Gn 18, 12), vai junto com a dignidade derivada dele. Os amigos e súditos dele agora são dela; ela ganha, ao invés de perder, pela homenagem prestada por ela.<sup>53</sup>

Weiser diz que o salmista inclui a promessa da bênção dos filhos, costumeiramente dirigida à noiva, numa fórmula de bênção ao rei, unindo ambos na tarefa e no sentido comum do enlace matrimonial.<sup>54</sup> E prossegue:

Conseqüentemente, a rainha sentir-se-á ligada à sua nova pátria nos seus filhos pelos fortes laços do seu próprio sangue, e o rei, e com ele todo o país, poderá sentir-se orgulhoso com este fortalecimento, e seguro do seu domínio. Esta maneira de tratar o assunto demonstra tanto a delicadeza de sentimento como a admirável habilidade do poeta em entretecer, com palavras escolhidas, sentimentos pessoais e interesses e necessidades objetivos. O poeta parece

<sup>51</sup> BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 997.

<sup>52</sup> A. WEISER, op. cit., p. 268-269.

<sup>53</sup> D. KIDNER, *Introdução e comentário aos livros I e II dos Salmos*, São Paulo: Vida Nova; Mundo Cristão, 1980, p. 193.

<sup>54</sup> Cf. A. WEISER, *Ibidem*, p. 269.

consciente da sua importância, quando considera sua função de proclamar e eternizar a fama (nome) do rei, o que realmente cumpriu com o seu cântico.<sup>55</sup>

Seguindo no mesmo raciocínio, o autor vê a relação entre Cristo e a Igreja refletida na relação entre o esposo e a esposa do salmo, baseado numa interpretação messiânica. Assim comenta:

Evidentemente, isso não teria ocorrido se o salmo, já em época antiga, não tivesse sido reinterpretado e aplicado ao Messias e, neste sentido, não tivesse sido incluído na coleção dos salmos. Também o Novo Testamento, baseado na interpretação messiânica do judaísmo tardio, aplicou as afirmações do salmo a Cristo (Hb 1, 8), enquanto a Igreja antiga viu a relação entre Cristo e a Igreja, refletida na relação entre esposo e esposa do salmo. Mesmo assim, tal interpretação alegórica não teria sido possível sem este profundo senso de seriedade moral e responsabilidade religiosa, que já transparece no próprio salmo, sob a forma do estilo de corte, e eleva a realidade terreno-profana às regiões superiores do mundo religioso.<sup>56</sup>

O salmo é messiânico, e entra tão claramente na categoria de poesia literalmente nupcial como o Cântico dos Cânticos atribuído a Salomão. Ao mesmo tempo, para o olhar cristão, fala indubitavelmente do Messias. Efésios 5, 32-33 vai colocar tudo isso e dirimirá muitas dúvidas.<sup>57</sup>

Simplificando, Schökel afirma poder condensar em três opiniões o pensamento dos autores modernos, a respeito da interpretação messiânica do salmo 45 (44): sem nenhum sentido, em sentido espiritual e em sentido literal. Assim escreve:

Simplificando, reduzirei a três as opiniões sobre o possível sentido messiânico do salmo: em nenhum sentido (Butenweiser), em sentido espiritual (tipológico, alegórico), em sentido literal. Para ilustrar a terceira opinião, resumirei as razões de Philips (1846). O salmo não se pode aplicar a Salomão porque não foi batalhador, seus filhos não foram príncipes por toda a terra, o rei é chamado Deus e não alcançou o renome prometido no final. Muito menos se pode aplicar a outro rei dos hebreus. Somente aplicado a Cristo tem sentido. Embora o NT não sugira seu verdadeiro sentido, o salmo é tão sugestivo em seus pontos principais que qualquer investigador, humilde e sem preconceitos, haverá de ser levado irremissivelmente ao sentido pretendido pelo autor inspirado. Que o rei

---

<sup>55</sup> A. WEISER, op. cit., p. 269.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> D. KIDNER, op. cit., p. 191.

porte o título de Deus o prova: porque os salmos coraítas usam *elohîm* exclusivamente para a divindade, porque um trono eterno não pode ser propriedade de um rei terreno, porque, em caso contrário, anula-se o argumento da carta aos Hebreus, pois o AT não chama a Deus de rei individual da nação hebraica.<sup>58</sup>

Atualmente prevalece a corrente que defende a origem do salmo relacionada com um soberano do Reino de Israel. Essa imagem, posteriormente foi transferida para o Messias, confirmada nos primórdios da Igreja e desenvolvida num sentido messiânico, sem perder o seu significado literal no contexto da história do povo de Deus do Antigo Testamento.

### 1.1.3 Oséias

O livro de Oséias testemunha a perspectiva da infidelidade, onde os termos “prostituição” e “adultério” designam o pecado de Israel. O profeta recebe a ordem de desposar uma prostituta; nesse casal simbólico, o povo deverá reconhecer sua situação de infidelidade em relação a Iahweh.<sup>59</sup>

Processai a vossa mãe, processai. Porque ela não é a minha esposa, e eu não sou o seu esposo. Que ela afaste do seu rosto as suas prostituições e de entre os seios os seus adultérios. Senão eu a desperei completamente, a deixarei como no dia de seu nascimento, torná-la-ei semelhante a um deserto, transformá-la-ei numa terra seca, fá-la-ei morrer de sede. Não amarei os seus filhos, porque são filhos da prostituição. Sim, sua mãe prostituiu-se, cobriu-se de vergonha aquela que os concebeu, quando dizia: Quero correr atrás de meus amantes, daqueles que me dão o meu pão e a minha água, a minha lã e o meu linho, o meu óleo e a minha bebida. Por isso cercarei o seu caminho com espinhos e o fecharei com uma barreira, para que não encontre suas sendas. Perseguirá seus amantes sem alcançar, procurá-los-á, mas não os encontrará. Dirá então: Quero voltar ao meu primeiro marido, pois eu era outrora mais feliz do que agora. Mas ela não reconheceu que era eu que lhe dava o trigo, o mosto e o óleo, quem lhe multiplicava a prata e o ouro que eles usavam para Baal. Por isso retomarei o meu trigo a seu tempo e o meu mosto na sua estação, retirarei a minha lã e o meu linho, que cobriam a sua nudez. Agora vou descobrir a sua vergonha aos olhos dos seus amantes, e ninguém a livrará de minha mão. Acabarei com a sua alegria com as suas festas, as suas luas novas, e os seus sábados e com todas as suas

<sup>58</sup> L. SCHÖKEL; C. CARNITI, op. cit., p. 630.

<sup>59</sup> Cf. J. LACOSTE, op. cit., p. 355.

assembléias solenes. Devastarei a sua vinha e a sua figueira, das quais dizia: Este é o pagamento que me deram os meus amantes. Farei delas um matagal, e os animais selvagens as devorarão. Eu a castigarei pelos dias dos baals, aos quais queimava incenso. Enfeitava-se com o seu anel e o seu colar e corria atrás de seus amantes, mas de mim ela se esquecia! Oráculo de Iahweh. Por isso, eis que vou, eu mesmo, seduzi-la, conduzi-la ao deserto e falar-lhe ao coração. Dali lhe restituirei as suas vinhas, e o vale de Acor será uma porta de esperança. Ali ela responderá como nos dias de sua juventude, como no dia em que subiu da terra do Egito. Acontecerá, naquele dia, - oráculo de Iahweh – que me chamarás Meu marido, e não mais me chamarás Meu Baal. Afastarei de seus lábios os nomes dos baals, para que não sejam mais lembrados por seus nomes. Farei em favor deles, naquele dia, um pacto com os animais do campo, com as aves do céu e com os répteis da terra. Exterminarei da face da terra o arco, a espada e a guerra; fá-los-ei repousar em segurança. Eu te desposarei a mim para sempre, eu te desposarei a mim na justiça e no direito, no amor e na ternura. Eu te desposarei a mim, na fidelidade e conhecerás a Iahweh. Naquele dia, eu responderei – oráculo de Iahweh – eu responderei ao céu e ele responderá à terra. A terra responderá ao trigo, ao mosto e ao óleo e eles responderão a Jezrael. Eu a sementearei para mim na terra, amarei a Lo-Ruhamah e direi a Lo-Ammi: Tu és meu povo, e ele dirá: Meu Deus (Os 2, 4-25).

Nesse poema de amor não correspondido, e vivo apesar de tudo, o profeta Oséias<sup>60</sup> parte de sua triste experiência pessoal que, por ser um homem apaixonado e traído por sua esposa, tenta livrar-se do amor não correspondido a fim de não sofrer mais, sem conseguir porém. A paz seria esquecer, mas o amor não permite. Chama-a de prostituta, tenta vingar-se, mas o amor persiste. Resolve então cortejá-la e namorá-la novamente<sup>61</sup>.

Yahweh fala em primeira pessoa e incita os filhos para que dêem testemunho contra a mãe (v. 4). Mais adiante, em v. 6, são os próprios filhos submetidos ao juízo. A mãe é Israel infiel. Os filhos, por suposto, são os israelitas.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Oséias exerceu o ministério profético no Reino do Norte, durante o governo de Jeroboão II (cf. Os 1,1), que reinou de 783 a 743 a.C (século VIII). Esse período caracterizava-se por um grande surto do progresso material e cultural, mas simultaneamente, por uma grande decadência moral e religiosa. Oséias, posterior a Elias, é um dos continuadores da conscientização do povo. Sua missão profética começa pela dolorosa experiência de um drama familiar. O profeta desposa Gomer, a quem ama apaixonadamente. Com ela tem três filhos. Apesar de todo o seu amor, ela abandona-o sem motivo algum, para entregar-se à prostituição sagrada nos templos pagãos. A experiência dolorosa do profeta torna-se um símbolo do comportamento de Yahweh para com seu povo e a consciência desse simbolismo pode ter modificado a apresentação dos fatos. Com uma audácia surpreendente a uma paixão que impressiona, a alma terna e violenta de Oséias exprimiu pela primeira vez as relações entre Yahweh e Israel nos termos do matrimônio. Toda a sua mensagem tem por tema fundamental: o amor de Deus desprezado por seu povo. Cf. BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1350.

<sup>61</sup> Cf. A. SCHÖKEL; S. DIAZ, *Profetas II*, São Paulo: Paulinas, 1991, p. 902.

<sup>62</sup> Cf. R. BROWN et alii, *Comentario Bíblico San Jerónimo*, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1971, Tomo I, p. 684.

Em meio à intensa dor de seu drama pessoal, o profeta Oséias começa a compreender a tremenda realidade das infidelidades do povo de Israel para com Deus.

Schökel afirma:

Se Oséias viveu essa terrível dor, um dia, subitamente, recebeu inspiração do alto, e no íntimo de seu amor angustiado descobriu a custo refletido outro amor mais alto e mais profundo. Também Deus amou como marido apaixonado, também a sua esposa o traiu, e não obstante continua amando.<sup>63</sup>

Deus é um esposo que escolheu Israel como sua esposa querida, amou-a apaixonadamente, desposou-a pela Aliança, mas essa, não satisfeita com todas as demonstrações de amor do esposo, entregar-se a amantes ocasionais, que nada fizeram por ela. A Aliança de Deus é a expressão externada de um amor sem limites. O rompimento dessa é o de um laço de amor. Em Oséias, Deus aparece como esposo traído sem motivo algum, cuja experiência o próprio profeta acaba de fazer. É Oséias quem introduz na linguagem bíblica o conceito de Deus-Esposo<sup>64</sup>.

Deus é quem toma sempre a iniciativa para reconquistar o amor de sua esposa infiel: “Por isso, eis que vou, eu mesmo, seduzi-la, conduzi-la ao deserto e falar-lhe ao coração” (cf. v. 16ss). “O eixo é constituído de dois verbos *dbr/’nh*: ele fala, ela responde”<sup>65</sup> Ele e ela, chamado e resposta.

O retorno da divorciada Israel pode simbolizar a restauração das relações com Yahweh. Segundo a lei, os esposos divorciados não podiam voltar a casar-se entre si (Dt 24, 1-4). O profeta revela a necessidade de estabelecer um novo contrato com Yahweh e o deserto é o local ideal para esse reencontro do Esposo com a esposa.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> A. SCHÖKEL; S. DIAZ, op. cit., p. 902.

<sup>64</sup> Cf. A. ANTON, op. cit., p. 264.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 906.

<sup>66</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo I, op. cit., p. 684-685.

A restauração operada por Yahweh realizar-se-á mediante a nova Aliança entre Deus e a criação (cf. Gn 9, 8-10). A idéia da Aliança prossegue com a imagem de um contrato matrimonial. A expressão “desposar” alude ao preço da noiva, ao dom que oferece o noivo.<sup>67</sup>

#### 1.1.4 Jeremias

Em Jeremias, a relação de sponsalidade mostra-se importante:

Vai e grita nos ouvidos de Jerusalém: Assim disse Yahweh: Eu me lembro, em teu favor, do amor, de tua juventude, do carinho do teu tempo de noivado, quando me seguias pelo deserto, por uma terra não cultivada. Israel era santo para Iahweh, as primícias de sua colheita (Jr 2, 2-3a).

O profeta Jeremias<sup>68</sup> retoma de Oséias a visão idealizada do deserto, como noivado cheio de possibilidade ilusória ou dedicação. “Ela arrostava as fadigas do deserto para seguir ao seu amado (pode comparar-se com Ct 2,7; 3,2s; 5,6s). Seguir pode ser expressão comum de fidelidade religiosa”.<sup>69</sup>

Na primeira parte de seu ministério, que vai desde o início de sua vocação (627-626 a.C.) até a reforma de Josias (621 a.C.), Jeremias está sob a influência de seu antecessor Oséias. A maior parte desses oráculos forma os capítulos de 1 a 6. O profeta insiste em que a Aliança é fundamentalmente uma questão de amor entre Yahweh e Israel. Amor simbolizado pela união do homem e da mulher no matrimônio.<sup>70</sup>

<sup>67</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo I, op. cit., p. 686.

<sup>68</sup> Jeremias nasceu em uma família sacerdotal instalada em Anatot, ao norte de Jerusalém, em sua vizinhança de Jerusalém por volta do ano de 650 a.C. Chamado por Deus ainda muito jovem, em 626 a.C, no décimo terceiro ano de Josias (1, 2), desempenha seu ministério profético no período mais turbulento da história de Israel, o tempo dos últimos reis de Judá e da destruição de Jerusalém. Há Indícios de que o profeta tenha morrido no Egito. Segue a teologia de Oséias e emprega as mesmas imagens para exprimir as relações de Deus com Israel. Cf. BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1341.

<sup>69</sup> A. SCHÖKEL; S. DIAZ, op. cit., p. 443-444.

<sup>70</sup> R. BROWN et alii, Tomo I, ibidem., p. 793-794.

“Eu me lembro, em teu favor, do amor, de tua juventude...” “O termo hebreu *hesed* (cf. Os 2, 21) designa aqui, com uma coloração afetiva, a lealdade de relações, dentro da aliança, entre a nação israelita e Deus, seu esposo”.<sup>71</sup> Define as relações de Yahweh com Israel nos tempos do êxodo; alude ao mútuo amor, fiel e misericordioso que se concretiza na Aliança. Jeremias certamente encontra-se influenciado por Oséias, seu antecessor. Ambos apresentam o período do deserto<sup>72</sup> como ideal na história de Israel.<sup>73</sup>

Tanto para Jeremias quanto para Oséias, as transgressões da lei de Deus eram autênticas traições ao compromisso de amor jurado por ocasião da Aliança. Israel é, também para Jeremias, a esposa amada de Deus que se adulterou e se prostituiu. E, diante de uma traição, a experiência humana mostra como é difícil o reatamento das relações de amor. Daí o misto de indignação ante a culpada, e de angústia ante a obstinação no pecado.<sup>74</sup> A condenação feita por Jeremias dá-se nesses termos:

Se um homem repudia a sua mulher, e ela se separa dele e se casa com um outro, terá ele, por acaso, direito de voltar a ela novamente? Porventura, não está completamente profanada esta terra? E tu, que te prostituíste com inúmeros amantes, queres voltar a mim! Oráculo de Yahweh” (Jr 3,1).

---

<sup>71</sup> BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1475.

<sup>72</sup> Como Os 2, 16-22, Jeremias considera o tempo do deserto do ponto de vista das maravilhas realizadas por Deus e, deixando de lado as rebeliões de Israel (Ez 20, 13; Sl 78, 34; 95, 10; 106, 14), ele apenas pensa na fidelidade no seguimento de seu guia nessa terra inculta (lit. não-semeada). Cf. BÍBLIA. Português, Tradução Ecumênica, São Paulo: Loyola, 1994, p. 715.

<sup>73</sup> Cf. R. BROWN et alii, Tomo I, op. cit., p. 806.

<sup>74</sup> Jeremias convoca o povo a testemunhar sobre aquilo que Deus fizera de bom para Israel e a fim de explicar a razão que o levava a trocá-lo por outros deuses, coisa que nenhuma outra nação faria. O objetivo de sua pregação é levar o povo a reconhecer a necessidade de arrependimento. Cf. R. PLAMPLIN, *Jeremias: seu ministério, sua mensagem*, Rio de Janeiro: JERP, 1997, p. 13.

### 1.1.5 Ezequiel

O profeta Ezequiel<sup>75</sup> também utiliza a imagem da esposa para designar as relações de Israel com seu Deus. Em especial nos capítulos 16, 20 e 23, numa linguagem cortante e audaz, Ezequiel descreve as atitudes da esposa que se prostituiu depois de ter recebido todo o amor e os mais ricos presentes do esposo que a amou. Mais do que os outros profetas, Ezequiel manifesta a violência do ciúme e da indignação a que é levado o esposo traído e abandonado. “Puseste a tua confiança na tua beleza e, segura de tua fama, te prostituíste, prodigalizando as tuas prostituições a todos os que apareciam” (Ez 16, 15). E mais, “Descarregarei contra ti o meu zelo e te tratarão com cólera” (Ez 23, 25a).

Em especial, no capítulo 16, o profeta apresenta um amplo quadro histórico de Jerusalém em imagem matrimonial. O tema central é a aliança. Schökel e Diaz remontam a atividade profética, em um comparativo aos predecessores de Ezequiel, ou seja, Oséias e Jeremias. Assim afirmam:

Aquilo que em Oséias é símbolo e poesia elevadíssimos, em Ezequiel passa a ser alegoria avivada por uma paixão violenta. Para Oséias, a mulher era Israel, para Ezequiel ela é Jerusalém, que sintetiza e representa o povo. Oséias começa com uma situação conjugal; Jeremias remonta ao tempo do noivado, com tom melancólico; remonta Ezequiel ao começo, ao nascimento, ligando a imagem ao motivo popular da criança enjeitada. Se Jeremias vai entretendo uma série de imagens originais e expressivas, Ezequiel demora-se em pormenores realistas, brutais até.<sup>76</sup>

Mas Deus não esquece de seu povo e de sua Aliança firmada. Não se submete à vontade do homem, mas o resgata, pois é rico em misericórdia:

---

<sup>75</sup> Ezequiel anunciou a Palavra de Deus entre os exilados da Babilônia entre 593 e 571 (Essas datas são confirmadas pelo texto: 1, 2 e 29, 17). Dois acontecimentos marcam a vida desse profeta: a irrupção da glória de Deus fez desse sacerdote um profeta, e a queda de Jerusalém transforma o pregador de condenação em pregador de salvação. BÍBLIA. Português, A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 1344-1345.

<sup>76</sup> A. SCHÖKEL; S. DIAZ, op. cit., p. 750.

Com efeito, assim diz o Senhor Iahweh: Agirei contigo como tu agiste: desprezaste um juramento imprecatório e violaste uma aliança. Contudo, lembrar-me-ei da aliança que fiz contigo na tua juventude e estabelecerei contigo uma aliança eterna (Ez 16, 59-61).

Nesse amor misericordioso de Deus, Schökel e Diaz aludem que Deus, sendo amor, é capaz de dar continuidade ao seu plano de salvação, e comentam:

...existiu uma primeira aliança – em termos matrimoniais - a qual Jerusalém foi infiel, merecendo o repúdio; Deus puniu a infiel conforme as suas ações. Por cima dessa infidelidade atua em Deus (*sic!*) um princípio de continuidade, a lembrança, a qual, afinal de contas, é o amor (como no poema de Oséias); essa lembrança, que também se pode chamar fidelidade, liga a nova aliança com a antiga numa espécie de continuidade. Deus, fiel a si mesmo, recebe de novo a infiel.<sup>77</sup>

No v. 8 lê-se: “Passei junto de ti e te vi. Era o teu tempo, tempo de amores, e estendi a aba da minha capa sobre ti e ocultei a tua nudez; comprometi-me contigo por juramento e fiz aliança contigo – oráculo do Senhor Iahweh - e tu te tornaste minha”. Schökel e Diaz comentam:

Deus passa novamente, conhece o lugar como também reconhece a jovem. Cobre-a, como Rute pediu a Booz (Rt 3, 9). A eleição, ao acolhê-la como noiva e como esposa, é tudo ação de Deus, a qual desemboca nessa fórmula concentrada de aliança “tu te tornaste minha”. Pr 2, 17 propõe o matrimônio como aliança (cf. também MI 2, 14).<sup>78</sup>

Com o pecado de infidelidade da esposa (Jerusalém), superabundou a misericórdia do Deus Esposo. E, como esposa reconciliada, Jerusalém recebe novos filhos, que são outros povos convertidos e perdoados.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> A. SCHÖKEL; S. DIAZ, op. cit., p. 760.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 754.

<sup>79</sup> Cf. ididem, p. 760.

## 1.2 A imagem de Deus-Esposo no Novo Testamento

Na abordagem anterior percebe-se quão rica era para Israel a imagem da relação esponsal para exprimir o amor de Deus ao seu povo. Na imagem preparada pelos profetas o Novo Testamento apresenta Jesus Cristo como Esposo para o povo de Deus. O próprio Jesus dá a compreender que o anúncio dos profetas sobre Deus-Esposo, sobre o Redentor, sobre o Santo de Israel, encontra n'Ele próprio o seu cumprimento. Ele revela a sua consciência do fato de ser o Esposo entre os discípulos, aos quais, porém, no fim será tirado o esposo.<sup>80</sup>

“Nos oráculos dos profetas, de fato, o nome de esposo dava-se àquele que viria restaurar Israel; por isso, atribuindo-se esse título, Jesus deixa entender que Ele realiza o que fora dito a respeito da ação divina. O Esposo é Ele”.<sup>81</sup>

Jesus, portanto, desempenha o papel de Esposo e inaugura o tempo da salvação messiânica, mas no horizonte se esboça o destino doloroso do Messias, que será lacerado de modo violento como o servo de Iahweh.<sup>82</sup>

No Antigo Testamento, o sofrimento do povo provinha do afastamento voluntário do esposo; ao contrário, a dor dos discípulos derivará do arrebatamento do Esposo e terá um significado bem diferente, já que esse arrebatamento não constitui uma suspensão das núpcias e, sim, a sua consumação.<sup>83</sup>

Ao comentar a missão de Jesus, Boaventura Kloppenburg, compara o nascimento da Igreja com o de Eva. Como Eva nasceu do lado de Adão, assim a Igreja nasce do costado de Cristo, aberto pela lança do centurião:

<sup>80</sup> Cf. JOÃO PAULO II, “A Igreja delineada como Esposa pelos Evangelhos”, in: *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 50, 15 dez. 1991, p. 20.

<sup>81</sup> M. MAGNOLFI et. alli, op. cit., p. 137.

<sup>82</sup> Cf. R. FABRIS, *Matteo*, Roma: Borla, 1982, p. 220.

<sup>83</sup> Cf. J. GALOT, *Chi sei tu o Cristo?*, Florença: Grafite, 1979, p. 110.

Cristo compara a sua missão com as núpcias (Cf. Mt 25, 1-13; 22, 2-14); a pregação de Cristo é apresentada por João Batista (Cf. Jo 3, 29) e por Cristo (Cf. Mt 9, 15) como festa de casamento; por sua morte Cristo se entrega por sua esposa e a santifica (Cf. Ef 5, 25-28), adquire-a com seu sangue (Cf. At 20, 28); A Igreja nasceu do lado aberto como Eva (esposa e mãe) de Adão. A figura da esposa exprime: aliança indissolúvel, comunidade de vida, imaculidade (*sic!*); dever de procurar sempre estar sem rugas e sem manchas; cuidado do Esposo pela esposa; amor mútuo, fidelidade; fecundidade.<sup>84</sup>

Bernardo Bartmann apresenta a Igreja como Esposa de Cristo como derivada da metáfora “Igreja, Corpo de Cristo”. Assim se expressa:

A comparação da Igreja como uma esposa tem sobre a metáfora Igreja, corpo de Cristo, a vantagem de afastar o mais leve resquício de panteísmo, porquanto esposo e esposa, por definição mesmo, constituem duas pessoas realmente distintas. Quando afirmamos que Cristo e a Igreja formam uma só pessoa, entendemos sempre uma “pessoa mística” e não uma única pessoa física.<sup>85</sup>

E acrescenta a ação de Cristo, que procurou, chamou, limpou, santificou e infundiu a sua graça para que os seus seguidores pudessem retribuir a esse amor pela sua esposa.

Cristo, por livre eleição, foi procurá-los e chamá-los por seus apóstolos e a inspiração de sua graça; limpou-os com seu sangue, santificou-os pelos seus sacramentos, infundiu-lhes suas virtudes e plasmou assim aquela que seria sua Esposa, capaz de retribuir-lhe amor por amor.<sup>86</sup>

Para perceber mais a fundo toda essa questão da sponsalidade de Cristo com a Igreja, analisar-se-ão alguns textos dos sinóticos, de João e do Apocalipse e alguns escritos paulinos.

---

<sup>84</sup> B. KLOPPENBURG, *A eclesiologia do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes, 1971, p. 41.

<sup>85</sup> B. BARTMANN, *Teologia Dogmática: A Redenção, a graça e a Igreja*, São Paulo: Paulinas, 1962, vol II, p. 434.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

### 1.2.1 Nos Sinóticos

Jesus responde aos discípulos de João, quando de seu questionamento sobre o jejum de seus discípulos: “Por acaso podem os amigos do noivo estar de luto enquanto o noivo está com eles? Dias virão, quando o noivo lhes será tirado; então, sim, jejuarão” (Mt 9, 15). O termo noivo ou esposo não é apenas uma comparação, senão uma autodesignação de Jesus.<sup>87</sup>

Referindo-se ao versículo acima exposto, a Bíblia de Navarra afirma:

O texto original diz literalmente filhos da casa onde se celebram as bodas, que é uma expressão típica para designar os amigos mais íntimos do esposo. Deve sublinhar-se a marcada construção semítica da frase que o Evangelista conservou na sua fidelidade à expressão original de Jesus. Por outro lado, esta casa a que alude Jesus Cristo tem um profundo sentido: há que pô-la em relação com a parábola dos convidados para as bodas (Mt 22, 1-14), e simboliza a Igreja como casa de Deus e Corpo de Cristo: Moisés, na verdade, foi fiel em toda a casa de Deus, como servo, para dar testemunho de tudo o que se havia de anunciar. Cristo, porém, é fiel, como Filho, à frente da Sua própria casa, a qual somos nós, se conservamos firmemente até ao fim a confiança e a esperança de que nos gloriamos (Hb 3, 5-6).<sup>88</sup>

Também em Mc 2, 19-20 o próprio Jesus designa-se como o Esposo (cf. Lc 12, 35-36; Mt 25, 1-13; Jo 3, 29), cumprindo assim o que os profetas tinham dito relativo às relações de Deus com o seu povo (cf. Os 2, 18-22; Is 54, 5ss.). Os Apóstolos são os companheiros do Esposo nas núpcias e convidados a participar com Ele do banquete nupcial, na alegria do Reino dos Céus (cf. Mt 22, 1-14). Já no v. 20 Jesus Cristo anuncia que o Esposo será arrebatado do meio deles. É a primeira alusão que Ele faz de sua Paixão e Morte (cf. Mc 8, 31; Jo 2, 19; 3, 14).<sup>89</sup>

<sup>87</sup> Cf. M. MAGNOLFI et alii, op. cit., p. 136.

<sup>88</sup> BÍBLIA SAGRADA. Português, Santos Evangelhos, Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra. Braga: Edições Theologica, 1994, p. 218.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 487-488.

Noutras passagens, Jesus compara o Reino dos céus a um banquete organizado por um rei para o casamento do filho (cf. Mt 22, 2), ou então das virgens saindo ao encontro do esposo que chega (cf. Mt 25, 1-13), ou a servos que esperam seu senhor voltar das núpcias (cf. Lc 12, 36). Em todos esses textos é interessante perceber a ausência da esposa<sup>90</sup>. Diversamente do Antigo Testamento, que se fixava no comportamento da esposa, o olhar dado no Novo Testamento concentra-se em Jesus.<sup>91</sup>

Todo o conjunto da parábola de Mt 22,2 deixa compreender que Jesus fala de Si. Com a analogia do banquete nupcial põe em relevo a verdade acerca do Reino de Deus, que Ele mesmo traz ao mundo, e o convite de Deus para o banquete do Esposo, ou seja, à aceitação da mensagem de Cristo na comunhão do novo povo, que a parábola apresenta como convidado às núpcias. Apresenta também, para todos os convidados do seu tempo e de todos os tempos, a necessidade de uma atitude digna da vocação recebida, simbolizada pela veste nupcial que devem vestir aqueles que entendem participar no banquete, a tal ponto que quem não a veste é afastado do rei, ou seja, de Deus Pai que chama para a festa de seu Filho na Igreja.<sup>92</sup>

Na parábola das dez virgens (cf. Mt 25, 1-13) encontra-se a analogia esponsal usada por Jesus para fazer compreender o seu pensamento acerca do reino de Deus e da Igreja, ou seja, naquilo que ele se concretiza. Chama-se à prontidão, à vigilância, ao empenho

---

<sup>90</sup> “Pode-se argumentar que as palavras “*kai tes vumfes*” (e a noiva) confirmadas por forte combinação de testemunhos ocidentais e cesareanos, foram omitidas por se ter sentido serem incompatíveis com o ponto de vista largamente difundido que Cristo, o Noivo, viria buscar sua noiva, a Igreja. Mas é duvidoso que os copistas tenham sido tão sensíveis à lógica da alegoria. Outrossim, aqueles que omitiram a palavra visualizam o casamento a tomar lugar no lar da noiva; mas aqueles que a adicionaram pensavam que o noivo estaria levando a noiva a sua casa (ou a casa dos pais dele), onde o casamento teria lugar. Já que esse último costume era mais comum no mundo antigo, é provável que essas palavras sejam uma interpolação feita por copistas que não notaram que a menção da noiva perturbaria a interpretação alegórica da parábola. Somente o noivo é mencionado na parábola.” R. CHAMPLIN, *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*, São Paulo: Milenium, 1980, vol. I, p. 571.

<sup>91</sup> Cf. M. MAGNOLFI et alii, op. cit., p. 138.

<sup>92</sup> Cf. JOÃO PAULO II, op. cit., p. 20.

fervoroso na expectativa do Esposo. Só cinco das dez virgens preocuparam-se para que suas lâmpadas se acendessem à chegada do esposo.<sup>93</sup>

O relato não se detém em descrever o cerimonial das núpcias. Nem menciona a noiva. A atenção centra-se no comportamento das dez virgens que esperam pelo noivo. Do início ao fim do escrito conta-nos o comportamento e as atitudes das dez virgens. E, é em função do noivo que se define toda a dinâmica da parábola. Assim exorta, em nota, a Bíblia de Navarra:

O ensinamento principal da parábola é a exortação a vigilância: na prática é ter a luz da fé, que se mantém viva com o azeite da caridade. Entre os Hebreus as bodas celebravam-se em casa do pai da desposada. As virgens são as jovens não casadas, damas de honra da noiva, que esperam em casa desta a vinda do esposo. A Atenção da parábola centra-se na atitude que se deve adotar até a chegada do esposo. Com efeito, não é suficiente saber-se dentro do Reino, a Igreja, mas é preciso estar vigilantes e prevenir com boas obras a vinda de Cristo.<sup>94</sup>

### 1.2.2 Em João e Apocalipse

O Evangelho de João é permeado da simbologia esponsal. As palavras de João Batista são talvez o reconhecimento mais explícito disso: “Quem tem a esposa é o esposo; mas o amigo do esposo, que está presente e o ouve, é tomado de alegria à voz do esposo. Essa é a minha alegria e ela é completa!” (Jo 3, 29). O Batista cede lugar a Jesus, o Esposo legítimo.<sup>95</sup> A alegria de João consiste em trazer a noiva à presença do noivo. A esposa é a figura do povo, segundo imagens usadas pelos profetas, como vimos anteriormente. Jesus, consagrado como o Messias, leva para si a esposa e, por isso, é necessário reconhecê-lo

<sup>93</sup> Cf. JOÃO PAULO II, op. cit., p. 16.

<sup>94</sup> BÍBLIA SAGRADA. Português, Santos Evangelhos, op. cit., p. 391.

<sup>95</sup> M. MAGNOLFI et alii, op cit., p. 139-140.

como Esposo. “O ponto central dessa narrativa é que o amigo do noivo<sup>96</sup> não serve de rival, e que, apesar de estar numa posição exaltada, não pode ser comparado, em dignidade, com o próprio noivo”.<sup>97</sup>

João Batista fala de um modo simbólico, como às vezes falaram os profetas e também o fará Jesus Cristo. A Bíblia de Navarra, em nota, comenta:

O Esposo é Jesus Cristo. Por outros passos do Novo Testamento sabemos que a Igreja é designada com o título de Esposa (cf. Ef 5, 24-32; Ap 19, 7-9). Este símbolo dos desposórios exprime a união pela qual Cristo incorpora a si a Igreja, e a comunhão de vida pela qual a Igreja é santificada e participa da própria vida divina.<sup>98</sup>

Toda missão de João Batista parece ser consciente de que o seu serviço no meio do povo é dirigido para o Esposo que há de vir. Ele apresenta-se como amigo do Esposo. Ao se apequenar “É necessário que ele cresça e eu diminua” (Jo 3, 30), ele reconhece que se deve a Jesus o direito de ser reconhecido e acolhido como Esposo. “O Batista alegra-se porque vê que já está a começar a atuação do Messias, e reconhece a infinita distância que há entre a sua condição e a de Cristo. Por isso a sua alegria é completa quando Jesus Cristo vai convocando os homens e estes vão atrás dele”.<sup>99</sup>

Nessa perspectiva é válido também recordar o banquete de núpcias em Caná da Galiléia, para o qual Jesus foi convidado, juntamente com os discípulos (cf. Jo 2, 1-11).<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> A tradição judaica confiava um certo papel organizador aos amigos do esposo por ocasião das núpcias. “Na Judéia, mas não na Galiléia, era costumeiro haver dois desses amigos ou paraninfos, um em favor do noivo e outro em favor da noiva. Eram eles os responsáveis pelos arranjos das cerimônias dos esponsais, com todas as suas diversas tarefas, e, finalmente conduziam o casal à câmara nupcial. Por ocasião da festa de casamento ofereciam presentes e cuidavam do noivo e da noiva. Após o matrimônio, era dever do amigo do noivo manter os termos apropriados entre o casal, defendendo a fama da noiva. Nos escritos rabínicos, Moisés é referido como amigo do noivo, que conduziu a noiva (Israel) ao encontro de Jeová, no Sinai (Ver Ex 19, 17). Esses escritos também descrevem Miguel e Gabriel como quem exerceu tais funções no caso de Adão e Eva. Nesses escritos rabínicos, pois, tal ofício sempre é apresentado como envolto em grande alegria e senso de realização e honra. Cf. R. CHAMPLIN, *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*, São Paulo: Milenium, 1980, vol. II, p. 317.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> BÍBLIA SAGRADA. Português, Santos Evangelhos, op. cit., p. 1165.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> Nesse trecho narra-se o episódio das Bodas de Caná. É interessante observar que o acontecimento se dá em uma festa de casamento e devemos levar em consideração a imagem veterotestamentária de Israel como

Em seu primeiro milagre, que comprova sua messianidade, Jesus nos dá a compreender, mesmo indiretamente, que o Esposo anunciado pelos profetas estava presente no meio do seu povo, Israel. O Esposo já está à obra. Ao manifestar o primeiro sinal (transformar a água em vinho) a pedido de sua mãe, é-nos grato recordar que, em Maria, se dá o início da figura da Igreja-Esposa da Nova Aliança. Ao lado de Cristo, começa a delinear-se a figura da Esposa da Nova Aliança, a Igreja, presente em Maria e nos discípulos presentes no banquete nupcial.<sup>101</sup>

No Apocalipse, as imagens de esposo e esposa estão separadas para produzir uma cena de núpcias, que será narrada no capítulo 21.<sup>102</sup> “Alegramo-nos e exaltemos, demos glória a Deus, porque estão para realizar-se as núpcias do cordeiro, e sua esposa já está pronta...” (Ap 19, 7). A maioria dos exegetas concorda ser esta uma imagem que ressalta a união do Esposo (Cristo) com a esposa que Ele escolheu (a Igreja). As núpcias do Cordeiro simbolizam o estabelecimento do Reino celeste. É Cristo o Esposo da Igreja (cf Ef 5, 23-32). As núpcias, realização perfeita da Aliança, são esperadas para o fim dos tempos (cf. Mt 22, 2; 25, 1-13).

---

esposa de Yahweh. Nesse contexto Ele realiza seu primeiro milagre. Cf. R. BROWN et alii, *Comentario Bíblico San Jeronimo*, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1971, Tomo III, p. 433.

<sup>101</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *A Igreja: 51 catequeses do Papa sobre a Igreja*, São Paulo: Cléofas, 2001, p. 77-78.

<sup>102</sup> Em Ap 21 encontram-se mais duas referências de João à Igreja, agora não mais vista com suas falhas humanas, apresentadas nas sete cartas do início do livro, nem como a mãe do Messias que foge para o deserto. Aqui, a Igreja é apresentada com todo o esplendor que recebe do Cordeiro, na qual culmina e para a qual se direciona toda a obra. Pierre Prigent considera que os dois capítulos finais do Apocalipse de São João não formam uma unidade literária. Outrossim, destaca que o mesmo se divide em três partes, cada uma com sua identidade própria. A primeira parte seria a de Ap 21,1-8. Nesta, o tema fundamental é o novo mundo, nova terra e novo céu, desaparecimento das coisas antigas, pois Deus renova todas as coisas. No meio da passagem surge um novo tema: a morada que Deus vai estabelecer entre os homens. Assim, nesta parte, o autor apresenta o mundo novo, o qual ele identifica com a Jerusalém celeste, que está revestida como uma esposa para agradecer ao seu esposo. A segunda parte é Ap 21, 9-27. Este trecho extenso é marcado pela descrição da Jerusalém celeste, a esposa do Cordeiro. Manifesta a presença escatológica de Deus em sua cidade santa. A cidade brilha pela presença direta de Deus na mesma. Esta parte pode ser mais facilmente entendida quando se recorda as profecias de Is 54 e 60, Ez 48 e Zc 14,7. Em Is 54 encontra-se a profecia de uma nova Jerusalém no futuro, na qual as ameias, as portas e muralhas serão de pedras preciosas. Ez 48, 30-35 apresenta as medidas na cidade com três portas de cada lado. Is 60 prenuncia que a luz de Jerusalém não será mais o sol, mas sim do próprio Deus. A terceira e última parte tem relação direta com Ez 47, onde se encontra a profecia relativa ao templo futuro, do qual brota um rio. Às margens desse rio crescem muitas árvores, com boas colheitas e plantas medicinais. Indiretamente recorda-se Gn 2, onde se descreve o paraíso como um jardim irrigado, onde a vegetação é exuberante. Cf. P. PRIGENT, *O Apocalipse*, São Paulo: Loyola, 1993, p. 332.

Pierre Prigent considera que a mulher de Ap 12 está diretamente relacionada com a comunidade da qual nasce o Messias, ou seja, a Igreja. Trata-se ou do povo de Deus do Antigo Testamento (Israel), do qual nasce o Messias; ou da Igreja de Cristo, enquanto continuadora dessa tradição de Israel. Prigent pensa que se refira à Igreja. Assim como o Messias nasce no seio do povo de Israel e a partir de sua esperança, assim nasce também diretamente de Maria.<sup>103</sup> A Igreja é hoje essa mulher que foi gerada por Cristo, mas que também o gera diariamente, especialmente na Eucaristia.

Tratar-se-ia então do povo de Deus da antiga aliança, da comunidade de Israel, que pode efetivamente ser vista como mãe do Messias e da Igreja cristã? Ou, mais provavelmente, de Israel fiel, do povo escolhido do qual a igreja judeu-cristã prolonga a existência? Acontece que esta identificação se choca, uma vez mais, com a constatação de que o Ap nunca parece distinguir entre o povo de Deus da antiga e da nova aliança, senão para mostrar que este último cumpre as profecias discernidas na história do primeiro. Por outro lado, o leitor se recorda que nós não acreditamos poder, até aqui, distinguir no Ap o vestígio de uma problemática de judeu/pagão-cristianismo. O presente texto não parece dever derrubar estas conclusões. É preciso, pois, identificar a mulher com a Igreja, ainda que se deva recordar imediatamente que, para nosso autor, a Igreja afunda suas raízes na história de Israel.<sup>104</sup>

“... Vem! Vou mostrar-te a Esposa, a mulher do Cordeiro” (Ap 21, 9b). Esse versículo permite sublinhar a correspondência antitética entre a grande prostituta (Babilônia) e a esposa do cordeiro (Jerusalém).<sup>105</sup> Retoma-se o tema abordado em 19, 7 e 21, 2. Prigent comenta:

Trata-se, pois, de um traço que procura marcar a unidade das exposições sucessivas e em particular desta aqui com a precedente: o mundo novo é na realidade identificável com a Jerusalém celeste, já que uma e mesma imagem da esposa é capaz de representar os dois de maneira satisfatória.<sup>106</sup>

<sup>103</sup> Assim, a participação decisiva de Maria na encarnação do Verbo se torna modelo para as núpcias de Cristo com a Igreja. É em seu seio que o Verbo se encarna, ou seja, ocorre pela primeira vez a união histórico-temporal entre o humano e o divino. Há uma íntima unidade entre a união humano-divina no seio de Maria e as novas núpcias do Cordeiro com a Igreja. Os dois encontros conjugais se relacionam como sendo um, o momento primeiro, e o outro, a sua realização plena Cf. M. DEL PILAR RÍO, *op. cit.*, p. 171-174.

<sup>104</sup> P. PRIGENT, *op. cit.*, p. 218.

<sup>105</sup> Cf. P. PRIGENT, *ibidem*, p. 397.

<sup>106</sup> *Ibidem*.

É com uma imagem nupcial que se encerra a Bíblia, com o Apocalipse, na visão da nova Jerusalém, descendo do céu “... pronta como uma esposa que se enfeitou para seu marido” (21, 2). “É a última referência à realidade nupcial, recapitulando as figuras dos textos proféticos e sapienciais, no ponto em que se encerra a revelação bíblica.”<sup>107</sup>

### 1.2.3 Nos Escritos Paulinos

Aqui se encontra o principal texto neotestamentário sobre a relação esponsal Cristo e Igreja:

As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos, como ao Senhor, porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja e o salvador do corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos. E vós, maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, a fim de purificá-la com o banho da água e purificá-la pela Palavra, para apresentar a si mesmo a Igreja, gloriosa, sem mancha nem ruga, ou coisa semelhante, mas santa e irrepreensível. Assim também os maridos devem amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo, pois ninguém jamais quis mal à sua própria carne, antes alimenta-a e dela cuida, como também faz Cristo com a Igreja, porque somos membros do seu Corpo. Por isso deixará o homem o seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher, e serão ambos uma só carne. É grande esse mistério: refiro-me à relação entre Cristo e a sua Igreja (Ef 5, 22-32).<sup>108</sup>

O escrito comporta um longo desenvolvimento, determinante para a eclesiologia, que põe em paralelo a relação Cristo-Igreja e a relação conjugal homem-mulher. Dá um

<sup>107</sup> J. LACOSTE, op. cit., p. 356.

<sup>108</sup> Aparece aqui o aspecto eclesiológico. Trata-se do matrimônio ideal, no quadro de uma orientação para a vida familiar. A relação entre Cristo e a Igreja serve de modelo para a relação entre homem e mulher... o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja... Esse texto não pode se ter inspirado na doutrina egípcia, gnóstica sobre a *syzygg*; pelo contrário, essa doutrina de origem posterior, julgou descobrir em Efésios uma estrutura homem-mulher: Cristo e a Igreja. A comparação de Ef 5, 23 baseia-se na idéia veterotestamentária da Aliança. No Antigo Testamento, a Aliança de Deus com seu povo, Israel, é comparada com o matrimônio, supondo naturalmente a ordem social do antigo oriente, que era patriarcal. Como o homem e a mulher no antigo oriente, assim Deus e o seu povo não são parceiros com direitos iguais. À fidelidade obediente da mulher corresponde o cuidado amoroso do marido. Era óbvia a aplicação do modelo do matrimônio humano. Dizendo que o homem é a cabeça da mulher, o autor retoma a declaração de Paulo em 1Cor 11, 3, e lhe dá uma interpretação mais suave, mais aceitável, por sua analogia com Cristo e a Igreja. Cf. J. BAUER et alii, op. cit., p. 50.

último prolongamento à tradição profética e sela a grandeza da relação conjugal. O casal deve ser o reflexo das relações entre Cristo e a Igreja.<sup>109</sup>

O autor dessa perícopre parece estar mais interessado em apresentar a relação de Cristo e a Igreja do que definir o estilo das relações entre os esposos cristãos. Parece mais um discurso teológico sobre a relação Cristo-Igreja do que um manual de ética para esposos cristãos. A partir de uma comparação da relação amorosa de Cristo com sua Igreja é que os esposos poderão encontrar o modelo ideal para relacionar-se entre si.<sup>110</sup>

O apóstolo também apresenta a novidade do cristianismo quando ele substitui a habitual expressão e a prática de submissão, às vezes absoluta, da esposa e de todas as pessoas da casa, pela palavra amor, respeito e confiança.<sup>111</sup>

Também aparece aqui a novidade da mensagem cristã no fato de se codificar a obrigação de o marido amar a sua esposa. E o modelo para essa obrigação é, naturalmente, o amor de Cristo por sua Igreja.<sup>112</sup>

Com particular eficácia e densidade, Paulo faz uso da imagem esposo-esposa para tipificar a relação Cristo-Igreja, entrelaçando numa trama original aquilo que representa uma instrução sobre as relações conjugais entre marido e mulher<sup>113</sup> e a reflexão sobre o

<sup>109</sup> Cf. J. LACOSTE, op. cit., p. 356.

<sup>110</sup> R. FABRIS, *As cartas de Paulo III: Tradução e comentários*, São Paulo: Loyola, 1992, p. 193.

<sup>111</sup> “A maioria dos escritores antigos esperava que as esposas obedecessem aos seus maridos, desejando que elas tivessem um comportamento calmo e submisso. Alguns contratos de casamento até determinavam uma exigência de obediência absoluta. Essa exigência fazia sentido especialmente para os pensadores gregos, que não consideravam as esposas como iguais. As diferenças de idade contribuía para essa disparidade: normalmente os maridos eram mais velhos que suas esposas, em geral mais de uma década na cultura grega (com os homens freqüentemente casando-se por volta dos trinta anos e as mulheres, na adolescências, quase sempre no início desta). Nessa passagem, contudo, o mais perto que Paulo chega de definir submissão é respeito (v.33), e no texto grego, a submissão da esposa ao marido (v.22) é apenas um exemplo de submissão mútua geral dos cristãos (o verbo do v.22 é usado diretamente do v. 21 e dessa forma não pode significar algo diferente).” C. KEENER, *Comentário Bíblico Atos: Novo Testamento*, Belo Horizonte: Atos, 2004, p. 572.

<sup>112</sup> “Embora fosse assumido que os maridos deveriam amar suas esposas, os códigos de família nunca listaram o amor como sendo tarefa do marido. Tais códigos diziam aos maridos apenas para fazerem suas esposas se submeterem. Embora Paulo defenda o ideal antigo de submissão da esposa por sua cultura, ele o qualifica colocando-o no contexto de submissão mútua: os maridos devem amar suas esposas como Cristo amou a Igreja, dando sua vida por ela. Ao mesmo tempo em que ele relaciona o cristianismo com os padrões da sua cultura, ele subverte os valores dessa cultura, indo bem mais além deles. Os maridos e as esposas devem ambos submeterem-se e amarem-se.” C. KEENER, op. cit., p. 572.

<sup>113</sup> Conforme o código doméstico de Colossenses 3, 18. Keener chama essa passagem de códigos domésticos, considerando que a mesma estabelece como devem ocorrer às relações na família, especialmente entre

mistério de Cristo e da Igreja.<sup>114</sup> O comportamento do marido em relação à mulher, e vice-versa, vem sempre ligado à relação de amor de Cristo pela Igreja. Implicitamente, Cristo vem descrito como o Esposo da Igreja. Ele é o “Salvador do Corpo” (cf. v. 23c), que é a Igreja.

Percebe-se que nos vv. 23 a 32 se estabelece um paralelo entre o casamento e a relação de Cristo com a Igreja. Ambos vão esclarecendo-se mutuamente. A Bíblia de Jerusalém, em nota de rodapé, comenta:

Pode-se dizer que Cristo é esposo da Igreja, porque é seu chefe e a ama como a seu próprio corpo, assim como acontece entre marido e mulher; essa comparação, uma vez admitida, fornece, por seu lado, um modelo ideal para o casamento humano. O simbolismo dessa imagem tem as suas raízes profundas no AT, que representa muitas vezes Israel como esposa de Iahweh (Os 1, 2+).<sup>115</sup>

A exortação referente às relações entre Cristo e a Igreja é tão veemente, na passagem Ef 5, 22-32, que poderia servir mais como um ensinamento a respeito da eclesiologia do que como uma exortação acerca das relações entre marido e mulher.

Tendo como pano de fundo a estrutura formal – que, de resto, reproduz a organização piramidal e autoritária da família antiga, - destaca-se nitidamente a novidade da exortação cristã nas motivações. Essas ocupam um espaço tão amplo na primeira série de apelos dirigidos ao casal que se chega a pensar num discurso espiritual teológico sobre a relação Cristo-Igreja. O desenvolvimento do pensamento segue um ritmo peculiar, que passa continuamente da realidade humana do casal para o modelo ideal da união Cristo-Igreja.<sup>116</sup>

---

esposo e esposa. No tempo de Paulo, muitos romanos estavam atribulados devido à propagação das religiões do oriente (por exemplo, o culto de Ísis, o judaísmo e o cristianismo), que eles temiam viesse a minar os valores tradicionais da família romana. Os membros dessas minorias religiosas procuravam sempre demonstrar seu apoio aqueles valores, empregando uma forma padrão de exortações desenvolvidas por filósofos de Aristóteles em diante. Estas exortações como o cabeça da família deveria lidar com os seus membros, geralmente acabavam em discussões no relacionamento entre marido e esposa, pai e filho e mestre e escravo. Paulo imita essa forma de discussão diretamente da maioria dos escritos morais padronizados greco-romanos. Mas, diferentemente da maioria dos escritores antigos, Paulo mina a premissa básica desses códigos: a autoridade absoluta do cabeça masculino da casa. Cf. *ibidem*.

<sup>114</sup> Cf. R. PENNA, *Il mysterion* paolino, Bologna: Dehoniane, 1978, p. 76.

<sup>115</sup> BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém, op. cit., p. 2203.

<sup>116</sup> R. FABRIS, op. cit., p. 192-193.

Paulo escreve esta epístola considerando fundamentalmente dois pólos que conduzirão sua reflexão e admoestação: Jesus Cristo e a Igreja. Todavia, não lhe escapa a lembrança de que a salvação realizada através de Cristo e da Igreja é de iniciativa do Pai.

Os dois pólos em torno dos quais se desenvolvem a reflexão e a exortação de Ef são: Jesus, o Cristo, e a Igreja. A reflexão cristológica desenvolve-se em função da nova consciência de Igreja. Essa polaridade e reciprocidade são muito bem expressas pela imagem simétrica do “Cristo-cabeça” e “Igreja-corpo”. Com isso não queremos dizer que a figura e o papel de Cristo não sejam tratados de maneira ampla e original (...) Em Jesus, o “filho amado de Deus” revela-se e realiza-se o “mistério”, ou seja, o projeto salvífico do qual Deus Pai é a iniciativa. Portanto, apesar da centralidade da figura de Cristo para definir a fé e a experiência salvífica cristã, o autor de Ef não perde de vista a dimensão teocêntrica de todo o processo de revelação e de salvação.<sup>117</sup>

“...Cristo amou a Igreja e se entregou por ela” (Ef 5, 25b). Nessas palavras está o eco dos profetas que, na Antiga Aliança, tinham usado a analogia para falar do amor esponsal de Deus pelo povo eleito, Israel; há, pelo menos implicitamente, a referência à aplicação que Jesus fizera de Si mesmo, apresentando-se como Esposo, como devia ter sido dito pelos Apóstolos às primeiras comunidades, nas quais nasceram os Evangelhos; há um aprofundamento da dimensão salvífica do amor de Cristo, que é ao mesmo tempo esponsal e redentivo: “Cristo entregou-Se pela Igreja” recorda o Apóstolo.<sup>118</sup> O amor de Cristo pela Igreja, como modelo para o amor dos esposos, é único no Novo Testamento. Como esquema geral, o autor pode servir-se de Colossenses 1, 22 e Gálatas 2, 20 para delinear a idéia de Cristo que se entrega pelos demais; e, conforme a segunda carta aos Coríntios 11, 2, para apresentar a imagem de Igreja como casta esposa de Cristo.<sup>119</sup>

O amor de Cristo pela Igreja se manifesta e se realiza em sua autodoação por ela. Amor e autodoação de Cristo caracterizam o processo salvífico proclamado pela fé tradicional da Igreja (cf. 5, 2). O efeito histórico desse amor pela Igreja é

<sup>117</sup> R. FABRIS, op. cit., p. 142.

<sup>118</sup> Cf. JOÃO PAULO II, “A Igreja descrita por São Paulo como Esposa”, in: *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 51, 22 dez. 1991, p. 20.

<sup>119</sup> Cf. R. BROWN et alii, *Comentario Biblico San Jeronimo..* Madrid: Ediciones Cristandad, 1971, Tomo IV, p. 242.

expresso por duas proposições: para torná-la santa... fez aparecer diante de si uma Igreja plena de esplendor...<sup>120</sup>

A entrega de Cristo levou-o à morte na cruz. Em Paulo, a Igreja é apresentada como a esposa de Cristo. Cristo, por sua morte, elevou-a à dignidade de noiva e esposa (cf. Ef 5, 2; Gl 1, 4; 2, 20; 1Tm 2, 6; Tt 2,14; At 12, 28). A doação de Jesus Cristo à sua esposa no sacrifício da cruz, na ressurreição e na vinda do Espírito Santo, não foi um ato acontecido uma única vez, um ato transitório. Tal doação jamais termina, visto que seu amor jamais se cansa. Ele vive sempre para sua esposa; Ele cuida carinhosamente dela como seu próprio “eu”; Ele a alimenta com a força de sua palavra. Mas, principalmente pela sua própria carne e sangue na Eucaristia. Dando-lhe seu corpo e seu sangue, torna-se realmente um corpo com ele. A união entre Cristo e a Igreja supera em muito a união conjugal em intimidade, força e duração. A união entre homem e mulher é uma imagem da união entre Cristo e a Igreja.<sup>121</sup>

“... a fim de purificá-la com o banho da água e santificá-la pela Palavra...” (v. 26). Esse texto torna-se fundamental para a compreensão do sacramento do batismo, onde somos purificados, santificados pela Palavra e nascemos para Cristo como um povo da Nova Aliança que se dá na Igreja, sua esposa.

A terminologia mostra influência do ambiente cultural e litúrgico, com reminiscência de antigas práticas ou ritos nupciais. Em todo o caso, essas imagens tornam-se símbolo de outra coisa, no contexto parabólico, que transfigura todos os detalhes a partir de uma visão religiosa. O banho de purificação é o batismo, mediante o qual a Igreja foi não só lavada e purificada, mas também santificada, ou seja, eleita e consagrada e, portanto, escolhida como parceira da aliança com o Cristo Senhor.<sup>122</sup>

Romano Penna diz que o sacrifício de Cristo é a fonte da existência da Igreja que nasce santa pelo amor puríssimo d’Ele. A modalidade com que Cristo santifica e purifica a

<sup>120</sup> R. FABRIS, op. cit., p. 196.

<sup>121</sup> Cf. M. SCHMAUS, *A fé da Igreja*, Petrópolis: Vozes, 1983, vol. IV, p. 62-63.

<sup>122</sup> R. FABRIS, *ibidem*, p. 196.

Igreja está contida nesse versículo. O batismo é visto como um prolongamento e uma atualização da morte de Cristo na cruz e dela brota a eficácia salvífica (cf. Rm 6, 3ss). Cristo ama tanto a Igreja que é capaz de entregar-se por ela em sacrifício. A palavra usada exprime e provoca a união de Cristo e a Igreja, e essa, em resposta a esse amor, proclama a pertença a Ele, formando em seu interior uma nova identidade como comunidade de salvação.<sup>123</sup>

“... para apresentar a si mesmo a Igreja, gloriosa, sem mancha nem ruga, ou coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (v. 27). Esta apresentação da esposa evidencia a eficácia do amor redentivo de Cristo pela Igreja.

A imagem ideal da noiva-esposa sugere a linguagem simbólica: a Igreja é uma esposa maravilhosa, cheia de brilho, sem mancha, como a noiva de Ct 4, 7, uma jovem, portanto sem rugas nem defeitos. Sem metáfora, isso significa a total consagração da comunidade dos salvos, num relacionamento de aliança.<sup>124</sup>

Segundo Paulo, o relacionamento entre homem e mulher, como se descreve em Gênesis, é um esboço prévio do relacionamento entre Cristo e a Igreja.<sup>125</sup> Ele ampliou a imagem do Antigo Testamento do Deus-Esposo, aplicando-a a Jesus Cristo.<sup>126</sup> “O projeto do amor sponsal que remonta à primeira criação é uma parábola da aliança salvífica manifestada agora na nova criação”.<sup>127</sup>

---

<sup>123</sup> R. PENNA, *Lettera agli Efesini*, Bologna: Dehoniane, 2001, p. 237.

<sup>124</sup> R. FABRIS, op. cit., p. 197.

<sup>125</sup> Cf. Concílio de Vienne – DH 901.

<sup>126</sup> Cf. M. SCHMAUS, op. cit., p. 62.

<sup>127</sup> R. FABRIS, *ibidem.*, p. 198.

### 1.3 Coordenadas a partir da fundamentação bíblica

O que se percebe, numa leitura do Antigo Testamento, ao referir-se a esponsalidade de Deus com seu povo, é que não é fácil compreender e manifestar o paradoxo que se estabelece entre a cólera e o amor. Um exemplo disso encontra-se em Oséias:

Como poderia eu abandonar-te, ó Efraim, entregar-te, ó Israel? Como poderia eu abandonar-te como a Adama, tratar-te como a Seboim? Meu coração se contorce dentro de mim, minhas entranhas comovem-se. Não executarei o ardor de minha ira, não tornarei a destruir Efraim, porque eu sou um Deus e não um homem, eu sou santo no meio de ti, não retornarei com furor (Os 11, 8-9).

O profeta tem uma noção que o ajuda a compreender como o castigo e a salvação podem coexistir lado a lado. Na desgraça Israel lembrar-se-á do tempo em que era feliz: “Quero voltar ao meu primeiro marido, pois eu era outrora mais feliz do que agora” (Os 2, 9b).

Na maior parte dos textos proféticos que utilizam a imagem do Deus-Esposo, e que manifestam a cólera divina, aparece bem claro que a última palavra não pertence à ira, nem a rejeição, mas ao amor. O castigo e o sofrimento foram uma etapa necessária para que a esposa infiel pudesse dar-se conta da situação miserável e de infidelidade a que a levaram suas depravações. O esposo está à espera.

Porque o teu esposo será o teu criador, Iahweh dos Exércitos é o seu nome. O Santo de Israel é o teu redentor. Ele se chama o Deus de toda a terra. Como a uma esposa abandonada e acabrunhada Iahweh te chamou; como à mulher da sua mocidade, que teria sido repudiada, diz o teu Deus. Por um pouco de tempo te abandonei, mas agora com grande compaixão torno a recolher-te. Em um momento de cólera escondi de ti o meu rosto, mas logo me compadeci de ti, levado por uma mor eterno, diz Iahweh, o teu redentor (Is 54, 5-8).

Cântico dos Cânticos apresenta a união esponsal entre Deus e o Povo de Israel, prefigurando, desta forma, o mesmo tipo de união que existirá na Nova Aliança entre Cristo e a Igreja.<sup>128</sup>

A fé cristã professa que, em Jesus, acontece o cumprimento de todas as promessas do Antigo Testamento, as quais constituíam a esperança do povo de Israel. Dentre essas, pode-se salientar a de fidelidade mútua entre Deus e o povo: “Vós sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus” (Ex 6,7). O que vem apresentado no Cântico dos Cânticos a Igreja aplica à sua relação com Jesus Cristo

O salmo 45 (44) é como que a antecipação e a preparação da “nova e eterna aliança” esponsal entre Cristo e a Igreja. É um salmo messiânico e entra tão claramente na categoria de poesia literalmente nupcial como o Cântico dos Cânticos atribuído a Salomão e, ao mesmo tempo, por nós cristãos, fala de Cristo.

Deus ama a cada pessoa de maneira pessoal, íntima e profunda, e quer uma resposta igual. A Aliança feita no Sinai, e tantas vezes renovada, não era observada plenamente. Diante das inúmeras infidelidades do povo, Deus poderia rejeitar para sempre esse povo (sua esposa) por ser pecador e impenitente. Mas, sobrevém o inesperado, a novidade consoladora manifestada especialmente nos profetas: Deus fará nova Aliança, na qual predomine o amor e o conhecimento íntimo de Deus. A mudança será feita pelo próprio Deus no coração do homem (cf. Jr 31, 31-34; Ez 36, 24-28). Essa nova Aliança realiza-se plenamente com a vinda e na pessoa de Jesus Cristo. Ao assumir a natureza humana na encarnação, Ele desposa de maneira profundamente íntima, toda a humanidade.

Acentuar o aspecto afetivo das relações entre Cristo e sua Igreja é uma vantagem do simbolismo nupcial. Distinta do Esposo, a Igreja não está, todavia, separada dele. Ao contrário, está toda orientada para ele, e nele se compraz. Um vínculo indissolúvel vem

---

<sup>128</sup> Cf. L. STADELMANN, op cit., p. 56.

uni-los. Como os esposos terrestres formam uma só carne, assim Cristo e a sua Igreja formam um só espírito, pelo laço de um amor sempre jovem e beatificante.

Em relação ao mistério esponsal de Cristo com a Igreja, pode-se afirmar que o mistério divino, em seu conteúdo cristológico, é o plano redentor de Deus que se realiza concretamente em Jesus Cristo. E esse plano de redenção consiste em que o Pai, movido por seu infinito amor, imolou seu Filho para que este pudesse conduzir ao Pai a humanidade redimida.<sup>129</sup>

Cristo criou para si a Esposa e, ao mesmo tempo, se desposou com ela, quando lhe comunicou sua vida, a vida nova de Deus, que brotou de sua morte. Assim, o Esposo celestial ofereceu à sua Igreja o Espírito Santo.

O fato de Jesus identificar-se como Esposo sublinha no seu amor o aspecto de doação e de íntima compenetração que tende a fazer de dois uma só coisa. Doutra parte, reconhecer a Igreja como Esposa é vê-la primariamente como aquele “tu” que se encontra diante do Cristo-Esposo, num mistério de distinção e de unidade com Ele.

Na Encarnação, Cristo reúne em sua própria carne o divino e humano. Esta união é complementada através da doação de sua própria vida pela salvação de sua esposa, a Igreja. Porém, a paixão e a morte do esposo são coroadas por sua ressurreição. Assim, a morte de Cristo não é algo sem sentido, mas é redentora para a sua esposa. É uma morte fecunda, que gera muitos filhos para sua amada esposa, a Igreja.<sup>130</sup>

O mistério pascal de Cristo pode, então, ser considerado como as núpcias de Cristo com a Igreja. Ele encontra o seu ápice nos mistérios pascais da paixão, morte, ressurreição e glorificação do Senhor. Isto porque, pela sua Paixão, Cristo crucificado foi exaltado,

---

<sup>129</sup> Cf. M. DEL PILAR RÍO, *op. cit.*, p. 145.

<sup>130</sup> Cf. *ibidem*, p. 161.

recebendo em sua humanidade, a plenitude do Espírito, que o converteu em Senhor da nova Criação redimida.<sup>131</sup>

Ser “esposa de Cristo” é essencial à identidade da Igreja. Ela não é nada sem o Cristo, que não cessa de amá-la e de lavá-la cada dia com seu sangue, pois ela não está a salvo das infidelidades e das prostituições de que fala o Antigo Testamento. Mas, ela está certa do amor de seu esposo. Ser “esposa de Cristo” fala-nos não somente da intimidade única que existe entre o Cristo e a Igreja, mas os esponsais divinos implicam também, e inseparavelmente, nossa incorporação a Cristo pelo batismo. Se a Igreja é lavada, cada um de nós o é também. Deus não tem outro objetivo senão a comunhão de vida conosco.

---

<sup>131</sup> Cf. M. DEL PILAR RÍO, op. cit., p. 177.

## CAPÍTULO II

### 2 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO OS ESCRITOS DO PERÍODO PATRÍSTICO

A temática de Cristo Esposo da Igreja e a Igreja Esposa de Cristo, revelada na história da Salvação, é retomada no período da patrística<sup>132</sup> com interpretações feitas da Sagrada Escritura.<sup>133</sup> Na própria explicação dos textos sagrados, os Padres encontravam a oportunidade de desenvolver o tema e contemplar o semblante radioso da Esposa fiel. É principalmente nisso, e na experiência litúrgica, que se percebe com mais clareza este mistério de comunhão, que inicia no batismo e se renova na eucaristia, os dois sacramentos “nupciais” da Igreja Esposa.<sup>134</sup>

A Igreja, para os antigos cristãos é, antes de tudo, uma sociedade de amor, edificada sobre o amor de Deus que se revela em Jesus Cristo. Por isso, a melhor expressão se encontra no amor Ágape<sup>135</sup> que, originariamente, está vinculado à Eucaristia. A

---

<sup>132</sup> A eclesiologia patrística é uma teologia muito rica em símbolos. Um número variadíssimo de imagens querem expressar a verdade dogmática do grande mistério da relação de Cristo com a Igreja. Dentre as imagens, a da Esposa ocupa um lugar privilegiado nas reflexões dos Santos Padres, precisamente por ser expressiva a condição pessoal e relacional da Igreja a respeito de Cristo. Cf. M. DEL PILAR RÍO, op. cit., p. 68. Ver também A. BÉRARDINO (org), *Dicionário patrístico e de antigüidades cristãs*, Petrópolis: Vozes, 2002, p. 1103-1106.

<sup>133</sup> Para Odo Casel, a analogia esponsal referida a Cristo e a Igreja é um dado inegável nos escritos paulinos e neotestamentários e as fontes patrísticas da antigüidade cristã são uma ilustração e uma explicitação desta doutrina. Cf. M. DEL PILAR RÍO, *ibidem*, p. 79.

<sup>134</sup> Cf. J. CERVERA, et alii, “A Igreja, Esposa de Cristo: nos Padres da Igreja e na Liturgia”, in: *A Igreja no seu Ministério/I*, São Paulo: Editora Cidade Nova, 1984, p. 150.

<sup>135</sup> Sobre esse termo, ver carta encíclica de Bento XVI “*Deus caritas est*”, I parte, do n. 3 a 8.

expressão mais profunda e significativa desta característica da Igreja está na denominação de ser ela a Esposa de Cristo.<sup>136</sup>

A Sagrada Escritura, desde o princípio, considerou a comunidade humana como imagem e analogia do amor divino para com a humanidade, e a correspondência desse amor por parte da humanidade a Deus. Os Santos Padres, ao tratar da criação do homem e da mulher, à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26-27), viram a figura de Cristo como o novo Adão e, de modo complementar, consideraram a Igreja como a nova Eva. A Igreja é a Esposa prefigurada em Eva, eleita desde toda a eternidade para unir-se a Cristo numa eterna Aliança de amor e formar com Ele um só Corpo. Portanto, o homem e a mulher são figuras místicas da Aliança de Cristo com a Igreja.<sup>137</sup> Eis um elemento antropológico originário e interpretado à luz de um dado cristológico.

Os Padres da Igreja descobriram um paralelismo misterioso entre a formação da primeira mulher e a formação da Igreja. Consideram a Igreja Esposa de Cristo, pois através d'Ele, de seu Corpo, ela foi formada e é parte d'Ele, é também sua esposa. Aqui se esboça uma relação muito profunda entre a idéia do Corpo de Cristo e da Igreja, como Esposa de Cristo. Ambas complementam-se entre si. Se a idéia de Corpo expressa a unidade perfeita da Igreja com a Cabeça que é Cristo, a idéia de Esposa expressa o amor livre entre ambos.<sup>138</sup>

A necessidade de, agora, apresentar os principais testemunhos do período da patrística sobre o tema da sponsalidade de Cristo com a Igreja.

---

<sup>136</sup> Cf. O. CASEL, *Misterio de la Ekklesia: La comunidad de todos los redimidos en Cristo*, Madrid: Ediciones Guadarrama, 1964, p. 76.

<sup>137</sup> Cf. *ibidem*, p. 77.

<sup>138</sup> Cf. *ibidem*, p. 80.

## 2.1 Nos escritos cristãos mais antigos<sup>139</sup>

Em Inácio de Antioquia<sup>140</sup>, a Igreja aparece como fruto da Encarnação e da Paixão de Jesus Cristo e, ao mesmo tempo, de sua Ressurreição. Ele considera a Paixão de Cristo “divina e bem-aventurada”, pois foi aceita e consumada por Deus, mediante a Ressurreição. Por ela, Cristo adquiriu o Corpo da Igreja, a qual podemos identificar sua Esposa.<sup>141</sup>

A interpretação que Inácio dá ao matrimônio e à virgindade demonstra a influência de Paulo. Para ele o matrimônio simboliza a Aliança eterna entre Cristo e sua Esposa, a Igreja.<sup>142</sup>

Já uma das mais antigas homilias do século II, chamada “Segunda Carta de Clemente”,<sup>143</sup> constitui um dos primeiros textos a explicitar mais claramente o tema da sponsalidade.<sup>144</sup> Assim o autor julga que a Igreja viva é o corpo de Cristo. Pois, segundo a Escritura, Deus fez o ser humano varão e mulher; o varão é o Cristo; a mulher, a Igreja. Também a Bíblia e os apóstolos afirmam que a Igreja não é propriamente deste tempo, mas existe desde o princípio. Era espiritual, assim como Jesus, e apareceu nos últimos dias, a

---

<sup>139</sup> Compreende os escritos cristãos mais antigos após o Novo Testamento – e igualmente os primeiros escritos neotestamentários. São cartas que, além de atenderem às circunstâncias imediatas e ao próprio destinatário, haviam de servir à instrução e exortação de outras comunidades, sendo, por esta razão, transmitidas e colecionadas. Estão longe de empregar uma argumentação científica do cristianismo em geral ou de verdades de fé, tomadas de per si, qual se propõem os apologistas do século II. São elos intermediários entre a era apostólica e as obras cristãs ulteriores. O patrólogo J. B. Cotelier enumera Barnabé, Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna e Hermas. Mais tarde surgiu o costume de acrescentar Pápias e a Carta a Diogneto, de modo que o número dos padres apostólicos chegou a sete. Edições mais recentes incluíram também a Didaqué. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, *Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja*, São Paulo: Paulinas, 1972, p. 53-54.

<sup>140</sup> Bispo de Antioquia. Foi levado pelo imperador Trajano da Síria a Roma, onde sofreu o martírio entre os anos 110-130. Durante a viagem escreveu sete cartas, endereçadas à Igreja de Roma, à Igrejas da Ásia Menor e a Policarpo. Cf. A. BERARDINO, op. cit., p. 710-711.

<sup>141</sup> Cf. SCh 10, 132.134.

<sup>142</sup> Cf. SCh 10, 150.

<sup>143</sup> Este escrito, também apelidado de “segunda carta clementina”, não é uma carta e nem de autoria de São Clemente, devido às diferenças estilísticas. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, *ibidem*, p. 97. É uma homilia penitencial de autor ignorado, escrita por volta do ano 150. Cf. A. BERARDINO, *ibidem*, p. 305. Esta obra é considerada importante, visto que se trata do sermão cristão mais antigo que existe, apresentando um caráter e um tom homilético inconfundíveis. Cf. J. QUASTEN, *Patrologia I*, Madrid: BAC, 1978, p. 63.

<sup>144</sup> Cf. O. CASEL, op. cit., p. 86.

fim de que fôssemos salvos por Ele. A Igreja, a espiritual, manifestou-se na carne de Cristo, mostrando-nos que se alguém, estando na carne, a preserva e não a arruína, recebê-la-á no Espírito Santo. Esta carne é do tipo do espírito; quem destrói o tipo não recebe o arquétipo. Por isto deve-se guardar a carne para ser participante do espírito. Se dissermos que a carne é a Igreja, e Cristo, o espírito, segue-se que quem deturpa a carne, deturpa a Igreja. Esse não será participante do espírito, que é Cristo. Essa carne é capaz de conter imensa vida e incorruptibilidade, com o auxílio do Espírito Santo, e ninguém pode descrever nem contar aquilo que o Senhor preparou para seus eleitos.<sup>145</sup>

Este escrito deve ser entendido no sentido do plano divino da salvação. A Igreja é a esposa de Cristo já na mente de Deus. Assim, como o mesmo Senhor se manifestou na carne, no fim dos tempos, assim também a Igreja aparecerá no fim dos tempos de sua existência terrena. O crente tem que sujeitar-se à Igreja terrena, se quiser pertencer também à Igreja pneumática eterna.<sup>146</sup>

## 2.2 Escritos gnósticos e literatura anti-herética do século II

Ireneu de Lião<sup>147</sup>, em seus escritos, recorda a doutrina da Igreja como Esposa de Cristo. Em sua obra *Adversus Haereses*<sup>148</sup>, o autor afirma que o matrimônio de Moisés alude ao matrimônio espiritual de Jesus e sua esposa, revelando-se na Igreja dos gentios.<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> Cf. PG 1, 347.

<sup>146</sup> Cf. O. CASEL, op. cit., p. 87.

<sup>147</sup> Oriundo da Ásia Menor e discípulo de Policarpo de Esmirna é considerado o mais exímio teólogo do século II. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 119. Parece ter nascido entre os anos 130-140. Originário da Ásia Menor, onde conheceu Policarpo. A teologia de Ireneu não nasce espontânea, mas em oposição aos heterodoxos. Afronta quase todos os campos da Revelação, aludindo que faltam notícias precisas na Escritura. Cf. A. BERARDINO, op. cit., p. 716-717.

<sup>148</sup> Escrito de Santo Ireneu contra as heresias, que com uma exposição convincente, simples e persuasiva da doutrina da Igreja, nos dá o conhecimento dos sistemas gnósticos e da teologia dos Santos Padres no final do século II. Cf. IRENEU DE LIÃO, *Contra as heresias: Denúncia e refutação da falsa gnose*, 2. ed., São Paulo: Paulus, 1995, p. 10.

<sup>149</sup> Cf. ibidem, IV, 12, 1ss.

Hegesipo<sup>150</sup>, em um sentido muito parecido à imagem esponsal, chama “virgem” à Igreja, sempre que não está manchada por heresias.<sup>151</sup>

### 2.3 Escritores Ocidentais do século III

Com um espírito distinto de Clemente de Alexandria, encontra-se em Tertuliano<sup>152</sup> uma idêntica linguagem. Quando Tertuliano fala de Deus como Pai, a idéia de Igreja Mãe e Esposa vem em mente. Ele é o primeiro a aplicar o título de Mãe à Igreja.<sup>153</sup>

Em seu tratado *De Anima* (210-212), demonstra como a criação de Eva do costado de Adão prefigura o nascimento da Igreja da chaga do costado de Jesus Cristo.<sup>154</sup>

Em seu escrito contra Marcião<sup>155</sup>, explica o conhecido texto da Epístola aos Efésios em que Cristo é o Cabeça da Igreja e ela, a sua Esposa. Como em Clemente de Alexandria, volta-se a encontrar no pensamento de Tertuliano a idéia de que a Igreja é corpo da Trindade.<sup>156</sup>

Tertuliano destaca também a experiência nupcial da Igreja mediante aos sacramentos. Provavelmente sua inspiração venha da carta aos Efésios, que fala num banho de água, com o qual a esposa é purificada. Tertuliano diz que quando a alma vem à fé,

<sup>150</sup> Escritor do século II, de origem provavelmente judaica. Passou por Corinto e chegou a Roma no pontificado de Aniceto (155-166) e ali permaneceu até o pontificado de Eleutério (174-189): conhecido como autor de cinco livros de *hypomnemata* (memórias), destinadas a referir a tradição sem erro da pregação apostólica em evidente polêmica contra o gnosticismo. É de Hegesipo a afirmação segundo a qual os vários grupos gnósticos teriam sua origem nas seitas judaicas. Cf. A. BERARDINO, op. cit., p. 659.

<sup>151</sup> Cf. PG 20, 45.

<sup>152</sup> *Quintus Septimus Florens Tertullianus* nasceu em 160 em Cartago. Faleceu também em Cartago depois de 220. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 156. Combateu o paganismo e o judaísmo, depois o gnosticismo, o modalismo e, por fim, em 207 rompeu com a Igreja Católica, aderindo à heresia do montanismo. Cf. C. GOMES, *Antologia dos Santos Padres*, São Paulo: Paulinas, 1985, p. 160.

<sup>153</sup> Cf. PL 1, 692.

<sup>154</sup> “*Si enim Adam de Christo figuram dabat, somnus Adae mors erat Christi dormituri in mortem, ut de injuria perinde lateris ejes vera mater viventium figuraretur Ecclesia.*” PL 2, 768.

<sup>155</sup> *Adversus Marcionem* é um tratado contra Marcião e constitui a obra mais extensa de Tertuliano. Refuta o dualismo que, segundo Marcião, existe entre o Deus do Antigo Testamento e o Deus do Novo Testamento. Cf. PL 2, 548-549.

<sup>156</sup> “... *quoniam ubi tres, id est Pater, et Filius, et Spiritus sanctus, ibi Ecclesia, quae trium corpus est.*” PL 1, 1315.

recriada mediante um segundo nascimento da água e pela virtude proveniente do alto, ela é recebida pelo Espírito Santo. Feliz matrimônio, se ela não admitir adultério.<sup>157</sup>

Novaciano<sup>158</sup> chama a Igreja de Virgem e Esposa de Cristo. Considera o Espírito Santo como aquele que fortalece as almas para entender as coisas divinas e, por isso, superar os tormentos do mundo, armados e fortalecidos pelo Espírito que, propriamente, distribui e concede como adorno, à Igreja, que é a Esposa de Cristo.<sup>159</sup>

O mesmo autor afirma que é pela ação do Espírito Santo que a Igreja se torna repleta de dons e é capaz de conservar, incorrupta e inviolada, a virgindade de esposa de Cristo. O mesmo Espírito é manifesto nos apóstolos e mártires para testemunharem a fé, conserva a castidade das virgens, a doutrina de Cristo, destrói os hereges, enfim, guarda a Igreja incorrupta e inviolada na santidade de virgindade e verdade perpétuas.<sup>160</sup>

Cipriano<sup>161</sup> afirma que a Igreja é o único caminho de salvação e que “é impossível ter a Deus por Pai se não se tem a Igreja por Mãe.”<sup>162</sup> Para ele, não se pode ser cristão sem pertencer a Igreja. A Igreja é a Esposa de Cristo e, como tal, não pode ser adúltera. Todo aquele que se separa da Igreja e se une a uma adúltera está separado das promessas feitas a Igreja. Não poderá conseguir os prêmios de Cristo quem abandona a sua Igreja.<sup>163</sup>

O mesmo autor conserva e desenvolve mais a temática de que a Igreja, como esposa necessita da redenção. Maria é considerada por ele como a Esposa imaculada sem

---

<sup>157</sup> Cf. SCh 35, 195.

<sup>158</sup> Provavelmente romano de nascimento. Pode ser denominado o primeiro antipapa. Cf. A. BERARDINO, op. cit., p. 1012. Em Roma, onde era presbítero, foi o primeiro teólogo que escreveu em latim, pois os precedentes escreviam em grego. Segundo o historiador Sócrates (*sic!*), morreu mártir, provavelmente durante a perseguição de Valeriano. Cf. C. GOMES, op. cit., p. 197.

<sup>159</sup> “*Hic est enim qui ipsorum animos mentesque firmavit, qui Evangelica Sacramenta distinxit, qui in ipsis illuminator rerum Divinarum fuit, qui confirmati pro nomine Domini nec cárceres nec vincula timuerunt; quin imo ipsa saeculi potestates et tormenta calcaverunt, armati jam scilicet per ipsum atque firmati, habentes in se dona, quae hic idem Spiritus Ecclesiae Christi sponsa quase quaedam ornamenta distribuit et dirigit.*” PL 3, 972.

<sup>160</sup> Cf. PL 4, 510.

<sup>161</sup> *Thascius Cecilius Cyprianus* nasceu em Cartago entre os anos 200-210. Na perseguição de Valeriano, Cipriano foi decapitado em 14 de setembro de 258, próximo a Cartago. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 179-180.

<sup>162</sup> “*Habere non potest Deum Patrem qui ecclesiam non habet Matrem.*” PL 4, 519.

<sup>163</sup> “*Quisquis ab Ecclesia segregatus, adulterae jungitur, a promissis Ecclesiae separatur: nec perveniet ad Christi praemia, qui relinquit Ecclesiam Christi.*” PL 4, 519.

mancha e sem ruga, salvaguarda do projeto original de Deus. Para tanto, a condição esponsal da Igreja se traduz na fidelidade à doutrina do Evangelho como adesão a Cristo esposo. A esposa de Cristo não pode ser manchada. Ela é pura e sem corrupção.<sup>164</sup>

## 2.4 Escritores do Oriente do século III

Em Clemente de Alexandria<sup>165</sup> encontramos várias denominações da Igreja: congregação dos eleitos, santuário, cidade de Jerusalém. Ele a considerada Corpo de Cristo quando a chama de “corpo pneumático”, porque está animada pelo Espírito de Cristo.<sup>166</sup>

Assim sendo, a Igreja é vista também como “Virgem-Mãe”.<sup>167</sup> Se um é o Pai do universo, um também é o Logos e um é o Espírito Santo, uma e única é a Mãe e Virgem, a Igreja. Ela é a escola em que seu esposo Jesus ensina.<sup>168</sup>

Orígenes<sup>169</sup> vai afirmar que a Esposa (Igreja) já existia antes da vinda do Salvador Jesus Cristo. Ela existe desde a formação do gênero humano, ou seja, desde a criação do mundo. A instituição da Igreja deu-se no início dos novos tempos. Assim sendo, a união esponsal entre Cristo e a Igreja tem início na encarnação do Verbo.<sup>170</sup>

A união do Verbo com a natureza humana é, segundo a doutrina da preexistência das almas, anterior à encarnação, pois a alma humana do Verbo foi criada junto

<sup>164</sup> Cf. J. CERVERA et alii, op. cit., p. 154.

<sup>165</sup> Tito Flávio Clemente nasceu com muita probabilidade em Atenas por volta do ano 150. Descendente de pais pagãos. Convertido ao cristianismo estabeleceu-se mestre cristão em Alexandria. Em 202/203, com a perseguição de *Septímio*, obrigou-se a deixar a cidade e refugiar-se na Ásia Menor, onde faleceu antes de 215. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 197.

<sup>166</sup> Cf. SCh 70, 150.

<sup>167</sup> Cf. SCh 70, 186.

<sup>168</sup> Cf. PG 8, 297.

<sup>169</sup> Nasceu por volta do ano de 185 em uma família cristã de Alexandria e morreu em 253. Dirigiu a escola de Alexandria de 203 a 231. Contribuiu para a legítima helenização do cristianismo, frente ao problema da relação entre Igreja e cultura. Cf. G. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo: Manual de eclesiologia como comunhão orgânica*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 31. Orígenes é provavelmente o autor mais fecundo da antigüidade, tanto pagã quanto cristã... É, antes de tudo, junto com Jerônimo, o maior exegeta crítico e o maior exegeta literal da antigüidade... Sua teologia é inseparável de sua exegese e de sua doutrina espiritual. A. BERARDINO, op. cit., p. 1046-1048.

<sup>170</sup> Cf. PG 61, 633 ss.

com as outras almas na preexistência; mediante sua união com o Verbo, ela era sob a forma de Deus, impecável, e Cristo, na sua humanidade, é por isso, esposo da Igreja que, na preexistência, era formada pelo conjunto das outras almas. Para resgatar sua esposa decaída, Ele se encarnou no seio de Maria e com Ele o Verbo. Ele revela aos homens a divindade, traduzindo-a numa pessoa humana.<sup>171</sup>

Orígenes aplica a temática nupcial à relação entre Cristo Esposo e a Igreja Esposa. Compreende que o esposo é Cristo, e a Igreja é essa esposa sem mancha nem ruga, ou coisa semelhante, mas santa e irrepreensível. A interpretação espiritual tem por objeto a Igreja que vai a Cristo sob as figuras da esposa e do esposo, e a alma que se une ao Verbo de Deus. A Igreja é a esposa e por isso também a alma esposa; juntos o singular e também o coletivo cristão. A esposa é a Igreja, que deseja unir-se com Cristo e, por Igreja, entende-se o conjunto de todos os santos.<sup>172</sup>

Para Orígenes, os profetas estavam a serviço do Esposo e proclamaram tudo o que Deus ofereceu e ensinou à esposa, como se fosse um dote de casamento. E, com a intenção de fazer com que o amor da futura esposa aumentasse pelo Esposo, fizeram com que ela conhecesse o anúncio da vinda do Esposo e proclamaram suas virtudes e obras.<sup>173</sup>

Contudo, considerando que o mundo estaria próximo do fim e a presença do amado ainda não havia sido concedida à esposa, ela eleva sua oração ao Pai do Esposo. Suplicaihe que renda misericórdia, que envie logo o Amado, e não mais seus servidores, os anjos e profetas. Ela o deseja para que Ele a beije e coloque a Sua palavra em sua boca para que O possa escutar e O veja ensinar.<sup>174</sup>

Na literatura patrística salienta-se a obra de Metódio<sup>175</sup>, intitulada *O Banquete* ou *Da virgindade*, que explana o tema da Igreja-Esposa colocando as núpcias de Cristo com a

<sup>171</sup> A. BERARDINO, op. cit, p. 1049.

<sup>172</sup> Cf. SCh. 375, 178.

<sup>173</sup> Cf. SCh 375, 180.

<sup>174</sup> Cf. SCh 375, 182.

<sup>175</sup> *De Olimpo* ou de *Filipes*. Dito Bispo de Olimpo na Lícia morreu mártir em 311. Quase nada se sabe de sua vida. Formou-se na escola exegética origeniana, mas não aceitou sua teoria sobre a sucessão indefinida dos mundos, sobre a preexistência das almas e sobre a ressurreição da carne. Assumiu sua tipologia, a ascética e a mística, interpretando a história sagrada como revelação progressiva. Cf. A. BERARDINO, ibidem, p. 933.

Igreja no centro de seu discurso e, de uma forma poética, refere-se às virgens cristãs como representantes dessa nupcialidade em meio ao povo de Deus. O Simpósio de Platão serviu-lhe de modelo na disposição e em muitos pormenores.<sup>176</sup> Dez virgens exaltam, sucessivamente, a excelência da castidade virginal. Todas a apresentam como o tipo de vida cristã perfeita e a maneira ideal de imitar a Cristo. Ao final, Tecla, uma das virgens, entoou um hino entusiasta em honra de Cristo-Esposo, e da Igreja, sua Esposa.<sup>177</sup>

E, fazendo uma exegese de Efésios 5, 27, Metódio afirma que dos ossos e da carne de Cristo, considerado o novo Adão, nasceu a Igreja. O *Logos* deixou o Pai nos céus e veio unir-se à sua esposa e entregou-se voluntariamente por ela para apresentar a si mesmo a Igreja - gloriosa e pura – purificando-a com um banho, ou seja, pelo batismo.<sup>178</sup>

*Da virgindade* é a única obra que existe no original, na qual Metódio procura desenvolver um diálogo amplo sobre o mesmo tema, com várias imagens proféticas de tom bíblico.<sup>179</sup>

Metódio manifesta a influência do pensamento de Ireneu de Lião quanto à doutrina da recapitulação, ou seja, Deus determinou uma nova criação pela Encarnação em razão do pecado de Adão. E, indo mais além de Ireneu, Metódio propõe a recriação muito mais completa. A eclesiologia metodiana está particularmente ligada à idéia do segundo Adão. A diferença é que, para Ireneu, a segunda Eva é Maria, ao passo que para Metódio é a Igreja.<sup>180</sup>

<sup>176</sup> Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 221.

<sup>177</sup> Cf. SCh 95, 310.312.

<sup>178</sup> Cf. SCh 95, 106.

<sup>179</sup> “O termo *hagneía* é entendido no sentido original de unidade da alma tendente ao amplexo do Esposo divino: virgindade do espírito mais do que do corpo. O primeiro ato, em três cenas, coloca a temática do homem. O segundo desenvolve seu mistério teleológico. No terceiro, Tisiana projeta na fase escatológica da verdade a profecia oculta em sombras no AT, polemizando contra o milenarismo asiático. No epílogo, Donima canta a idade já agora alcançada do Espírito. Por fim, volta à cena Tecla, para entoar o êxodo escatológico, relembrando as etapas da pedagogia divina”. A. BERARDINO, *ibidem*, p. 933.

<sup>180</sup> Cf. J. QUASTEN. op. cit., p. 439.

## 2.5 A literatura patrística do Concílio de Nicéia ao Concílio da Calcedônia sobre a esponsalidade

Seguindo a idéia de seu mestre Orígenes, Dídimo de Alexandria<sup>181</sup> expõe seu pensamento da Igreja Esposa e Mãe. Na tipologia de Dídimo, o batismo é o grande mistério das núpcias de Cristo com a Igreja, o cumprimento da aliança. Cristo assume sua esposa e a regenera para uma vida nova, uma vida de graça.<sup>182</sup>

Sobre a temática da esponsalidade, Ambrósio<sup>183</sup> faz uma exposição ampla e abarca o conjunto das tipologias, com uma preferência pela experiência sacramental da Igreja-Esposa no batismo.<sup>184</sup> Inspirado no Cântico dos Cânticos, Ambrósio descreve a beleza da Igreja, sendo que é nas almas que ela se torna bela e que o Verbo de Deus cancelou sua culpa, por isso não tem defeito. Sendo assim, Jesus foi atraído pelo desejo de um tão grande coração, pela beleza do seu ornamento e pela sua graça, já que naqueles que foram lavados não existe mais qualquer mancha de culpa.<sup>185</sup>

Agostinho<sup>186</sup>, numa perspectiva mais ampla, a do “*Christus totus*”<sup>187</sup>, do corpo místico, vê a Igreja como Esposa de Cristo. O Verbo de Deus é o Esposo.<sup>188</sup> Com a tipologia do novo Adão e da nova Eva, coloca a esponsalidade de Cristo com a humanidade no momento da Encarnação e também no momento da morte na cruz. Para ele,

---

<sup>181</sup> Também conhecido por *Dídimo*, o cego de Alexandria. Nasceu entre 310-313 e morreu, provavelmente, em 398. Perdeu a vista aos quatro anos de idade. Cf. A. BERARDINO, op. cit., p. 406.

<sup>182</sup> Cf. PG 39, 555ss.

<sup>183</sup> Bispo de Milão, nascido em *Trier* no ano 339 ou 337. Cf. A. BERARDINO, ibidem, p. 83. Morreu em 4 de abril de 397. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 379.

<sup>184</sup> Cf. J. CERVERA et alii, op. cit. p. 152.

<sup>185</sup> Cf. PL 35, 1452.

<sup>186</sup> Nasceu em 354 em Tagaste na Numídia e morreu em Hipona em 28 de agosto de 430. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 379. É considerado o mais profundo filósofo da era patrística e um dos maiores gênios teológicos de todos os tempos, cuja influência plasmou a Idade Média. Lutou contra as heresias da época, o maniqueísmo, o donatismo, o arianismo e o pelagianismo. Cf. C. GOMES, op. cit., p. 332.

<sup>187</sup> Doutrina cristológica segundo a qual Cristo, como Cabeça, está sempre presente edificando sua Igreja, que é o seu Corpo. A Igreja e Cristo são a mesma pessoa (*sic!*). Na medida em que Cristo é a Cabeça de seu corpo que é a Igreja, ele garante não apenas a fundamental e imutável santidade de sua Igreja, mas é também o mediador de toda a graça. H. DROBNER, *Manual de Patrologia*, Petrópolis: Vozes, 2003, p. 425,

<sup>188</sup> Cf. PL 35, 1452.

Jesus derramou seu sangue pela Igreja para receber, depois da ressurreição, aquela que já tinha unido a si no seio da Virgem. Isto porque o Verbo é o esposo, enquanto a esposa é a carne humana, e ambos são o único Filho de Deus e ao mesmo tempo o Filho do homem. Quando Jesus Cristo se tornou cabeça da Igreja, o seio da Virgem Maria foi a câmara nupcial.<sup>189</sup>

Agostinho salienta também que Deus pagou um alto preço para o resgate de sua Esposa, a Igreja, s saber, com o seu próprio sangue, coisa que homem algum faria sem deixar de viver, enquanto o Senhor permanece vivo e dando, por garantia, o Espírito Santo para que se possa completar a obra da salvação.<sup>190</sup> Uma conhecida expressão de Santo Agostinho recorda que é na cruz, do costado de Cristo adormecido, que jorrou o admirável sacramento da Igreja Esposa.<sup>191</sup>

No diálogo de Jesus com Pedro (Cf. Jo 21, 15-17), por três vezes, Jesus pergunta a Pedro: “Tu me amas?” e por três vezes tem uma profissão de amor e por três vezes confia a Pedro a missão de “apascentar as ovelhas”. Que se trata de uma eleição primacial está demonstrado pelo que Jesus pede a Pedro, ou seja, um amor maior do que o de seus companheiros de apostolado (“Me amas mais do que estes?”), a quem também deverá apascentar. Santo Agostinho vê nesse diálogo conclusivo de amor entre Cristo e Pedro surgir uma relação sponsal, já que tem a finalidade de fazer surgir perpetuamente à adesão Cristo-Esposo à sua Igreja-Esposa.<sup>192</sup>

---

<sup>189</sup> “*Dominus autem securus moriens, dedit sanguinem suum pro ea quam resurgens haberet, quam sibi jam conjunxerat in útero Virginis. Verbum enim sponsus, et sponsa caro humana; et utrunque unicus Filius Dei, et idem filius hominis: ubi factus est caput ecclesiae, ille uterus virginis Mariae thalamo ejus...*” PL 35, 1452.

<sup>190</sup> Cf. PL 35, 1452.

<sup>191</sup> Cf. PL 37, 1803.

<sup>192</sup> Cf. SICARI, Antonio. Eucaristía, Primado e Episcopado. In: CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE, *El primado del sucesor de Pedro en el misterio de la Iglesia*, Madrid: Ediciones Palabra, 2003, p. 210-211.

Em um período bastante conturbado, quando a parte ocidental do Império Romano caía sob as invasões bárbaras, surge Leão Magno,<sup>193</sup> que, assim como Ambrósio, critica os hereges que dão um testemunho desleal de sua fé, traída em seus princípios.

No tocante ao esponsalício da Igreja diz: “É a Igreja virgem, a esposa de um só Esposo, que não admite ser contaminada de erro algum, a fim de que no mundo inteiro exista entre nós a integridade de uma casta comunhão”.<sup>194</sup>

Fecundada pelo Espírito Santo, a Igreja é apresentada como virgem-mãe e, porque não dizer, esposa geradora de novos filhos. Afirma o Papa: “É o mesmo Cristo nascido do Espírito Santo e da Virgem Mãe, que com o mesmo sopro do Espírito fertiliza a Igreja imaculada, a fim de que com o parto do batismo nasça a multidão inumerável dos filhos de Deus...”.<sup>195</sup>

## 2.6 Coordenadas a partir da fundamentação patrística

Se a analogia da esponsalidade de Cristo e a Igreja é um dado inegável na Sagrada Escritura, na tradição dos Santos Padres pode-se afirmar que a Igreja Esposa de Cristo é a ilustração e a explicitação desta doutrina. Muitos foram os que consideraram a Igreja como a Esposa de Cristo e de diferentes maneiras compreenderam este mistério sem, contudo, perderem de foco o centro que é o Cristo nesta relação esponsal com sua esposa, a Igreja.

Considerando alguns aspectos, percebe-se que muitos Padres, por meio de uma tipologia de contraste, destacaram o tema da redenção da Esposa que, através de uma ação

---

<sup>193</sup> Oriundo da Toscana. Em 440 tornou-se sucessor de Sisto III. Combateu o pelagianismo e o maniqueísmo. Cf. B. ALTANER; A. STUIBER, op. cit., p. 357-358. Roma foi o centro de toda a sua atividade, primeiro como homem da Igreja e depois como Papa desde 440 até 461. Foi defensor do dogma da encarnação contra Eutiques e seus seguidores (451). Toda a iniciativa para combater as heresias da época culminaram no famoso *Tomus a Flaviano*, que foi aceito pelo concílio de Calcedônia (451). Morreu em Roma em 10 de novembro de 461. Declarado doutor da Igreja em 1754. Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEM ASTRUGA, *Dicionário dos Santos*, Aparecida: Santuário, 2004, p. 144.

<sup>194</sup> Cf. J. CERVENA et alii, op. cit., p. 154.

<sup>195</sup> Cf. ibidem, p. 154-155.

amorosa do Esposo (Cristo), resgatou aquela que era estrangeira e pecadora, para elevá-la à condição de Igreja santa e irrepreensível. Leva-se aqui em conta a realidade do pecado que envolve toda a Igreja e a redenção misericordiosa de Cristo que lavou e purificou a Igreja com a palavra e com o banho nupcial.

Um outro aspecto a ser considerado é que, unido à dimensão trinitária da Igreja e a experiência sacramental, a maternidade virginal da Igreja gera novos filhos de Deus. Ou seja, a experiência nupcial da Igreja dá-se nos sacramentos, em especial no batismo e na eucaristia. O batismo torna-se assim o mistério das núpcias de Cristo com a Igreja, o cumprimento da aliança; a eucaristia, por sua vez, é a doação total do Esposo pela sua Esposa, a Igreja. Por isso, os Santos Padres consideravam a eucaristia como a união da Igreja-Esposa com Cristo Esposo, que a nutre com a própria vida, com a própria carne e com o próprio sangue. A Igreja-Esposa une-se a Cristo Esposo na eucaristia, dele se nutre, torna-se uma só coisa com o Esposo, que na eucaristia ama a sua Igreja e se entrega a ela.

## CAPÍTULO III

### 3 A ESPONSALIDADE CRISTO E IGREJA SEGUNDO O MAGISTÉRIO

O simbolismo esposal possui uma relevante importância na relação de Deus com o seu povo no âmbito da revelação cristã. O tema da Igreja Esposa se faz presente na história da Igreja, de maneira especial junto aos autores medievais e modernos.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> Semelhante ao período patrístico, o tema da Igreja-Esposa ocorre nas místicas mais antigas com acentos místicos e litúrgicos. Esses acentos ligam o pensamento bíblico a uma mística sacramental e é elaborado por pensadores. Gregório Magno (Nasceu em Roma de família aristocrática com postos de influência, tanto no Estado como na Igreja. Em 537, sendo prefeito de Roma, abandonou o serviço civil para fazer-se monge. Com a morte do Papa Pelágio II (590), Gregório foi eleito para sucedê-lo, convertendo-se assim no primeiro monge Papa. Procurou plasmar as idéias agostinianas da obra *A cidade de Deus* em uma sociedade que cristalizaria mais tarde na chamada Cristandade medieval. Foi grande impulsionador da vida monástica iniciada por São Bento. (Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, op. cit., p. 93-94), em suas homilias sobre os Evangelhos escreve: “De fato, Deus Pai celebrou as núpcias de Deus seu Filho quando o uniu, no seio da Virgem, à natureza humana, quando quis que aquele que era Deus antes dos séculos se tornasse homem no fim dos séculos.” (Cf. PL 76, 1283). Catarina de Senna (Nascida em Senna, recebeu o nome de Catarina Binincasa; morreu em Roma aos 33 anos de idade. Foi canonizada em 1461. Proclamada doutora da Igreja, junto a Teresa de Ávila, em 1970. É reconhecida por sua atividade em favor da paz. Por seu incansável zelo em favor da volta do Papa de Avinhão para Roma, mereceu o título de apóstola da unidade do papado e da Igreja. Os escritos de Santa Catarina de Sena, que foram todos eles ditados, incluem umas 380 cartas, 26 orações e os quatro tratados da *divina doutrina*. Essa última obra é conhecida como o *Diálogo de Santa Catarina* ou simplesmente o *Diálogo*, composto entre 1376-1378. (Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, ibidem, p. 47-48), defendendo a unidade e a santidade da Igreja consagra a sua virgindade por um amor maior a Jesus Cristo. Em suas cartas exorta para que os responsáveis pela dignidade da Esposa (Igreja) zelem pela sua integridade. Recriminando a um grupo de cardeais que não reconheceram o papa Urbano VI como legítimo, afirma que estão eles tentando desmembrar a doce Esposa de Cristo (Cf. J. CERVERA et alii, op. cit., p. 159-160). Em sua obra *O Diálogo* percebe-se que, na sua experiência pessoal em relação a Cristo Esposo, se remonta à experiência eclesial. Assim escreve: “Meu Senhor, olha com misericórdia para o teu povo e para a hierarquia da santa Igreja. Se perdoares a tão numerosas criaturas, concedendo-lhes a iluminação da inteligência, serás mais glorificado que só por mim, pobrezinha que tanto pequei, responsável por todos os males. Livres das trevas do pecado mortal e da condenação eterna por tua infinita bondade, todos te louvariam. Por essa razão eu te suplico, caridade divina e eterna, que te vingues sobre mim. Tem piedade do teu povo! Não me afastarei da tua presença, enquanto não perceber que usaste de misericórdia para com teu povo. Que prazer teria eu em ganhar a vida eterna, se teu povo estivesse na morte e se a escuridão aumentasse na tua Esposa – que é toda luz – por causa dos meus pecados e dos pecados dos demais?” (CATARINA DE SENNA, *O Diálogo*, São Paulo: Paulinas, 1984, p. 52). Bernardo de Claraval (Nasceu em Fontaines-lès-Dijón (Borgonha) em 1090. Filho de família nobre, aos 22 anos entrou para o mosteiro de Cister, recém-fundado por São Roberto (1098), que estava em vias de

extinção. Três anos depois é nomeado abade e fundador de Claraval (Clara Vallis). A inesgotável atividade e o fervor de Bernardo converteram em pouco tempo o mosteiro em centro de espiritualidade e baluarte de fé até fazer dele o vale da luz, pois é isto que significa Claraval. Em 1128 interveio no concílio de Troyes, no qual os templários foram reconhecidos como ordem religiosa militar a serviço da cristandade e dos enfermos e peregrinos. Chamado o último dos Padres por sua doutrina e pelos seus escritos, Bernardo é lâmpada ardente e luminosa no meio da Igreja. Reformador, místico, pregador e homem de luta e ação, encarnou os ideais cristãos da Idade Média. Morreu em Claraval em 20 de agosto de 1153. Canonizado em 1174. Proclamado Doutor da Igreja em 1830. (Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, op. cit., p. 36-37), entende a Igreja a partir de três modelos: o somático, com a imagem do Corpo de Cristo, o político (Jerusalém celeste) e o das núpcias, entendendo-a como a esposa de Cristo. Ilustra as relações da Igreja e dos cristãos com o esposo Jesus Cristo (Cf. G. HACKMANN, op. cit., p. 36). Nos sermões sobre Cântico dos Cânticos, Bernardo afirma que Deus é Amor e não quer outra coisa de sua criatura senão ser amado, já que ama para ser amado. Assim escreve: “O amor do Esposo, ou melhor, o Esposo-Amor somente procura a resposta do amor e a fidelidade. Seja permitido à amada corresponder ao amor! Por que a esposa do Amor não deveria amar? Por que não seria amado o Amor? É justo que, renunciando a todos os outros sentimentos, única e totalmente se entregue ao amor, aquela que há de corresponder a ele, pagando amor com amor. Pois mesmo que se esgote toda no amor, que é isso diante da perene corrente do amor do outro? Certamente não corre com igual abundância o caudal do amante e do amor, da alma e do Verbo, da esposa e do Esposo, do Criador e da criatura; há entre eles a mesma diferença que entre o sedento e a fonte” (BERNARDO DE CLARAVAL, *Dos Sermões sobre o Cântico dos Cânticos: amo porque amo, amo por amar*, Sermo 83, 4-6 in: *OFÍCIO DIVINO, Português*, Liturgia das horas segundo o rito romano, vol. IV, Rio de Janeiro: Vozes; Paulinas; Paulus; Ave Maria, 1999, p. 1210). Percebe-se que o autor amplia o significado eclesial ao das almas em particular, justamente em virtude da união de cada cristão com a Igreja. Foi Orígenes quem indicou o caminho para uma apropriação particular do tema da Igreja-Esposa a cada uma das almas. Aliás, como visto anteriormente, no período patrístico se vê o batismo como um sponsalício. Francisco de Assis (Nascido em Assis (Itália) em 1182. Filho de um rico mercador de tecidos renunciou a herança e começou uma vida solitária e itinerante. Decidindo-se a deixar tudo e entregar-se a uma pregação moral e penitencial, uniram-se a ele mais sete companheiros que iniciaram uma vida comum. Dessa experiência inicial nasceu a *Primeira Regra* (c. 1210), baseada na simplicidade e na pobreza evangélica, junto a obediência e a doutrina católica. Morreu em 3 de outubro de 1226 e foi canonizado dois anos depois. Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, *ibidem*, p. 82-83), afirma que somos esposos quando, por virtude do Espírito Santo, a alma fiel se une a Jesus Cristo (Cf. J. CERVERA, et alii, op. cit., p. 160). E, Dionísio, o cartuxo (Nasceu em Rijkel, no Luxemburgo belga, em 1402. A opção firme pela vida solitária não o impediu de alcançar notoriedade e celebridade, pelos copiosos escritos e pela participação nos acontecimentos políticos e religiosos do seu tempo. Sua obra exegética, espiritual e pastoral compreende 42 volumes. Morreu em 12 de março de 1471, na cartuxa *Bethlehem Marie* de Roermond. Cf. L. BORRIELLO; E. CARUANA; M.R. DEL GENIO; N. SUFFI (dir), *Dicionário de Mística*, São Paulo: Loyola; Paulus, 2003, p. 329), afirma: “A Esposa de Cristo é tríplice, ou seja: a Igreja universal, que se chama esposa genérica; cada alma fiel e amante, chamada esposa particular; a beatíssima Virgem Maria, Mãe de Cristo e sua esposa singular; (...) e, por fim, cada Igreja particular, que é também ela esposa de Cristo, e, para distingui-la da alma, se pode dizer esposa comum” (J. CERVERA, et alii, *ibidem*, p. 160). No pensamento de Dionísio, entre a Igreja universal e a alma singular existe até uma outra expressão da Igreja Esposa, e é a Igreja particular, conceito que pode ser entendido a todo e qualquer grupo eclesial que vive, na comunhão da fé e do amor, a sua experiência eclesial. Recordando que é no batismo que se faz necessário encontrar a fonte sacramental da experiência de comunhão com Cristo Esposo, Teresa de Jesus (Teresa de Cepeda e Ahumada – conhecida também como Teresa de Jesus – nasceu nessa cidade em 1515. De uma família da média burguesia castelhana, educou-se dentro do lar paterno sob a influência de sua piedosa mãe. Em 1535 ingressa nas Carmelitas da Encarnação de Ávila e em 1562, com a autorização do Papa Pio IV, abriu o primeiro convento da Reforma carmelitana em São José de Ávila. Seus escritos: o *livro de sua vida*, *Caminho de perfeição*, *as moradas da alma* ou *castelo interior* e outros escritos pedagógicos e líricos inspirados pela mística. Morreu em 4 de outubro de 1582. Canonizada em 1622. Declarada doutora da Igreja em 1970 (a primeira mulher doutora da Igreja). Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, *ibidem*, p. 236-237) em seu livro *Das moradas* expõe o tema da sponsalidade e do matrimônio espiritual como constituintes de um dos símbolos característicos de sua mística (Cf. J. CERVERA et alii, *ibidem*, p. 161). Retomando a temática patrística da redenção da Igreja-Esposa na cruz e na aplicação do batismo a cada alma, João da Cruz (Seu nome de batismo era João Yepes. Nasceu em Fontiveros (Ávila), em 1542. Estudou humanidades no colégio dos jesuítas, atuando ao mesmo tempo como enfermeiro do hospital da cidade. Ingressou na Ordem do Carmelo em 1563. Durante quatro anos estudou Artes e Teologia em Salamanca (1564-1567), sendo ordenado sacerdote neste último ano. O encontro com Santa Teresa em Medina (1568) comprometerá o santo na obra reformadora do Carmelo. Sua

Neste capítulo serão apresentados os ensinamentos do Magistério da Igreja sobre o tema sponsalício de Cristo com a Igreja. O percurso do presente escrito dar-se-á nos escritos publicados antes e depois do Concílio Vaticano II.

### 3.1 A Igreja, Esposa de Cristo até o Concílio Vaticano II

No Magistério da Igreja o tema da Igreja Esposa de Cristo esteve presente durante muitos séculos, mas sem um aprofundamento especial. Bonifácio VIII, em sua Bula *Unam Sanctam* de 18 de novembro de 1302, retoma que a Igreja é una, santa, católica e apostólica e que nesta Igreja deve-se crer com firmeza, e com simplicidade testemunhar; Fora dela não há salvação, nem remissão dos pecados. Ela representa o único corpo místico, cuja cabeça é Cristo, e Deus é a cabeça de Cristo. Nela existe um só Senhor, uma só fé e um só batismo (Ef 4,5).<sup>197</sup>

O Concílio de Trento, em seu tratado sobre o sacrifício da Missa, diz que Jesus, quando teve que partir deste mundo, desejou de sua amada esposa, a Igreja, a

---

doutrina encontra-se em seus escritos: *Subida do Monte Carmelo, Noite Escura da Alma, Cântico espiritual e Chama de Amor Viva*. Morreu em 13 de dezembro de 1591. Canonizado em 1726 e declarado Doutor da Igreja em 1926. Cf. P. SANTIDRIÁN; M. DEL CARMEN ASTRUGA, op. cit., p. 121-122), mostra a continuidade desta doutrina nos cristãos mais sensíveis ao mistério da comunhão eclesial com Cristo Esposo. Assim escreve: “Na árvore da cruz o filho de Deus remiu e, conseqüentemente, desposou consigo a natureza humana e, portanto, cada alma, concedendo-lhe sua graça e penhores, para esse fim” (Cf. J. CERVERA et alii, op. cit., p. 161). Scheeben (Nascido em Meckenheim, perto de Bonn, em 1835. No domínio da dogmática abordou a questão das relações da natureza e da graça. Morreu em 1888. Cf. J. LACOSTE, op. cit., p. 1618-1619), em sua obra “*Os mistérios do Cristianismo*”, dá continuidade à doutrina bíblica e patrística. Destaca o sentido sacramental da união de Cristo com a Igreja-Esposa em cada alma. Referindo-se ao sacramento do batismo, diz que Cristo com a encarnação assumiu a nossa natureza, para nela esposar-se conosco. A encarnação em si já é uma coisa tal, que pelos santos Padres vem representada como um sponsalício com o gênero humano, enquanto nela se encontra virtualmente tudo o que leva à união perfeita do Filho de Deus com os homens. Mas a relação de união, que tem nela o seu fundamento, se realiza somente na Igreja. O homem por meio da fé deve estreitar-se a Cristo, seu Esposo divino, o qual selará no batismo o seu pacto com ele como por meio de um anel nupcial (Cf. J. CERVERA et alii, ibidem, p. 162). O mesmo autor, referindo-se ao sacramento da eucaristia, diz que Cristo e a Igreja se fundem numa só carne, mediante uma real comunhão da carne e do sangue, onde o homem é fecundado na maneira mais perfeita com a virtude da graça da sua cabeça. Cada alma, portanto, ao entrar na Igreja, se torna verdadeira Esposa do Filho de Deus (Cf. ibidem).

<sup>197</sup> *Unam sanctam Ecclesiam catholicam et ipsam apostolicam urgente fide credere cogimur et tenere, nosque hanc firmiter credimus et simpliciter confitemur, extra quam nec salus est nec remissio peccatorum...; quae unum corpus mysticum repraesentat, cuius corporis caput Christus, Christi vero Deus. In qua unus Dominus, una fides et unum baptisma (Eph 4, 5). DH 870.*

representação perene e o memorial de seu sacrifício na cruz. E, não só no sacrifício da Missa, senão em toda a atividade litúrgica da Igreja, que se dinamiza na sua relação da Esposa com o Salvador, Cabeça e Esposo. Precisamente na liturgia a Igreja manifesta-se como amante, Esposa do Cordeiro, que eternamente pertence a seu Esposo.<sup>198</sup>

Em sua Encíclica *Mystici Corporis*, em 1943, Pio XII permanece na temática do corpo místico de seus antecessores e não faltam acenos ao tema da Igreja-Esposa. Falando de Deus Pai que envia o Filho para redimir com seu sangue a sua Esposa, afirma:

A Igreja, que com seu sangue fundara, robusteceu-a com energias especiais descidas do céu, no dia de Pentecostes. Com efeito, depois de ter solenemente investido no seu ofício aquele que já antes tinha designado para seu vigário, subiu ao céu; e, sentado à direita do Pai, quis manifestar e promulgar a sua esposa com a descida visível do Espírito Santo, com o ruído do vento impetuoso e com as línguas de fogo (cf. At 2,1-4).<sup>199</sup>

Sobre o constante zelo de Cristo por sua Esposa afirma o Papa: “Acresce ainda que Cristo do céu vela sempre com particular amor pela sua esposa intemerata, que labuta neste terrestre exílio.”<sup>200</sup>

Sobre os erros relativos à confissão sacramental e à oração, Pio XII novamente faz o enfoque “Igreja-Esposa”, afirmando:

O mesmo sucede com a falsa opinião dos que pretendem que não se deve ter em conta a confissão freqüente das faltas veniais; pois que mais importante é a confissão geral, que a esposa de Cristo, com seus filhos a ela unidos no Senhor, faz todos os dias, por meio dos sacerdotes antes de subirem ao altar de Deus”.<sup>201</sup> E continua: “...o divino Redentor não só uniu estreitamente a si a Igreja como esposa queridíssima, senão também nela as almas de todos e cada um dos fiéis, com quem deseja ardentemente conversar na intimidade, sobretudo depois da comunhão.”<sup>202</sup>

---

<sup>198</sup> Cf. DH 1740.

<sup>199</sup> MC 32.

<sup>200</sup> MC 38.

<sup>201</sup> MC 86.

<sup>202</sup> MC 87.

Sobre o amor cristão, que deve ser a imitação do amor de Cristo pela sua amada Esposa, diz: “Mas para que não nos deixemos enganar pelo anjo das trevas, transfigurado em anjo de luz (cf. 2Cor 11, 14), seja esta a suprema lei do nosso amor: amar a esposa de Cristo tal como Cristo a quis e a adquiriu com seu sangue”.<sup>203</sup>

Em outra parte do texto o mesmo Papa afirma:

Mas para que esta genuína caridade, com que devemos ver o Salvador na Igreja e nos seus membros, não venha pouco a pouco a arrefecer, é bom que contemplemos ao mesmo Cristo como supremo modelo de amor para com a Igreja. E primeiramente imitemos a vastidão daquele amor, esposa de Cristo é só a Igreja; contudo o amor do divino Esposo é tão vasto, que a ninguém exclui, e na sua esposa abraça a todo o gênero humano; pois que o Salvador derramou o seu sangue na cruz para conciliar com Deus a todos os homens de todas as nações e estirpes, e para os reunir num só corpo.<sup>204</sup>

O amor de Cristo pela Igreja chegou ao ponto de entregar-se por ela para elevá-la a condição de Esposa. Diz o Papa:

Mas Cristo Senhor nosso mostrou seu amor à esposa imaculada não só trabalhando incansavelmente e orando constantemente, senão também com as dores e ignomínias que, por ela, espontânea e amorosamente tolerou. Tendo amado aos seus... amou-os até ao fim (Jo 13,1) e foi com seu sangue que ele adquiriu a Igreja (cf. At 20,28).<sup>205</sup>

Sobre a liturgia, em sua Encíclica *Mediator Dei*, em 1947, Pio XII dá certo relevo ao tema sponsalício. Falando sobre a importância da união da Igreja com Cristo para uma eficaz santificação afirma:

Essa eficácia, se trata do sacrifício eucarístico e dos sacramentos, provém antes de tudo do valor da ação em si mesma (ex opere operato); se se considera ainda a atividade própria da imaculada esposa de Jesus Cristo com a qual orna de orações e de sacras cerimônias o sacrifício eucarístico e os sacramentos, ou, se se trata dos sacramentais e de outros ritos instituídos pela hierarquia eclesial, então a eficácia deriva principalmente da ação da Igreja (ex opere operantis

---

<sup>203</sup> MC 90.

<sup>204</sup> MC 93-94.

<sup>205</sup> MC 103.

Ecclesiae), enquanto esta é santa e opera sempre em íntima união com a sua Cabeça.<sup>206</sup>

E, falando sobre a importância da oração pública e da oração privada, afirma:

Sem dúvida, a prece litúrgica, sendo pública oração da ínclita esposa de Jesus Cristo, tem maior dignidade do que a das orações privadas; mas esta superioridade não quer dizer que entre estes dois gêneros de oração haja contraste ou oposição. Ambas se fundem e se harmonizam porque animadas de um único espírito, até que Cristo seja formado em nós.<sup>207</sup>

Mais adiante o Papa vai afirmar que os elementos humanos e divinos, que formam a liturgia, são instituídos pelo Cristo, não podendo ser mudados pelos homens. Pois a Igreja, como Esposa, exprime isso para manifestar a fé e o amor ao Esposo Divino.

Disso se origina a estupenda variedade dos ritos orientais e ocidentais; o desenvolvimento progressivo de hábitos particulares religiosos e práticas de piedade inicialmente apenas acenadas; disso advém que muitas vezes são ripristinadas e renovadas pias instituições obliteradas pelo tempo. Tudo isso testemunha a vida da intemerata esposa de Jesus Cristo durante tantos séculos; exprime a linguagem usada por ela para manifestar ao Esposo divino a fé e o amor inexauríveis dela e das gentes que lhe foram confiadas; demonstra a sua sábia pedagogia para estimular e incrementar nos crentes o sentido de Cristo.<sup>208</sup>

Valorizando os ritos litúrgicos, o documento vai dizer que foram estabelecidos por um influxo do Espírito Santo. Eles estão na Igreja até a consumação dos tempos e são meios pelos quais a esposa de Jesus Cristo estimula e consegue a santidade dos homens.<sup>209</sup>

Relata também o Papa o sacrifício de Jesus Cristo, oferecido pela sua amada Esposa, e a continuidade desse sacrifício pelos membros dessa Esposa:

O Cristo Senhor, sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedeque, tendo amado os seus que estavam no mundo, na última ceia, na noite em que foi traído, para deixar à Igreja, sua esposa dileta, um sacrifício visível, como exige a natureza dos homens, o qual representasse o sacrifício cruento que devia

---

<sup>206</sup> MD 24.

<sup>207</sup> MD 34.

<sup>208</sup> MD 45.

<sup>209</sup> Cf. MD 54.

cumprir-se na cruz uma só vez, e para que a sua lembrança permanecesse até o fim dos séculos e nos fosse aplicada sua salutar virtude em remissão dos nossos pecados cotidianos... ofereceu a Deus Pai o seu corpo e o seu sangue sob as espécies de pão e de vinho e deu-os aos apóstolos, então constituídos sacerdotes do Novo Testamento, para que sob essas mesmas espécies o recebessem, e ordenou a eles, e aos seus sucessores no sacerdócio, que o oferecessem.<sup>210</sup>

A co-redenção operada pela Igreja-Esposa também é destacada por Pio XII:

Jesus Cristo, enquanto morria na cruz, deu à sua Igreja, sem nenhuma cooperação da parte dela, o imenso tesouro da Redenção; quando, ao invés, se trata de distribuir tal tesouro, não só participa com sua esposa incontaminada desta obra de santificação, mas deseja que tal atividade jorre, de certo modo, por ação dela.<sup>211</sup>

Ao concluir a encíclica, o Papa faz um apelo aos fiéis:

Àqueles que um zelo excessivo leva muitas vezes a dizer e a fazer coisas que nos pesa não poder aprovar, repetimos a advertência de Paulo: Ponde tudo à prova; ficai com o que é bom; e os admoestamos com ânimo paterno a consentirem haurir o seu modo de pensar e de agir da doutrina cristã, conforme os preceitos da imaculada esposa de Jesus Cristo e mãe dos santos.<sup>212</sup>

### 3.2 A Igreja, Esposa de Cristo: no concílio Vaticano II e em escritos posteriores

O Concílio Vaticano II<sup>213</sup> retoma oficialmente a imagem da Igreja-Esposa com certo destaque em relação a outras imagens bíblicas.<sup>214</sup> A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* destaca o tema esponsalício quando refere-se ao Espírito Santo. Assim diz:

---

<sup>210</sup> MD 60.

<sup>211</sup> MD 71.

<sup>212</sup> MD 192.

<sup>213</sup> Concílio Ecumênico, que se realizou no Vaticano, de 11 de outubro de 1962 a 08 de dezembro de 1965, é um marco na vida da Igreja no século XX e por si só constitui uma etapa fundamental na história eclesial. Ele é como que a conclusão do período tridentino e o início de uma nova fase da história da Igreja. Cf. L. PACOMIO; V. MANCUSO, op. cit., p. 782-783; J. LACOSTE, op. cit., p. 1820-1824.

<sup>214</sup> Cf. LG 6.

Pela força do Evangelho Ele rejuvenesce a Igreja, renova-a perpetuamente e leva-a à união consumada com seu Esposo. Pois o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17). Desta maneira aparece a Igreja toda como o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo.<sup>215</sup>

Mais adiante o pensamento conciliar declara a Igreja como a Esposa de Cristo, entrelaçando os escritos de João e Paulo. Assim descreve:

E João contempla esta cidade que, na renovação do mundo, desce do céu, de junto de Deus, adornada como uma esposa ataviada para o seu esposo (Ap 21, 1 ss). A Igreja é chamada também Jerusalém celeste e nossa mãe (Gl 4, 26; cf. Ap 12, 17). É ainda descrita como a esposa imaculada do Cordeiro imaculado (Ap 19, 7; 21, 2 e 9; 22, 17). Cristo amou-a e por ela se entregou, para a santificá-la (Ef 5, 26); associou-a a Si por uma aliança indissolúvel e incessantemente a nutre e dela cuida (Ef 5, 29); tendo-a purificado, a quis unida e sujeita a Si no amor e na fidelidade (cf. Ef 5, 24); enfim cumulou-a para sempre de bens celestes para que compreendamos a caridade de Deus e de Cristo para conosco, que ultrapassa todo o conhecimento (cf. Ef 3, 19). Enquanto, pois nesta terra a Igreja peregrina longe do Senhor (cf. 2Cor 5, 6), considera-se exilada e assim busque e saboreie as coisas lá do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus, até que apareça com seu esposo na glória (cf. Cl 3, 1-4).<sup>216</sup>

Considerando a união de Cristo com a Igreja como modelo esponsalcio para o marido e a mulher, com base no escrito de Paulo, o pensamento conciliar destaca:

Cristo ama a Igreja como Sua Esposa, tornado modelo do marido que ama sua mulher como seu próprio corpo (cf. Ef 5, 25-28); mas a Igreja está sujeita à sua cabeça (vv. 23-24). Porque n'Ele habita corporalmente toda a plenitude da divindade (Cl 2, 9), enche com Seus dons divinos a Igreja, que é Seu corpo e Sua plenitude (cf. Ef 1, 22-23), para que ela se desenvolva e chegue à completa plenitude de Deus (cf. Ef 3, 19).<sup>217</sup>

Conclamando à fidelidade da esposa ao seu Esposo, o concílio alerta para as tentações e tribulações. Porém, ela é confortada pela força da graça de Deus.

---

<sup>215</sup> LG 4.

<sup>216</sup> LG 6.

<sup>217</sup> LG 7.

Andando, porém, através das tentações e tribulações, a Igreja é confortada pela força da graça de Deus prometida pelo Senhor, para que na fraqueza da carne não decaia da perfeita fidelidade, mas permaneça digna esposa de seu Senhor, e, sob a ação do Espírito Santo, não deixe de renovar-se a si mesma, até que pela cruz, chegue à luz que não conhece ocaso.<sup>218</sup>

A entrega de Cristo pela Igreja é novamente lembrada retomando o texto de Paulo aos Efésios:

Creemos que a Igreja, cujo mistério é proposto pelo Sagrado Sínodo, é indefectivelmente santa. Pois Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é proclamado único Santo, amou a Igreja como sua esposa. Por ela se entregou com o fim de santificá-la (cf. Ef 5, 25-26). Uniu-a a Si como Seu corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus.<sup>219</sup>

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina, ao referir-se à Sagrada Tradição, afirma que Deus mantém constante diálogo com a Esposa de seu amado Filho. Assim diz o texto:

O ensinamento dos Santos Padres testemunha a presença vivificante dessa Tradição, cujas riquezas se transfundem na praxe e na vida da Igreja crente e orante. Pela mesma Tradição, torna-se conhecido à Igreja o Cânon completo dos livros sagrados e as próprias Sagradas Escrituras são nela cada vez mais profundamente compreendidas e se fazem sem cessar atuantes; e assim o Deus, que outrora falara mantém um permanente diálogo com a esposa de seu dileto Filho, e o Espírito Santo, pelo qual a voz viva do Evangelho ressoa na Igreja e através dela no mundo, leva os crentes à verdade toda e faz habitar neles abundantemente a palavra de Cristo (cf. Col. 3,16).<sup>220</sup>

---

<sup>218</sup> LG 9.

<sup>219</sup> LG 39.

<sup>220</sup> DV 8.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* adentra o tema da esponsalidade quando apresenta a Igreja, que através dos cristãos autênticos, torna-se auxiliar na atividade humana. Assim diz o texto conciliar:

Ainda que a Igreja, por virtude do Espírito Santo, tenha permanecido a fiel esposa de seu Senhor e não cessado jamais de ser um sinal de salvação para o mundo, ela contudo não ignora de modo algum que não faltaram entre seus membros, clérigos e leigos, na série ininterrupta de tantos séculos, os que foram infiéis ao Espírito de Deus.<sup>221</sup>

Mais adiante, a mesma constituição, exaltando o sacramento do matrimônio cristão por ter a presença de Jesus Cristo, afirma:

Cristo Senhor abençoou largamente esse amor multiforme originado da fonte da caridade divina e constituído à imagem de sua própria união com a Igreja. Pois, como outrora Deus tomou a iniciativa do pacto de amor e fidelidade com seu povo, assim agora o Salvador e Esposo da Igreja vem ao encontro dos cônjuges cristãos pelo sacramento do matrimônio.<sup>222</sup>

No texto da Constituição *Sacrossanctum Concilium* sobre a liturgia, fala-se sobre a Igreja como a Esposa do Esposo Cristo. Exaltando a grandeza de Deus diz: “Realmente, em tão grandiosa obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens são santificados, Cristo sempre associa a Si a Igreja, Sua Esposa diletíssima, que invoca seu Senhor e por Ele presta culto ao eterno Pai”.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> GS 43.

<sup>222</sup> GS 48.

<sup>223</sup> SC 7.

Destaca também o mesmo documento a importância do sacrifício oferecido por Jesus Cristo à sua amada Esposa, a Igreja:

Na Última Ceia, na noite em que foi entregue, nosso Salvador instituiu o Sacrifício Eucarístico do Seu Corpo e Sangue. Por ele, perpetua pelos séculos, até que volte, o Sacrifício da Cruz, confiando destarte à Igreja, Sua dileta Esposa, o memorial de Sua Morte e Ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal, em que Cristo nos é comunicado em alimento, o espírito é repleto de graça e nos é dado o penhor da futura glória.<sup>224</sup>

Destacando a comunicação entre o Esposo-Cristo e a Esposa-Igreja, a constituição conciliar afirma:

Por antiga tradição cristã o Ofício Divino está constituído de tal modo que todo o curso do dia e da noite seja consagrado pelo louvor de Deus. Quando, pois, os sacerdotes e as outras pessoas delegadas por vontade Igreja para esse fim, ou os fiéis em união com o sacerdote executam religiosamente aquele admirável cântico de louvor, rezando em forma aprovada, então, verdadeiramente, é a voz da própria Esposa, que fala com o Esposo, ou melhor, a oração de Cristo, com Seu próprio Corpo, ao Pai. Por conseguinte, todos os que exercem essa função, não somente satisfazem o Ofício da Igreja, como também participam da honra suprema da Esposa de Cristo, porquanto cantando os louvores a Deus estão diante do Seu trono em nome da Mãe Igreja.<sup>225</sup>

Referindo-se ao ano litúrgico e colocando Cristo como o centro da história da salvação e a Igreja como sua Esposa, afirma:

---

<sup>224</sup> SC 47.

<sup>225</sup> SC 84-85.

A santa mãe Igreja julga seu dever celebrar em certos dias no decurso do ano, com piedosa recordação, a obra salvífica de seu divino Esposo. Em cada semana, no dia que ela chamou Domingo, comemora a Ressurreição do Senhor, celebrando-a uma vez também, na solenidade máxima da Páscoa, juntamente com sua sagrada Paixão.<sup>226</sup>

No decreto *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos presbíteros, o concílio destaca com estas palavras o valor da virgindade e da castidade por um amor maior à causa do Reino:

Pela virgindade, porém, ou seja, pelo celibato, guardado por amor ao Reino dos céus, os Presbíteros se consagram a Cristo de maneira nova e privilegiada, a ele mais facilmente aderem de coração indiviso, dedicam-se mais livremente n'Ele e por Ele ao serviço de Deus e dos homens, servem com mais disponibilidade a Seu Reino e à obra da regeneração vinda do alto e assim se tornam mais aptos a receber de maneira bem ampla a paternidade em Cristo. Por esse modo, pois, professam diante dos homens querer dedicar-se indivisamente à tarefa que lhes foi confiada, a saber, de desposar os fiéis a um esposo único e apresentá-los como virgem pura a Cristo, e assim evocam aquele conúbio misterioso - criado por Deus para ser futuramente manifestado em sua plenitude - pelo qual a Igreja possui um único esposo, Cristo.<sup>227</sup>

Sobre a atualização dos religiosos, o decreto conciliar do Vaticano II *Perfectae Caritatis* apresenta a Igreja como a esposa ornada para o seu esposo conforme a passagem em Apocalipse:

Surgiu assim, por divina providência, uma admirável variedade de grupos religiosos, a qual muito contribui para que a Igreja não apenas esteja aparelhada para toda obra boa (cf. 2Tim 3, 17) e organizada para as atividades do seu ministério em vista da edificação do Corpo de Cristo (cf. Ef 4, 12), mas apareça ornamentada com os vários dons de seus filhos, como uma esposa adornada para

---

<sup>226</sup> SC 102.

<sup>227</sup> PO 16.

o seu esposo (cf. Ap 21, 2), e por ela se manifeste a multiforme sabedoria de Deus (cf. Ef 3, 10).<sup>228</sup>

João Paulo II, na audiência geral em 11 de agosto de 1982, em seu comentário sobre a carta aos Efésios 5, 22-24, afirma:

No texto da Carta aos Efésios, apresenta-se, uma grande analogia. Lemos nele: As mulheres sejam submissas aos maridos como ao Senhor...: eis a primeira componente da analogia. O marido é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja...: eis a segunda componente, que forma o esclarecimento e a motivação da primeira. E como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos...: a relação de Cristo com a Igreja apresentada precedentemente, é agora expressa como relação da Igreja com Cristo, e nisso está compreendida a componente sucessiva da analogia. Por fim: Maridos, amai as vossas mulheres, como também Cristo amou a Igreja e por ela Se entregou...: eis a última componente da analogia. O seguimento do texto da carta desenvolve o pensamento fundamental, contido na passagem agora mesmo citada; e o texto completo da carta aos Efésios no cap. cinco (vv.21-23) está inteiramente dominado pela mesma analogia, isto é, a relação recíproca entre os cônjuges, marido e mulher, é entendida pelos cristãos à imagem da relação entre Cristo e a Igreja.<sup>229</sup>

Uma semana depois, continuando sua catequese sobre o mesmo tema, o Papa afirma:

A relação esponsal que une os cônjuges, marido e mulher, deve – segundo o autor da carta aos Efésios – ajudar-nos a compreender o amor que une Cristo com a Igreja, aquele amor recíproco de Cristo e da Igreja, em que se realiza o eterno plano divino da salvação do homem.<sup>230</sup>

Mais adiante, na mesma alocução, referindo-se ao texto de Efésios 5, 25: “Cristo amou a Igreja e deu-se a si mesmo por ela”, afirma:

Através de uma total doação por amor, formou a Igreja como Seu corpo e continuamente a edifica, tornando-se sua cabeça. Como cabeça é salvador do seu

<sup>228</sup> PC 1.

<sup>229</sup> JOÃO PAULO II, “A submissão recíproca no temor de Cristo”, in: *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 8, 15 ago. 1982. p. 8.

<sup>230</sup> JOÃO PAULO II, “O matrimônio, sinal visível do eterno mistério divino”, in: *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 2, 18 ago. 1982, p. 8.

corpo e, ao mesmo tempo, como salvador é cabeça. Como cabeça e salvador da Igreja é também esposo da sua esposa [...] ... o amor redentor transforma-se, diria, em amor esponsal: Cristo, dando-se a si mesmo pela Igreja, com o mesmo ato redentor uniu-se de uma vez para sempre com ela, como o esposo com a esposa, como o marido com a mulher, dando-se através de tudo o que uma vez para sempre está incluído naquele seu dar-se a si mesmo pela Igreja.<sup>231</sup>

O próprio Papa, referindo-se ao amor que é dado à mulher pelo marido, e esta, por sua vez, devendo ser submissa a ele, afirma que “a Igreja, como esposa, sendo objeto do amor redentor de Cristo-esposo, torna-se Seu corpo”.<sup>232</sup>

Colocando Cristo no centro da história da salvação, o Papa afirma que é por meio d’Ele que nos é revelado o mistério do amor divino. Ao homem cabe aceitar, mediante a fé, este dom sobrenatural que lhe é oferecido, principalmente nos sacramentos. Assim diz:

Este sobrenatural conferimento dos frutos da redenção operada por Cristo adquire, segundo a epístola aos Efésios 5, 22-23, o caráter de um dar-se esponsal do próprio Cristo à Igreja, à semelhança da relação esponsal entre o marido e a mulher. Portanto não só os frutos da redenção constituem dom, mas é-o sobretudo Cristo: Ele dá-se a Si mesmo à Igreja, como sua esposa.<sup>233</sup>

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici* de João Paulo II sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo, usando imagens aplicadas a Igreja, afirma:

...a Igreja é a vinha escolhida, por meio da qual as vides vivem e crescem com a mesma linfa santa e santificadora de Cristo; é o Corpo místico, cujos membros participam da mesma vida de santidade da Cabeça que é Cristo; é a Esposa amada do Senhor Jesus que a Si mesmo Se entregou para a santificar (cf. Ef 5, 25 ss.).<sup>234</sup>

<sup>231</sup> JOÃO PAULO II, op. cit, n. 5.

<sup>232</sup> JOÃO PAULO II, “Atributos e qualidades morais que devem guiar as relações de amor entre os esposos”, in: *L’Osservatore Romano*, n. 6, 5 set. 1982, p. 12.

<sup>233</sup> JOÃO PAULO II, “A doação esponsal de Cristo à Igreja”, in: *L’Osservatore Romano*, n. 5, 19 set. 1982, p. 12.

<sup>234</sup> CL 16.

Na mesma exortação, fazendo um chamamento aos fiéis leigos a viverem a santidade inseridos no mundo, exalta o Pontífice a Igreja como Esposa e Mãe fecunda:

A santidade é, portanto, um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível da realização da missão de salvação na Igreja. A santidade da Igreja é a fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário. Só na medida em que a Igreja, Esposa de Cristo, se deixa amar por Ele e O ama, é que ela se torna Mãe fecunda no Espírito.<sup>235</sup>

Sobre a participação da mulher na vida da Igreja, nessa exortação, o Papa dá importância ao serviço prestado, e distingue as funções exercidas, fazendo novamente a alusão ao Cristo-Esposo e à Igreja-Esposa:

Para participar na vida e na missão da Igreja, a mulher não pode receber o sacramento da Ordem e, por isso, não pode desempenhar as funções próprias do sacerdócio ministerial. Esta é uma disposição que a Igreja sempre encontrou na clara vontade, totalmente livre e soberana, de Jesus Cristo que chamou apenas homens para Seus apóstolos; uma disposição que pode encontrar luz na relação entre Cristo Esposo e a Igreja Esposa. Estamos na esfera da função e não na da dignidade e da santidade. Deve, na verdade, afirmar-se: Embora a Igreja possua uma estrutura hierárquica, essa estrutura, todavia, está totalmente ordenada para a santidade dos membros em Cristo.<sup>236</sup>

João Paulo II em sua Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem* sobre a dignidade e a vocação da mulher cita o texto paulino de Efésios 5, 25-32 para enfatizar a importância da união entre homem e mulher, formando um amor esponsal, a exemplo do esponsalício de Cristo com a Igreja, sua Esposa. Assim afirma:

---

<sup>235</sup> CL 17.

<sup>236</sup> CL 51.

Nessa Carta o autor exprime a verdade sobre a Igreja como esposa de Cristo, indicando igualmente como esta verdade se radica na realidade bíblica da criação do homem como varão e mulher. Criados à imagem e semelhança de Deus, como unidade dos dois, ambos foram chamados a um amor de caráter esponsal.<sup>237</sup>

E, para dar mais sustentação ao seu escrito, serve-se da Sagrada Escritura, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, afirmando:

O texto da Carta aos Efésios confirma ainda uma vez a verdade acima apresentada e, ao mesmo tempo, compara o caráter esponsal do amor entre o homem e a mulher com o mistério de Cristo e da Igreja. Cristo é o Esposo da Igreja, a Igreja é a Esposa de Cristo. Esta analogia não deixa de ter precedentes: ela transfere para o Novo Testamento o que já estava presente no Antigo Testamento, particularmente nos profetas Oséias, Jeremias, Ezequiel e Isaías.<sup>238</sup>

O Papa chama a atenção para o amor gratuito da parte do Esposo para com a Esposa, dizendo:

Se o ser humano — homem e mulher — foi criado à imagem e semelhança de Deus, Deus pode falar de si pelos lábios do profeta, servindo-se da linguagem que é por essência humana: no texto citado de Isaías é humana a expressão do amor de Deus, mas o *amor* em si mesmo é *divino*. Sendo amor de Deus, esse amor tem um caráter esponsal propriamente divino, ainda que venha expresso com a analogia do amor do homem para com a mulher. Essa mulher-esposa é Israel, enquanto povo escolhido por Deus, e esta eleição tem sua origem exclusiva no amor gratuito de Deus. É justamente por este amor que se explica a Aliança, apresentada freqüentemente como uma aliança matrimonial, que Deus renova sempre com o seu povo escolhido. Esta aliança, da parte de Deus, é um compromisso duradouro; ele permanece fiel ao seu amor esponsal, embora a esposa se tenha demonstrado muitas vezes infiel.<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> MDig. 23.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> Ibidem.

Exaltando a imagem do amor esposal, ligada com a figura do Esposo divino, o Papa percorre alguns textos bíblicos do Novo Testamento. Escreve:

Esta imagem do amor esposal ligada com a figura do Esposo divino — uma imagem muito clara nos textos proféticos — encontra a sua confirmação e coroamento na Carta aos Efésios (5, 23-32). Cristo é saudado como esposo por João Batista (cf. Jo 3, 27-29): antes, o próprio Cristo aplica a si esta comparação tomada dos profetas (cf. Mc 2, 19-20). O apóstolo Paulo, que traz em si todo o patrimônio do Antigo Testamento, escreve aos Coríntios: Pois bem, eu sou ciumento de vós, do mesmo ciúme de Deus, por vos ter desposado com um único esposo, para apresentar-vos a Cristo como virgem pura (2Cor 11, 2). A expressão mais plena, porém, da verdade sobre o amor de Cristo redentor, segundo a analogia do amor esposal no matrimônio, se encontra na Carta aos Efésios: Cristo amou a Igreja e se entregou a si mesmo por ela (5, 25); e nisto se confirma plenamente o fato de a Igreja ser a esposa de Cristo: O teu redentor é o Santo de Israel (Is 54, 5). No texto paulino, a analogia da relação esposal toma ao mesmo tempo duas direções, que formam o conjunto do grande mistério (*sacramentum magnum*). A aliança própria dos esposos explica o caráter esposal da união de Cristo com a Igreja, e esta união, por sua vez, como grande sacramento, decide da sacramentalidade do matrimônio como aliança santa dos esposos, homem e mulher. Lendo esta passagem, rica e complexa, que, no seu conjunto, é uma grande analogia, devemos distinguir o que nela exprime a realidade humana das relações interpessoais daquilo que exprime, com linguagem simbólica, o grande mistério divino.<sup>240</sup>

Na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* sobre a Eucaristia, o Papa exorta que, na celebração do sacrifício eucarístico, a Igreja eleva a sua prece a Deus, para que conceda aos seus filhos a plenitude do Espírito Santo, de modo que se tornem em Cristo um só corpo e um só espírito. Quando o sacerdote apresenta esta súplica a Deus, a Igreja acredita na eficácia da mesma, porque ora em união com Cristo, Cabeça e Esposo, que assume a súplica da Esposa, unindo-a à do seu sacrifício redentor.<sup>241</sup> 43

Diz o Papa que foi sob o impulso das palavras e gestos de Jesus, desenvolvendo a herança ritual do judaísmo, que nasceu a liturgia cristã, capaz de exprimir de forma devida o acolhimento do dom que o Esposo divino continuamente faz de Si mesmo à Igreja-

---

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> Cf. EE 43.

Esposa, colocando ao alcance das sucessivas gerações de crentes o sacrifício que ofereceu uma vez por todas na cruz e tornando-Se alimento para todos os fiéis.<sup>242</sup>

O mistério eucarístico, prossegue o Papa, deve ser vivido na sua integridade, ou seja, na celebração, no colóquio íntimo com Jesus, acabado de receber na comunhão, no período da adoração eucarística fora da Missa. A Igreja fica solidamente edificada, e exprime-se o que ela é verdadeiramente: una, santa, católica e apostólica; povo, templo e família de Deus; corpo e esposa de Cristo, animada pelo Espírito Santo; sacramento universal de salvação e comunhão hierarquicamente organizada.<sup>243</sup>

No sacramento da Eucaristia, a comunidade eclesial é chamada a viver com renovado impulso, de modo cada vez mais consciente, o maior tesouro da Igreja: o sacrifício redentor de Cristo, a sua ressurreição, o dom do Espírito Santo. Porque nele, sob a forma das humildes espécies eucarísticas, é o próprio Cristo que caminha com a sua Esposa, ainda peregrina sobre a terra, iluminando-a e tornando-a testemunha de esperança inabalável para os seus filhos e para o mundo inteiro. Porque Ele é o penhor da meta a que todo o homem aspira, mesmo de maneira inconsciente. Com efeito, a Eucaristia tem uma dimensão essencialmente escatológica, realçada com vigor pela Encíclica.<sup>244</sup>

Na carta dirigida às famílias, no ano de 1994, o Papa João Paulo II faz um breve percurso no Antigo e Novo Testamento, para fundamentar a união de Cristo-Esposo com a Igreja-Esposa. Assim escreve:

Assim, o esposo é o próprio Deus que se fez homem. Na Antiga Aliança, Javé apresenta-se como o Esposo de Israel, povo eleito: um Esposo terno e exigente,

---

<sup>242</sup> Cf. EE 48.

<sup>243</sup> Cf. Ibidem 61.

<sup>244</sup> Cf. Ibidem.

ciumento e fiel. Todas as traições deserções e idolatrias de Israel, descritas dramática e sugestivamente pelos Profetas, não conseguem apagar o amor com que o Deus-esposo ama até o fim (cf. Jo 3,1). A confirmação e o cumprimento da comunhão sponsal entre Deus e o seu povo verificam-se em Cristo, na Nova Aliança. Jesus assegura-nos que o Esposo está conosco (cf. Mt 9,15). Está com todos nós, está com a Igreja. A Igreja torna-se esposa: esposa de Cristo. Esta esposa, de que fala a Carta aos Efésios, faz-se presente em cada batizado e é como uma pessoa em que o olhar do seu esposo se compraz. O amor, pelo qual o Esposo amou até o fim a Igreja, faz com que esta seja sempre novamente santa nos seus santos, mesmo se não deixa de ser uma Igreja de pecadores.<sup>245</sup>

Na Bula de proclamação do grande jubileu do ano 2000, João Paulo II pede que a alegria do perdão seja mais forte e maior do que todo e qualquer ressentimento. Assim, a Esposa brilhará aos olhos do mundo com aquela beleza e santidade que provém da graça de Deus. “Há dois mil anos que a Igreja é o berço onde Maria depõe Jesus e O confia à adoração e contemplação de todos os povos. Possa, através da humildade da Esposa, resplandecer ainda mais a glória e a força da Eucaristia, que ela celebra e conserva no seu seio.”<sup>246</sup>

Evocando a comunhão dos santos junto a Igreja peregrina e a união plena com Cristo afirma o Papa:

É a realidade da comunhão dos santos, o mistério da « realidade vicária », da oração como caminho de união com Cristo e com os seus santos. Ele toma-nos consigo para tecermos, juntamente com Ele, a veste branca da nova humanidade, a veste de linho fino, resplandecente da Esposa de Cristo.<sup>247</sup>

<sup>245</sup> JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias*, Petrópolis: Vozes, 1994, n.19.

<sup>246</sup> JOÃO PAULO II, Bula *Incarnationis Mysterium*, São Paulo: Paulinas, 1998, n. 11.

<sup>247</sup> *Ibidem*, 10.

Na declaração *Dominus Iesus* sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus e da Igreja, a Congregação pela Doutrina da Fé, tendo como prefeito o Cardeal Joseph Ratzinger, nosso atual Papa Bento XVI, afirmava:

E, assim como a cabeça e os membros de um corpo vivo, embora não se identifiquem, são inseparáveis, Cristo e a Igreja não podem confundir-se nem mesmo separar-se, constituindo ao invés um único Cristo total. Uma tal inseparabilidade é expressa no Novo Testamento também com a analogia da Igreja Esposa de Cristo (cf. 2 Cor 11,2; Ef 5,25-29; Ap 21,2.9). Assim, e em relação com a unicidade e universalidade da mediação salvífica de Jesus Cristo, deve crer-se firmemente como verdade de fé católica a unicidade da Igreja por Ele fundada. Como existe um só Cristo, também existe um só seu Corpo e uma só sua Esposa: uma só Igreja católica e apostólica.<sup>248</sup>

A Instrução sobre a vida contemplativa e a clausura das monjas inicia assim: “A Igreja, Esposa do Verbo...” referindo-se à vocação e à missão das monjas, como um sinal da união da Igreja-Esposa com Cristo-Esposo.<sup>249</sup>

Referindo-se sobre o mistério da Igreja, que vive sua união exclusiva com Cristo-Esposo, a mesma instrução recorre à Sagrada Escritura para nos fornecer elementos em que a revelação cristã se apóia. Assim relata:

A história de Deus com a humanidade é uma história de amor sponsal, preparado no Antigo Testamento e celebrado na plenitude dos tempos. A revelação divina descreve, através da imagem nupcial, a íntima e indissolúvel relação de Deus com o seu povo (cf. Os 1-2; Is 54, 4-8; 62, 4-5; Jr 2, 2; Ez 16; 2 Cor 11, 2; Rm 11, 29). O Filho de Deus apresenta-se como o Esposo-Messias (cf. Mt 9, 15; 25, 1), que quer realizar as núpcias de Deus com a humanidade, num admirável intercâmbio de amor, que tem início na Encarnação, atinge o seu apogeu oblativo na Paixão e se perpetua como dom na Eucaristia.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> DI 16.

<sup>249</sup> Cf. VS 1.

<sup>250</sup> VS 4.

O Catecismo da Igreja Católica, ao definir a unidade entre Cristo e a Igreja, entre a Cabeça e os membros do Corpo, expressa em imagem análoga a relação esponsal entre o Esposo (Cristo) e a Esposa (Igreja). Assim diz:

O tema de Cristo Esposo da Igreja foi preparado pelos Profetas e anunciado por João Batista. O Senhor mesmo designou-se como o Esposo (Mc 2, 19). O apóstolo apresenta a Igreja, e cada fiel, membro do seu Corpo, como uma Esposa desposada com Cristo Senhor, para ser com Ele um só Espírito. Ela é a Esposa imaculada do Cordeiro imaculado, a qual Cristo amou, pela qual se entregou, a fim de santificá-la (Ef 5, 26), que associou a si por uma Aliança eterna, e da qual não cessa de tomar cuidado como do seu próprio Corpo.<sup>251</sup>

Mais adiante, ao refletir sobre o sacramento do matrimônio, o Catecismo faz alusão ao casamento do Senhor.

A aliança nupcial entre Deus e o seu povo Israel havia preparado a nova e eterna aliança na qual o Filho de Deus, encarnando-se e entregando sua vida, uniu-se de certa maneira com toda a humanidade salva por ele, preparando assim as núpcias do Cordeiro (Ap 19, 7.9).<sup>252</sup>

E, revelando a presença de Cristo como uma presença real e esponsal por meio dos sacramentos em meio a Igreja, afirma:

---

<sup>251</sup> Cat. 796.

<sup>252</sup> Cat. 1612.

Toda a vida cristã traz a marca do amor esponsal de Cristo e da Igreja. Já o Batismo, entrada do povo de Deus, é um mistério nupcial: é, por dizer, o banho das núpcias que precede o banquete de núpcias, a Eucaristia. O matrimônio cristão se torna, por sua vez, sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo e da Igreja.<sup>253</sup>

O bispo, no dia de sua Sagração, recebe o anel episcopal com estas palavras: “Recebe este anel, sinal de fidelidade; e com fidelidade invencível guarda sem mancha a Igreja, esposa de Deus”.<sup>254</sup> Assim, é chamado a tomar consciência do compromisso que assume de refletir na sua pessoa o amor de Cristo Esposo para toda a Igreja, sua predileta Esposa.

Também no prefácio da dedicação de uma Igreja, essa é chamada de Esposa de Cristo, Templo do Espírito Santo:

Vós quisestes habitar esta casa de oração, para nos tornarmos, pelo auxílio contínuo da vossa graça, templo vivo do Espírito Santo. Dando-lhe vida sem cessar, santificais a Igreja, Esposa de Cristo e Mãe exultante de muitos filhos, simbolizada pelos templos visíveis.<sup>255</sup>

O prefácio Maria e a Igreja, no dia de Nossa Senhora Conceição Aparecida, faz uma analogia entre Maria e a Igreja, considerando a esponsalidade a Cristo:

---

<sup>253</sup> Cat. 1617.

<sup>254</sup> PONTIFICAL ROMANO. Português, Ritual de ordenação de bispos, presbíteros e diáconos, São Paulo: Paulus, 2002. n. 51 e 87. “O anel é sempre sinal nupcial. Quase todos vós já o recebestes no dia da vossa ordenação episcopal, como expressão de fidelidade e de compromisso de guardar a santa Igreja, esposa de Cristo (cf. *Rito da Ordenação dos Bispos*). O anel que hoje vos entrego, próprio da dignidade cardinalícia, deseja confirmar e fortalecer esse compromisso, a partir mais uma vez de uma doação nupcial, que vos recorda o vosso estar antes de tudo unidos a Cristo, para realizar a missão de esposos da Igreja”. Homilia de Bento XVI na concelebração Eucarística para a entrega do anel cardinalício aos novos purpurados, em 25 de Março de 2006. Disponível em <http://vatican.va>.

<sup>255</sup> MISSAL Romano. Português, “Prefácio da Dedicção da Igreja”, in: *Missal Dominical*, 5. ed., São Paulo: Paulus, 1995, p. 588.

A fim de preparar para o vosso Filho uma mãe que fosse digna dele, preservastes a Virgem Maria da mancha do pecado original, enriquecendo-a com a plenitude da vossa graça. Nela, nos destes as primícias da Igreja, esposa de Cristo, sem ruga e sem mancha, resplandecente de beleza.<sup>256</sup>

Na XI Assembléia Geral Ordinária em 2005, o Sínodo dos Bispos reflete sobre a Eucaristia como fonte e ápice da vida e missão da Igreja. E, sobre a relação entre a Eucaristia e a Igreja, esposa e corpo de Cristo, afirma:

A Eucaristia é o coração da comunhão eclesial. O concílio, entre tantas imagens da Igreja, privilegiou uma que exprime toda a sua realidade: a de mistério. Antes de mais nada, a Igreja é mistério do encontro entre Deus e a humanidade; por isso a Igreja é esposa e corpo de Cristo, povo de Deus e Mãe.<sup>257</sup>

### 3.3 Coordenadas a partir da fundamentação magisterial

O desenvolvimento do tema esponsalício de Cristo com a Igreja teve uma evolução no pensamento medieval, no concílio de Trento e no Vaticano II. Sobretudo a renovação da teologia em fins do século XIX e primeira parte do século XX, coincidindo com o retorno às fontes e uma penetração mais sapiencial dos mistérios, vislumbrou o aspecto espiritual da Igreja na sua qualidade de Esposa.<sup>258</sup>

O tema da Igreja-Esposa nas místicas medievais ocorre com acentos místéricos e litúrgicos muito semelhantes aos Padres da Igreja. “O despertar eclesiológico deste século

<sup>256</sup> MISSAL Romano. Português, “Prefácio Maria e a Igreja”, op.cit., p. 589.

<sup>257</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *A Eucaristia: Fonte e Ápice da vida e missão da Igreja*, São Paulo: Paulinas, 2005, p. 33. n. 12.

<sup>258</sup> Cf. J. CERVERA et alii, op. cit., p. 162.

recupera a imagem da Igreja-Esposa na reflexão teológica, para repropô-la sob diversos aspectos na eclesiologia do Vaticano II”.<sup>259</sup>

O Concílio Vaticano II fez com que se suscitasse uma abertura maior ao que se refere ao tema esponsalício. Cristo é o Esposo da Igreja e, conseqüentemente, a Igreja é sua Esposa. Esse é o pensamento que percorre toda a idade medieval e também os dias de hoje. Esse pensamento foi enriquecido ao longo do percurso histórico e com mais clareza pode-se afirmar a íntima relação de Cristo com a sua amada Esposa, a Igreja.

A Igreja como Esposa de Cristo teve importante protagonismo no pontificado de Pio XII. Há uma união entre Cristo e seu corpo místico e isso os distingue como esposo e esposa.<sup>260</sup> Já o Concílio Vaticano II, voltando-se ao tema, revela a imagem esponsalícia baseada em três pilares: a íntima união existente entre Cristo e a Igreja; a distinção entre Cristo e a Igreja e a obediência da Igreja a Cristo.

A relação de Cristo com a Igreja pode ser vista sob três aspectos: em primeiro lugar, uma relação em que Cristo é a Cabeça do Corpo, o Esposo e, o seu corpo, a esposa é a Igreja; em segundo lugar, é uma relação de amor. Um amor generoso de Cristo. A Igreja é a Esposa pela entrega do próprio Esposo, Cristo, cujo amor deve ser correspondido; por fim, é uma relação de estar diante de Cristo. Ele a conduziu a si mesmo como Esposa sua, e de tal forma, que ela está agora diante de sua face, pelo brilho de seu aspecto. Como Esposa, recebe a Igreja proteção, alimento e amor generoso do Esposo.<sup>261</sup>

A Igreja, Esposa de Cristo, mantém-se diante do seu Esposo; unida a ele como resposta da humanidade ao amor esponsal que a fez nascer e a santificou. João Paulo II

---

<sup>259</sup> Cf. J. CERVERA et alii, op. cit., p. 159.

<sup>260</sup> Cf. DH 3816.

<sup>261</sup> Cf. J. FEINER; M. LÖHRER, *Mysterium Salutis*, Compêndio de dogmática histórico-salvífica, vol IV/1, Petrópolis: Vozes, 1975, p. 130-131.

afirma: “A Igreja, como esposa, sendo objeto do amor redentor de Cristo-esposo, torna-se seu corpo”<sup>262</sup> E, Cristo permanecendo nela, comunica-lhe a vida e a assiste, a “cristifica” e estabelece a sua morada.

---

<sup>262</sup> JOÃO PAULO II, “Atributos e qualidades morais que devem guiar as relações de amor entre os esposos”, op. cit., in *L'Osservatore Romano*, n. 6.

## CAPÍTULO IV

### 4 O PRESBÍTERO IDENTIFICADO COM CRISTO-ESPOSO

A imagem do sacerdócio católico, como foi definida em Trento<sup>263</sup> e depois renovada e aprofundada no Vaticano II, foi abalada por uma profunda crise de identidade

---

<sup>263</sup> O Concílio de Trento (1545-1564) foi a resposta da Igreja Católica ao movimento iniciado por Lutero. É caracterizado por uma eclesiologia que reafirma a Escritura e a Tradição como princípios e critérios do conhecimento teológico na Igreja. Também confirma a existência da hierarquia na Igreja, afirmando que nem todos os fiéis são sacerdotes *ex aequo*, por causa do sacramento da Ordem, negado por Lutero. Cf. G. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo*. Op. cit. p. 43-44. Em Trento, como matéria de fé, a existência do ministério eclesiástico instituído por Jesus Cristo e como doutrina teológica, ensina o vínculo entre o sacerdócio e a Eucaristia e, assim, o ensinamento de que os presbíteros são sucessores dos Apóstolos em seu sacerdócio. Cf. R. ARNAU-GARCÍA, *Orden y Ministerio*, Madrid: BAC, 2001. p. 156. A passagem mais importante do Concílio de Trento sobre o sacerdócio é o decreto da sessão 22 sobre o sacrifício da Missa. De acordo com sua doutrina, cessou o sacerdócio do Antigo Testamento: Cristo é o novo e sumo sacerdote instituído por Deus. Ele é sacerdote por toda a eternidade e quer que na sua Igreja o sacrifício de sua vida se renove sempre e produza efeitos na forma do evento da última ceia. Para isto, o sumo sacerdote da Nova Aliança serve-se dos sacerdotes do Novo Testamento. O sacerdócio visível e externo do Novo Testamento está a serviço de Cristo e foi por ele instituído com a finalidade de aplicar os frutos da redenção ao mundo. O poder de oferecer sacrifício e de perdoar pecados ocupam o lugar central na imagem do sacerdote apresentada por Trento. Ainda pode-se encontrar a doutrina relacionada ao sacerdócio no decreto da sessão 23 Do sacramento da Ordem; na sessão 14 Do sacramento da penitência e da extrema-unção; no decreto da sessão 7. A doutrina sobre os sacramentos em geral e sobre a confirmação. Cf. V. BECKER, *O ministério sacerdotal: Natureza e poderes do Sacerdócio segundo o Magistério da Igreja*, São Paulo: Paulinas, 1976, p. 59.103-104. “O Concílio de Trento liga-se a um dos períodos mais tristes e dolorosos do cristianismo. A crise interna da Igreja, de caráter, sobretudo moral, que já durava havia muito tempo (cisma do ocidente, conciliarismo), atingiu o seu ponto mais alto nos inícios do séc. XVI com a crítica radical movida por Lutero à própria estrutura da Igreja e algumas verdade fundamentais da fé católica. Os objetivos e resultados obtidos na reunião ecumênica podem ser resumidos em dois: um de caráter dogmático (procurou responder sistematicamente às posições heréticas dos protestantes); e outro a reforma da Igreja”. L. PACOMIO; V. MANCUSO, op. cit., p. 766. “Abstraindo do concílio Lateranense IV, só em Trento encontramos uma doutrina expressa do Magistério sobre o presbiterato. Respondeu aos ataques dos reformadores. Em resumo, a doutrina de Trento é a seguinte: a) Há um sacerdócio visível da nova aliança com poderes espirituais em vista da consagração na celebração eucarística e na absolvição sacramental do pecado. b) Este sacerdócio é transmitido pelo sacramento da ordem. O sacramento produz como efeito o caráter indelével. c) A ordem vincula-se à estrutura hierárquica irrevogável do ministério eclesial, que se funda na missão dada por Cristo. Percebemos logo que, para Trento, faltou uma eclesiologia que permitisse uma resposta teológica satisfatória a M. Lutero. Trento acentuou o poder de celebrar a Eucaristia e de perdoar pecados porque a Reforma negava isso. Limitou-se a responder às questões controversas. Trento, sob a influência da Teologia escolástica, que deu ênfase à relação entre o ministério presbiteral e a Eucaristia, afirma que Cristo instituiu os apóstolos como sacerdotes pelas palavras da última ceia: “*Fazei isto em minha memória*” (Lc 22, 19; 1Cor 11, 24). Com isso instituiu, segundo Trento, o sacerdócio (DS 1752). Certamente, à luz da exegese mais atual, pode afirmar-se que o ministério eclesial é uma instituição que remonta à vontade de Jesus Cristo. U. ZILLES, *Os sacramentos da Igreja Católica*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p. 396.

no ministério presbiteral<sup>264</sup>, imediatamente após o Concílio Ecumênico do Vaticano II. Junto a isso, está também relacionada à autocompreensão da Igreja. Pois, quando na Igreja ocorre um processo de renovação no modo de compreender a própria identidade e o seu modo de existir no mundo, o ministério presbiteral se vê atingido pelos mesmos questionamentos.<sup>265</sup>

O Sínodo dos Bispos, em 1971<sup>266</sup>, convocado para oferecer alternativas em vista do difícil momento histórico vivido pelos presbíteros, evidenciou a identidade sacerdotal, as conseqüências e a relação com as novas tarefas assumidas progressivamente pelos leigos.<sup>267</sup>

Os estudos bíblicos, patrísticos e litúrgicos deram lugar a propostas de sínteses, deixando de lado as posições mais extremas e, selecionando um ponto de partida diferente, os diversos autores procuram apresentar uma teologia do ministério mais madura, equilibrada e de acordo com a doutrina do Vaticano II e com toda a tradição eclesial. Cada um dos autores busca uma categoria que unifique a plena compreensão do ministério, desde uma ótica cristológica ou eclesiológica, porém sem exclusivismos. O elemento a ser destacado em todos os autores é o esforço por conseguir uma síntese equilibrada dos distintos aspectos do ministério com relação às posições radicais que opõem elementos entre si.<sup>268</sup>

---

<sup>264</sup> Sobre a crise do sacerdócio ver o conteúdo e a bibliografia utilizada por G. HACKMANN, *Servir a Cristo na comunidade*, São Paulo: Loyola, 1993, p 26-53.

<sup>265</sup> Cf. G. HACKMANN, “A identidade do presbítero à luz da Pastores Dabo Vobis”, in: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 101, set. 1993, v. 23, p. 383.

<sup>266</sup> O documento sinodal é formado por duas partes em consonância com a situação descrita: a primeira parte destinada aos princípios doutrinários, acentuando o elemento cristológico do sacerdócio ministerial, e partindo do único Sacerdote-Mediador, Cristo, pontualiza que quando falamos do sacerdócio de Cristo, é necessário ter bem presente a realidade única, incomparável, que inclui em si mesma a função profética e real do Verbo Encarnado. Assim, o ministério sacerdotal, necessário na Igreja, participa do ministério de Cristo em favor da comunidade eclesial e se faz presente sacramentalmente e permanece na Igreja em razão da sucessão apostólica, mediante o rito da imposição das mãos; a segunda parte aborda questões mais conflitivas e orientações práticas para a vida e para o ministério dos presbíteros. Cf. M. PONCE CUÉLLAR, *LLlamados a servir: teología del sacerdocio ministerial*, Barcelona: Herder, p. 325.

<sup>267</sup> Cf. G. HACKMANN, *ibidem*, p. 384.

<sup>268</sup> Cf. M. PONCE CUÉLLAR, *op. cit.*, p. 356. Temos como autores e tendências: Kasper e Von Balthasar que salientam o ministério pastoral ou de guia; Rahner e Lehmann destacam o ministério profético; Bouke e

Segundo Hackmann, o que constitui a especificidade da identidade do ministério presbiteral continua sendo objeto de debate ainda hoje. Porém, já é possível encontrar coordenadas para essa questão. O autor aponta a fundamentação cristológica<sup>269</sup> onde evidencia o presbítero como representante de Cristo perante a comunidade, ou seja, a visibilização sacramental de Cristo cabeça e Pastor; a fundamentação eclesiológica<sup>270</sup> onde o presbítero é visto como representante da Igreja, a partir de uma compreensão eclesial e pneumatológica do ministério e a fundamentação trinitária<sup>271</sup> que procura unir as duas representações - a de Cristo e a da comunidade - por meio da dimensão trinitária do acontecimento da salvação, que ao caracterizar toda a Igreja, também o faz com o ministério presbiteral.<sup>272</sup>

---

Ambrosiano salientam o ministério sacramental-eucarístico; outros preferem selecionar uma categoria mais global, como a missão (Ratzinger), a diaconia (Pastor e Mühlen); outros, enfim, mantêm a justa articulação da polaridade dialética Cristo/Igreja (ontologia/função, ser/obras) como chave para fundamentar a teologia do ministério (Liegé, Scheffczyk, Rambaldi, Congar e Ruffini). Cf. *Ibidem*, p. 356-357.

<sup>269</sup> “Na fundamentação cristológica o sacerdócio de Cristo constitui a base ontológica do sacerdócio do presbítero, estabelecendo uma relação diretamente vertical ao passar a autoridade d’Aquele para este. A representação de Cristo o afasta da esfera secular e o reserva estritamente para as tarefas espirituais. Diversas fórmulas teológicas foram cunhadas para exprimir essa relação ontológica de Cristo-presbítero: sinal da presença de Cristo, cabeça da Igreja; visibilização da imagem bíblica do bom pastor; referência a participação na missão de Cristo, ou seja, missão-envio. O Magistério tem seguido esta visão ao buscar argumentos para fundamentar o sacerdócio ministerial ordenado e para distingui-lo do sacerdócio comum dos fiéis. Nas últimas décadas, o Vaticano II, os papas Paulo VI e João Paulo II serviram-se desse modo de pensar”. G. HACKMANN, “A identidade do presbítero à luz da Pastores Dabo Vobis”, *op. cit.*, p. 384-385.

<sup>270</sup> “Na fundamentação eclesiológica é a tendência mais recente explicitada, particularmente na década passada e apresentada como ressurgimento do primeiro milênio do cristianismo. O ressurgimento desta fundamentação foi motivado pela reflexão da teologia pós-conciliar sobre a Igreja, antecedida pelo aprofundamento da pessoa e da missão de Cristo, favorecedora de novos posicionamentos eclesiológicos, que valorizaram a dimensão comunitária da Igreja e, como consequência, deram atenção prioritária às Comunidades Eclesiais de Base por gerarem um novo modo de ser Igreja. Essa nova tendência se subdivide-se em duas correntes: a *sacramental*, mostrando a dimensão simbólica presente nos sacramentos, que são um desvelamento do mistério de Cristo, onde o sacramento da Ordem aparece como símbolo da graça de Deus, da qual nasce a Igreja e o ministro é o mensageiro autorizado da Palavra na Igreja; a *funcional* que apresenta o presbítero como líder da comunidade, mas sem nenhuma diferenciação ontológica com os demais ministérios ou serviços comunitários. O mandato provém da comunidade e perdura enquanto ela desejar”. *Ibidem*, p. 385-386.

<sup>271</sup> “A fundamentação trinitária, também apresentada como escatológica, é mais recente e surgiu para conciliar as duas anteriores, particularmente para reagir à tendência eclesiológica funcional. Nessa fundamentação, se estabelece a intercessão entre a autoridade e o poder de Cristo (*auctoritas e potestas*), fruto da representação de Cristo (*in persona Christi*), e o carisma da comunidade eclesial (*communio*), fruto da representação do corpo de Cristo (*in persona ecclesiae*). Portanto, em Cristo (*in persona Christi*) o presbítero representa a cabeça da Igreja e na comunidade (*in persona ecclesiae*), o Corpo de Cristo congregado e plenificado de sua vida por meio do Espírito Santo”. *Ibidem*, p. 386.

<sup>272</sup> Cf. G. HACKMANN, “A identidade do presbítero à luz da Pastores Dabo Vobis”, *ibidem*, p. 384-386.

O presente capítulo apresentará a identidade do presbítero<sup>273</sup> seguindo uma fundamentação cristológica, ou seja, tendo o presbítero como representante de Cristo na comunidade, agindo na pessoa de Cristo - *in persona Christi*<sup>274</sup> - sob a ótica dos Papas nos séculos XIX e XX; o Concílio Vaticano II; escritos dos Papas Paulo VI e João Paulo II e outros escritos pós conciliares considerados relevantes.

#### 4.1 A doutrina dos Papas Pio X a João XXIII

O Concílio de Trento é o ponto de partida de todas as exposições sobre o sacerdócio nos escritos pontifícios dos séculos XIX e XX até o Vaticano II.<sup>275</sup> Os Papas dedicaram atenção ao sacerdócio.<sup>276</sup>

Pio X, por ocasião de seu jubileu sacerdotal, dirige aos sacerdotes do mundo católico a Exortação *Haerent Animo* que mais tarde o Concílio Vaticano II utilizaria na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, no Decreto *Presbyterorum Ordinis* e no Decreto

---

<sup>273</sup> Analogamente aos concílios antigos, impõe-se também nos quatro concílios Lateranenses, lenta mas persistentemente, o conceito de *sacerdos*. O I Concílio de Latrão não o emprega ainda, no IV o termo já é muito freqüente e praticamente sinônimo de *presbyter*. Cf. V. BECKER, op. cit., p. 37. O termo presbítero é usado mais frequentemente pelos documentos do Vaticano II. Já nos escritos de João Paulo II frequentemente usa o termo sacerdote. Neste trabalho são empregados, indistintamente, os termos sacerdócio (sacerdote) e presbiterato (presbítero).

<sup>274</sup> A expressão *in persona Christi* está diretamente relacionada com as considerações feitas sobre o ministério como representação de Cristo. O ponto de partida é o Novo Testamento quando os discípulos são enviados por Jesus como co-responsáveis em sua tarefa anunciadora do Reino de Deus (cf. Mc 6, 6-13; Lc 9, 1-6; Lc 10, 1-16); ao serem enviados como colaboradores, se estabelece uma relação de referência e dependência identificativa entre os enviados e quem envia (cf. Lc 10, 16; Jo 13, 20), outorga uma participação na missão de Jesus (cf. Lc 10, 16) e os converte em representantes do envio de Jesus por parte de Deus (cf. Mt 10, 40). São Paulo considera-se apóstolo de Jesus Cristo por haver recebido um chamado e uma tarefa do mesmo Cristo Ressuscitado, exercendo seu ministério como embaixador de Cristo (cf. 2Cor 5, 20). A idéia de representação expressa-se através de imagens, entre elas destaca-se a de pastor (cf. Ef 4, 11; 1Pd 5, 2; Jo 10, 9ss): sendo Cristo o Bom Pastor que se entrega em favor dos homens, os Apóstolos, como seus ministros, tem uma referência nominativa para representar em sua atuação e em sua vida o ministério de entrega radical de Cristo. Esta entrega é interpretada pela carta aos Hebreus com categorias sacerdotais ao apresentar Jesus Cristo como o Sumo Sacerdote. Assim, juntando a idéia do Apóstolo-Ministro como representante de Cristo, pode-se considerar como o fundamento neotestamentário do ministério sacerdotal. Poderá dizer-se que, no exercício de suas funções sacerdotais, o ministro ordenado representa sacramentalmente o único Sacerdote Jesus Cristo. Cf. PROFESORES DE LA FACULTAD DE TEOLOGÍA DE BURGOS, *Diccionario del sacerdocio*, Madrid: BAC, 2005, p. 348-349.

<sup>275</sup> Cf. nota 281.

<sup>276</sup> Cf. V. BECKER, *ibidem*, p. 111.

*Optatam Totius*. Recorda que o sacerdote é outro Cristo pela recepção do poder que lhe foi conferido na ordenação. Se o sacerdote é outro Cristo pelo poder recebido, também deve chegar a ser e a comportar-se como tal, a fim de imitar a conduta de Cristo.<sup>277</sup> Assim diz:

Devemos, portanto, refletir em nós a Pessoa de Cristo - *Est igitur nobis persona Christi gerenda* - e de tal modo desempenhar a missão *legatio* que Ele nos confiou que alcancemos o que Ele nos propôs.<sup>278</sup>

Pio XI, referindo-se ao sacerdote, em sua encíclica *Ad Catholici Sacerdotii*, dizia que com pleno direito se chama outro Cristo, porque faz as vezes d'Ele. Assim diz:

Ora, o Sacerdote, - sendo como é ministro ordinário de quase todos os sacramentos, que são como que canais por onde corre a graça do Redentor sobre a humanidade – por isso mesmo é constituído dispensador dos mistérios de Deus (cf. 1Cor 4, 1), para os comunicar aos membros do corpo místico de Jesus Cristo.<sup>279</sup>

Ele exorta que o sacerdote, sendo ministro de Cristo, é outro Cristo, ou seja, *alter Christus*. O sacerdote, porque foi enviado por Cristo, participa da missão conferida pelo Pai, é agente sacramental de Cristo e, por isso, é outro Cristo. Assim escreve:

Ministro de Cristo, o Sacerdote: é, pois, um como instrumento do Divino Redentor, para Ele poder continuar através dos tempos aquela sua obra maravilhosa que, restaurando com a sua divina eficácia toda a sociedade humana, a elevou a um grau mais excelente de civilização. Mais ainda: o sacerdote, como justificadamente costumamos dizer, é outro Cristo, *alter Christus*, visto que faz as vezes da sua pessoa, segundo aquelas palavras: Assim como o Pai me enviou a mim, assim eu vos envio a vós (Jo 20, 21); e do mesmo modo como o seu Mestre, pela voz dos Anjos, o sacerdote canta glória a Deus nas alturas, e aconselha paz aos homens de boa vontade (Lc 2, 14).<sup>280</sup>

<sup>277</sup> Cf. R. ARNAU-GARCÍA, op. cit., p. 83.

<sup>278</sup> PIO X. “Exortação *Haerent animo*”, in: J. COLLANTES, *A fé católica: Das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Lumen Christi; Anápolis, GO: Diocese de Anápolis, 2003, n. 7226, p. 676-677.

<sup>279</sup> ACS 21.

<sup>280</sup> ACS 16.

A expressão “atuar em nome ou na pessoa de Cristo”, usada por Pio XI, é retomada por Pio XII.<sup>281</sup> De modo especial, em três documentos, *Mystici Corporis*, *Mediator Dei* e *Menti Nostrae*, Pio XII descreve a realidade e o comportamento sacerdotal.

Na encíclica *Mystici Corporis*, Pio XII apresenta a figura do sacerdote, que não só faz as vezes de Cristo, mas também de todo o Corpo Místico, a Igreja. Assim define:

Ordenou Cristo Senhor nosso que esta admirável, e nunca assaz louvada união que nos une entre nós e com a nossa cabeça divina fosse manifestada aos féis de modo especial pelo sacrifício eucarístico; no qual o celebrante faz as vezes não só do divino Salvador, mas também de todo o corpo místico e de cada um dos fiéis; e, por sua parte, os fiéis unidos nas orações e votos comuns, pelas mãos do celebrante, apresentam ao eterno Pai o Cordeiro imaculado - presente no altar à voz unicamente do sacerdote -, como vítima agradável de louvor e propiciação pelas necessidades de toda a Igreja.<sup>282</sup>

Na encíclica *Mediator Dei*, Pio XII reafirma que o sacerdote, em virtude do poder sacerdotal que lhe é confiado, representa o próprio Cristo em meio ao povo.

O divino Redentor estabeleceu, com efeito, o seu reino sob fundamentos da ordem sagrada, que é reflexo da hierarquia celeste. Somente aos apóstolos e àqueles que, depois deles, receberam dos seus sucessores a imposição das mãos, é conferido o poder sacerdotal em virtude do qual, como representam diante do povo que lhes foi confiado a pessoa de Jesus Cristo, assim representam o povo diante de Deus. Esse sacerdócio não vem transmitido nem por herança, nem por descendência carnal, nem resulta da emanação da comunidade cristã ou de delegação popular. Antes de representar o povo, perante Deus, o sacerdote representa o divino Redentor, e porque Jesus Cristo é a cabeça daquele corpo do qual os cristãos são membros, ele representa Deus junto do povo.<sup>283</sup>

Sobre a transmissão do sacerdócio no sacramento da ordem e ao falar do caráter que configura o sacerdote a Cristo, Pio XII afirma:

---

<sup>281</sup> Cf. R. ARNAU-GARCIA, op. cit., p.85.

<sup>282</sup> MC 81.

<sup>283</sup> MD 35.

Por isso o sacerdócio externo e visível de Jesus Cristo se transmite na Igreja não de modo universal, genérico e indeterminado, mas é conferido a indivíduos eleitos, com a geração espiritual da ordem, um dos sete sacramentos, o qual não somente confere uma graça particular, própria deste estado e deste ofício, mas ainda um caráter indelével que configura os ministros sagrados a Jesus Cristo sacerdote, demonstrando-os capazes de cumprir aqueles atos legítimos de religião com os quais os homens são santificados e Deus é glorificado, segundo as exigências da economia sobrenatural.<sup>284</sup>

Prossegue o mesmo documento, diferenciando o sacerdócio comum do sacerdócio ordenado:

Com efeito, como o lavabo do batismo distingue os cristãos e os separa dos outros que não foram lavados na água purificadora e não são membros de Cristo, assim o sacramento da ordem distingue os sacerdotes de todos os outros cristãos não consagrados, porque somente eles, por vocação sobrenatural, foram introduzidos no augusto ministério que os destina aos sagrados altares e os constituem instrumentos divinos por meio dos quais se participa da vida sobrenatural com o corpo místico de Jesus Cristo. Além disso, como já dissemos, somente estes são marcados com caráter indelével que os configura ao sacerdócio de Cristo e somente as suas mãos são consagradas para que seja abençoado tudo o que abençoam e tudo o que consagram seja consagrado e santificado em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.<sup>285</sup>

E conclui a encíclica afirmando que a ordenação sacerdotal é para que o presbítero possa agir em nome de Cristo, como seu representante:

Idêntico, pois, é o sacerdote, Jesus Cristo, cuja sagrada pessoa é representada pelo seu ministro. Este, pela consagração sacerdotal recebida, assemelha-se ao sumo Sacerdote e tem o poder de agir em virtude e na pessoa do próprio Cristo; por isso, com sua ação sacerdotal, de certo modo, empresta a Cristo a sua língua, e lhe oferece a sua mão.<sup>286</sup>

Na exortação *Menti Nostrae*, Pio XII pede que o sacerdote seja capaz de oferecer uma vida de sacrifício para que possa reproduzir a vida de Cristo. “Assim como a vida do

---

<sup>284</sup> MD 37.

<sup>285</sup> MD 38.

<sup>286</sup> MD 62.

Salvador foi ordenada para o sacrifício de si mesmo, também a vida do Sacerdote, que deve reproduzir em si a imagem de Cristo, deve ser com Ele, por Ele, e n'Ele um sacrifício aceitável".<sup>287</sup>

O centenário da morte do Cura de Ars ofereceu a João XXIII ocasião para traçar, na Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia*, a figura do sacerdote católico. Recorda seus antecessores Pio X, Pio XI e Pio XII. De Pio XII transcreve o último e solene apelo à santidade sacerdotal que a morte impediu-o de pronunciar. Assim diz:

O caráter sacramental da ordem está ali escrito, chancela da parte de Deus num pacto eterno do seu amor de predileção, que exige em troca, da criatura escolhida, a santificação... Com humildade e verdade, o clérigo deve habituar-se a alimentar, a respeito da sua pessoa, uma concepção bem diversa e bem mais elevada do que a concepção ordinária do cristão, mesmo eminente: ele deve ser tido como um eleito entre o povo, cumulado dos dons sobrenaturais e participante do poder divino, numa palavra, um *alter Christus*... Já não pertence a si, nem aos parentes e amigos, nem mesmo à Pátria. Deve consumi-lo um amor universal. Mais ainda, os próprios pensamentos, a vontade, os sentimentos deixam de ser seus, para serem de Cristo, que é a sua vida.<sup>288</sup>

Todos esses escritos querem relembrar a doutrina do sacerdócio católico, mas também dirigir apelos à vida sacerdotal e dar sugestões para uma melhor realização do sacerdote em sua vida e missão. São escritos doutrinários, de exortação e de edificação. Ao lado destes escritos pontifícios há outras encíclicas que, embora tenham outros temas por objeto, aproveitam a ocasião para mencionar um ou outro aspecto do sacerdócio.<sup>289</sup>

Com base na doutrina tridentina, os Papas alargaram e aprofundaram algumas verdades nelas expressas<sup>290</sup> e procuraram simultaneamente esboçar um quadro global das

<sup>287</sup> MN 29.

<sup>288</sup> SNP 6.

<sup>289</sup> Cf. V. BECKER, op. cit., p. 112. Por exemplo: Bento XV, em sua Encíclica *Humani Generis*, fala da pregação e da importância do anúncio da fé na atividade sacerdotal; Pio XI, em sua Encíclica *Miserentissimus Redemptor*, parte da devoção ao Sagrado Coração de Jesus para chamar a atenção sobre o sacerdócio dos fiéis. Cf. *ibidem*.

<sup>290</sup> O fundamento do sacerdócio católico continua sendo a participação no sacerdócio eterno de Cristo. Trento não emprega ainda a palavra participação. No decorrer dos escritos pontifícios (Leão XIII, Pio XI, Pio XII,

funções e atividades sacerdotais, bem como delimitar o sacerdócio ministerial em relação ao sacerdócio comum dos fiéis e distinguir o bispo do sacerdote.<sup>291</sup>

As doutrinas, até agora existentes sobre a participação no sacerdócio de Cristo e sobre a ação *in persona Christi*, já se encontram no Concílio de Trento, sendo acentuadas pelos Papas. Cristo é o eterno e Sumo Sacerdote que quer prolongar seu sacerdócio por meio dos apóstolos e de seus sucessores, diz Trento.<sup>292</sup>

## 4.2 O Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II<sup>293</sup> assume a doutrina anterior de Trento e dos Papas: o sacerdócio ministerial é a participação no sacerdócio único de Cristo; tem sua culminância no sacrifício eucarístico, onde o sacerdote age *in persona Christi*.<sup>294</sup>

Indicando os graus da hierarquia eclesiástica, o Vaticano II, ao falar da Ordem, concentra-se particularmente nos bispos que, na sua ordenação, recebem a plenitude do

---

João XXIII) é que o termo foi aparecendo. Essa idéia da participação no sacerdócio eterno de Cristo reaparece em outra expressão e, como esta, torna-se quase um termo técnico: o sacerdote age *in persona Christi*. A expressão não é nova no Magistério; o Concílio de Florença (1438-1445) já o recebera de Santo Tomás. Pio XI é o primeiro a reintroduzir a expressão, a qual, desde então, nenhum Papa deixa de usar. Cf. *ibidem*, p. 115.

<sup>291</sup> Cf. *ibidem*, p. 114-115.

<sup>292</sup> Cf. *ibidem*, p. 118. “Segundo Trento, o sacerdócio foi instituído para continuar a ação sacrificial de Cristo; encerra, contudo, também outros poderes. Os Papas declaram o mesmo de modo mais minucioso. O sacerdócio consiste, sobretudo, no poder de oferecer sacrifício; as outras tarefas são mencionadas em segundo lugar, sem carecerem de importância. Em Trento, o caráter englobava os poderes conferidos ao sacerdote na ordenação. Os Papas retomam este pensamento, aprofundando-o, ao verem no caráter a identificação com Cristo-Sacerdote.” *Ibidem*.

<sup>293</sup> Dois pontos essenciais caracterizam a eclesiologia do Vaticano II: a recuperação da profundidade trinitária da Igreja e o primado da eclesiologia total. Cf. A. SCARALE, “O sacramento da Ordem: a participação ministerial no sacerdócio de Cristo para a unidade e crescimento da Igreja”, in: *A Igreja, salvação do homem III*, São Paulo: Editora Cidade Nova, 1987, p. 207. O Vaticano II quis expor o sentido e o valor do sacramento da Ordem na vida da Igreja. E o fez, em primeiro lugar, procurando precisar a sua origem, atribuindo ao próprio Cristo a instituição dos vários ministérios (LG 18; 28). *Ibidem*, p. 209.

<sup>294</sup> Cf. V. BECKER, *op. cit.*, p. 131.

sacramento da Ordem. Num segundo momento, fala dos presbíteros e diáconos como seus colaboradores. Em virtude da presença eficaz de Jesus Ressuscitado neles presente, os bispos fazem na Igreja, de maneira eminente e visível, as vezes do próprio Cristo, ou seja, *agere in persona Christi*, para cuja tarefa o sacramento da Ordem habilita.<sup>295</sup>

O Concílio inseriu o ministério sacerdotal no interior da missão de toda a Igreja e em correlação com o sacerdócio comum dos fiéis<sup>296</sup> (LG 10); pôs em relevo a dimensão sacramental do episcopado (LG 21); redescobriu o diaconato permanente (LG 29); apresentou o ministério ordenado em tríplice grau: episcopado, presbiterado e diaconato; definiu o sacerdócio ministerial não só em função da Eucaristia, senão também na ordem da tríplice missão de Cristo Cabeça: o anúncio evangélico, a santificação e pastoreio do povo de Deus.<sup>297</sup>

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um para o outro, diferenciando-se no grau e na essência, embora participando, cada um a seu modo, do único sacerdócio de Cristo.<sup>298</sup> Assim, o sacerdócio comum é participação existencial no dinamismo da oferenda de Cristo, ou seja, realiza-se concretamente na vida cotidiana do fiel. Já no sacerdócio ministerial há uma novidade sacramental que permite atuar na pessoa de Cristo, Cabeça e Pastor.<sup>299</sup>

Existe uma diferença essencial entre ministérios ordenados e ministérios não ordenados, em função da diferença entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial. Os ministérios ordenados são exercidos em virtude do sacramento da ordem, enquanto que os ministérios não-ordenados têm seu fundamento sacramental no Batismo e na Crisma. A diferença essencial deve-se à finalidade do sacerdócio ministerial: operar *in persona Christi*. Isso penetra num âmbito mais extenso do sacerdócio de Cristo, em virtude dos novos poderes ministeriais

<sup>295</sup> A. SCARALE, op.cit., p. 210-211.

<sup>296</sup> Sobre a relação entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum ver M. SANTOS, “A relação entre sacerdócio ministerial – sacerdócio comum e ministérios ordenados – ministérios não ordenados”, *Teocomunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 132, v. 31, Jun. 2001, p. 217-250; M. PONCE CUÉLLAR, op. cit., p. 383-389.

<sup>297</sup> Cf. M. PONCE CUÉLLAR, ibidem, p. 305.

<sup>298</sup> Cf. LG 10.

<sup>299</sup> Cf. M. SANTOS, ibidem, p. 247-248.

que lhe confere, de tal forma que lhe proporciona uma situação nova e orgânica na comunidade dos batizados.<sup>300</sup>

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, ao discorrer sobre o episcopado como a plenitude do sacramento da Ordem e confirmando a tríplice missão episcopal: santificar, ensinar e reger, afirma, também, a natureza do sacerdócio ministerial que imprime um caráter sagrado, configurando o bispo ao próprio Cristo:

Para desempenhar ofícios tão excelsos, os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com especial efusão do Espírito Santo descendo sobre eles (cf. At 1,8; 2,4; Jo 20, 22-23). E eles mesmos transmitiram aos seus colaboradores, mediante a imposição das mãos, este dom espiritual (cf. 1 Tim 4,14; 2 Tim 1, 6-7), que chegou até nós pela sagração episcopal.<sup>301</sup> O Santo Sínodo ensina, pois, que pela sagração episcopal se confere a plenitude do Sacramento da Ordem, que, tanto pelo costume litúrgico da Igreja como pela voz dos Santos Padres é chamada o sumo sacerdócio, o ápice do ministério sagrado. Mas a sagração episcopal, juntamente com o múnus de santificar, confere também os de ensinar e de reger. Estes, todavia, por sua natureza só podem ser exercidos em hierárquica comunhão com o Chefe e os demais membros do Colégio. Pois pela tradição, que se manifesta, sobretudo nos ritos litúrgicos e no uso da Igreja quer do ocidente quer do oriente, consta claramente que mediante a imposição das mãos e as palavras da sagração é concedida a graça do Espírito Santo e impresso o caráter sagrado de tal modo que os Bispos, de maneira eminente e visível, fazem as vezes do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice e agem em Seu nome.<sup>302</sup>

Baseando-se nesta doutrina conciliar, o próprio sacerdote, em comunhão com o Bispo, está sacramentalmente identificado com Cristo, de forma que atua em seu ministério como seu representante.<sup>303</sup> Assim prossegue o documento conciliar:

Assim o ministério eclesiástico, divinamente instituído, é exercido em diversas ordens pelos que, desde a antiguidade, são chamados Bispos, Presbíteros e Diáconos. Embora os presbíteros não possuam o ápice do pontificado e no

<sup>300</sup> M. SANTOS, op. cit., p. 249-250.

<sup>301</sup> Para demonstrar que a Ordem é um verdadeiro sacramento, a *Lumen Gentium* cita na nota de rodapé n. 18 o Concílio Tridentino, sessão 23, capítulo 3, as palavras de 2 Tim 1, 6-7. Assim diz o texto conciliar: Sendo manifesto pelo testemunho da Escritura, pela Tradição apostólica e pelo unânime consenso dos Padres, que pela sagrada ordenação, ministrada com palavras e sinais exteriores, se confere a graça, ninguém deve duvidar que a Ordem seja verdadeira e propriamente um dos sete sacramentos da santa Igreja. O Apóstolo é quem o diz: Admoesto-te a que ressuscites a graça que está em ti pela imposição das minhas mãos. Pois Deus não nos concedeu o espírito de temor, mas de virtude, de amor e sobriedade (2 Tim 1,6-7; cf. 1 Tim 4, 14).

<sup>302</sup> LG 21.

<sup>303</sup> Cf. R. ARNAU-GARCÍA, *Llamó a los que él Quiso*, Valencia - España: EDICEP-CB, 1999, p. 81.

exercício de seu poder dependam dos Bispos, estão, contudo com eles unidos na dignidade sacerdotal. Em virtude do Sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno Sacerdote (Heb 5, 1-10; 7,24; 9, 11-28), eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento. Participando, no grau próprio de seu ministério, da função de Cristo Mediador único (1 Tim 2,5), a todos anunciam a palavra de Deus. Eles exercem seu sagrado múnus principalmente no culto eucarístico ou sinaxe, na qual, agindo na pessoa de Cristo e proclamando o Seu mistério, eles unem os votos dos fiéis ao sacrifício de sua Cabeça e, até a volta do Senhor (cf. 1 Cor 11,26), representam e aplicam no sacrifício da Missa o único sacrifício do Novo Testamento, isto é, o sacrifício de Cristo que como hóstia imaculada uma vez se ofereceu ao Pai (cf. Heb 9, 11-28).<sup>304</sup>

Referindo-se à cooperação dos presbíteros no tríplice múnus dos bispos, o decreto *Ad Gentes* reflete sobre a representatividade da pessoa de Cristo. “Os presbíteros representam a pessoa de Cristo e são cooperadores da ordem episcopal, no tríplice dever sagrado, que por sua natureza se relaciona com a missão da Igreja.”<sup>305</sup>

O decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos presbíteros, expõe o pensamento conciliar sobre a ligação do Presbítero a Cristo, do qual brota sua identidade e missão no mundo, configurando-o ao próprio Cristo Sacerdote e agindo na Sua pessoa. Assim diz:

O ofício dos Presbíteros, por estar ligado à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege o Seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo embora os sacramentos da iniciação cristã, é conferido por aquele Sacramento peculiar mediante o qual os Presbíteros, pela unção do Espírito Santo são assinalados com um carácter especial e assim configurados com Cristo sacerdote, de forma a poderem agir na pessoa de Cristo cabeça.<sup>306</sup>

Pelo sacramento da Ordem, o Presbítero é configurado a Cristo sacerdote, chamado a construir e edificar a Igreja na qualidade de ministros da Cabeça e cooperadores

---

<sup>304</sup> LG 28.

<sup>305</sup> AG 39.

<sup>306</sup> PO 2.

da Ordem episcopal. Consagrado a Deus pela recepção do sacramento da Ordem, o presbítero é transformado em instrumento vivo de Cristo, Eterno Sacerdote, a fim de completar a obra admirável d'Ele.<sup>307</sup> A seu modo, o sacerdote faz as vezes do próprio Cristo, enriquecido por uma graça especial, apesar de sua limitação humana. Assim diz:

Como pois cada sacerdote, a seu modo, faz as vezes do próprio Cristo, é também enriquecido por uma graça peculiar, para que, no serviço dos homens a ele confiados e ao Povo de Deus todo, possa tender mais adequadamente à perfeição d'Aquele a quem representa, e para que a santidade d'Aquele que se fez por nós pontífice santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores (Hb. 7, 26), possa remediar a fraqueza do homem carnal.<sup>308</sup>

#### 4.3 O Magistério dos Papas pós-concílio Vaticano II

Paulo VI, em sua Carta Encíclica *Sacerdotalis caelibatus*, sobre o celibato sacerdotal, reitera que o sacerdote ordenado é configurado a Cristo e, assim como Cristo amou a Igreja e por ela se entregou, também o sacerdote é convidado a fazer o mesmo. Por isso diz:

Conquistado por Cristo Jesus (Fl 3, 12) até ao abandono total de si mesmo a Ele, o sacerdote configura-se mais perfeitamente a Cristo, também no amor com que o eterno Sacerdote amou a Igreja seu Corpo, oferecendo-se inteiramente por ela, para a tornar Esposa sua, gloriosa, santa e imaculada (cf. Ef 5, 25-27). A virgindade consagrada dos sacerdotes manifesta, de fato, o amor virginal de Cristo para com a Igreja e a fecundidade virginal e sobrenatural desta união em que os filhos de Deus não são gerados pela carne e pelo sangue (Jo 1, 13).<sup>309</sup>

---

<sup>307</sup> Cf. PO 12.

<sup>308</sup> PO 12.

<sup>309</sup> SCa 26.

O Papa reitera que o sacerdote é Cristo presente no meio da comunidade dos fiéis e exorta que o mesmo possa reproduzir a imagem d'Ele em seu ministério, ou seja, personificar a Jesus Cristo:

Na comunidade dos fiéis tomados aos seus cuidados, o sacerdote é Cristo presente; daqui a suma conveniência de que ele reproduza em tudo a imagem de Cristo e lhe siga o exemplo, tanto na vida íntima como na vida do próprio ministério. Para os seus filhos em Cristo, o sacerdote é sinal e penhor das realidades sublimes e novas do reino de Deus, das quais é distribuidor, possuindo-as em si no grau mais perfeito e alimentando a fé e a esperança de todos os cristãos, que, como tais, são obrigados à observância da castidade segundo o próprio estado.<sup>310</sup>

Na exortação *Pastores Dabo Vobis*, o Papa, já na introdução desse escrito, salienta:

Por isso, as preocupações e as reflexões deste Sínodo dos Bispos, de 1990, foram dedicadas ao incremento das vocações ao presbiterado, à sua formação para que os candidatos conheçam e sigam Jesus, preparando-se para celebrar e viver o sacramento da Ordem que os configura a Cristo, Cabeça e Pastor, Servo e Esposo da Igreja, à especificação dos itinerários de formação permanente capazes de ajudar, de modo realista e eficaz, o ministério e a vida espiritual dos sacerdotes.<sup>311</sup>

João Paulo II salienta que o presbítero encontra sua verdadeira identidade na participação e continuação do ministério de Cristo e deve, por assim dizer, ser a imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. Assim escreve:

Enquanto mistério, a Igreja é essencialmente relativa a Jesus Cristo: é, de fato, a plenitude, o Corpo, a Esposa dele. É o sinal e o memorial vivo da sua permanente presença e ação entre nós e para nós. Por isso o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo sumo e único Sacerdote da nova

---

<sup>310</sup> SCa 31.

<sup>311</sup> PDV 3.

e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. O sacerdócio de Cristo, expressão da sua absoluta novidade na história da salvação, constitui a fonte única e o insubstituível paradigma do sacerdócio do cristão, e, especialmente, do presbítero. A referência a Cristo é, então, a chave absolutamente necessária para a compreensão das realidades sacerdotais.<sup>312</sup>

Na mesma exortação, o Papa reitera que o sacerdote é o representante de Cristo na Igreja, que participa de modo específico e autorizado na consagração e na missão de Cristo. Assim sendo, enquanto representante de Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não apenas na Igreja, mas perante ela.<sup>313</sup>

Assim, pela sua própria natureza e missão sacramental, o sacerdote surge, na estrutura da Igreja como sinal da prioridade absoluta e gratuidade da graça, que à Igreja é oferecida por Cristo ressuscitado. Através do sacerdócio ministerial, a Igreja toma consciência, na fé, de não vir de si mesma, mas da graça de Cristo no Espírito Santo. Os apóstolos e seus sucessores, como detentores de uma autoridade que lhes vem de Cristo Cabeça e Pastor, são colocados - juntamente com o seu ministério - perante a Igreja como prolongamento visível e sinal sacramental de Cristo no seu próprio estar diante da Igreja e do mundo, como origem permanente e sempre nova da salvação, Ele que é o salvador do seu corpo (Ef 5, 23).<sup>314</sup>

Referindo-se à consagração do sacerdote e sua missão, o documento pontifício ressalta o agir do presbítero na pessoa de Cristo, *in persona Christi*. Assim diz:

O texto do Concílio vai mais além, pondo em destaque alguns elementos necessários para definir o conteúdo da especificidade da vida espiritual dos presbíteros. Trata-se de elementos que se relacionam com a consagração própria dos presbíteros, a qual os configura a Jesus Cristo Cabeça e Pastor da Igreja; com a missão ou ministério típico dos próprios presbíteros, que os habilita e compromete a serem instrumentos vivos de Cristo eterno Sacerdote e a agir em nome e na pessoa do próprio Cristo; com a sua vida inteira, vocacionada para manifestar e testemunhar de modo original a radicalidade evangélica.<sup>315</sup>

---

<sup>312</sup> PDV 12.

<sup>313</sup> Cf. PDV 16.

<sup>314</sup> Ibidem.

<sup>315</sup> PDV 20.

Mas, com toda a certeza, o texto fundamental da argumentação do sumo pontífice, referindo-se ao sacerdote como outro Cristo no mundo, chamado a ser, a exemplo de Cristo, o esposo da Igreja, encontra-se no número 22 da exortação de João Paulo II. Assim relata:

A entrega de Cristo à sua Igreja, fruto do seu amor, está conotada com aquela dedicação original que é própria do esposo no seu relacionamento com a esposa, como por mais de uma vez sugerem os textos sagrados. Jesus é o verdadeiro Esposo que oferece o vinho da salvação à Igreja (cf. Jo 2, 1-11). Ele, que é cabeça da Igreja (...) e salvador do seu corpo (Ef 5, 23), amou a Igreja e se entregou a si mesmo por ela, a fim de a tornar santa, purificando-a por meio do banho da água acompanhado da palavra, de modo a fazer aparecer diante de si a Igreja resplandecente, sem mancha nem ruga ou qualquer coisa de semelhante, mas santa e imaculada (Ef 5, 25-27). A Igreja é efetivamente o Corpo, no qual está presente e operante Jesus Cristo Cabeça, mas é também a Esposa, que surge como nova Eva do lado aberto do Redentor sobre a cruz: por isto mesmo, Cristo está diante da Igreja, alimenta-a e cuida dela (Ef 5, 29) com o dom da sua vida. O sacerdote é chamado a ser imagem viva de Jesus Cristo, Esposo da Igreja: certamente ele permanece sempre parte da comunidade como crente, juntamente com todos os outros irmãos e irmãs convocados pelo Espírito, mas por força da sua incorporação a Cristo Cabeça e Pastor, encontra-se na referida posição de esposo perante a comunidade. Enquanto representa a Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não só na Igreja, mas perante a Igreja. Portanto, ele é chamado, na sua vida espiritual, a reviver o amor de Cristo Esposo na sua relação com a Igreja Esposa. A sua vida deve iluminar-se e orientar-se também por este tratamento nupcial que lhe exige ser testemunha do amor nupcial de Cristo, ser, por conseguinte, capaz de amar a gente com um coração novo, grande e puro, com um autêntico esquecimento de si mesmo, com dedicação plena, contínua e fiel, juntamente com uma espécie de ciúme divino (cf. 2 Cor 11, 2), com uma ternura que reveste inclusivamente os matizes do afeto materno, capaz de assumir as dores de parto até que Cristo seja formado nos fiéis (cf. Gal 4, 19).<sup>316</sup>

Sobre a importância do celibato, João Paulo II novamente reafirma a configuração do presbítero ao Cristo Sacerdote, Cabeça e Esposo da Igreja. Assim diz:

---

<sup>316</sup> PDV 22.

É particularmente importante que o sacerdote compreenda a motivação teológica da lei eclesial do celibato. Enquanto lei, exprime a vontade da Igreja, antes mesmo que seja expressa a vontade do sujeito através da sua disponibilidade. Mas a vontade da Igreja encontra a sua motivação última na conexão que o celibato tem com a Ordenação sagrada, a qual configura o sacerdote a Cristo Jesus, Cabeça e Esposo da Igreja. Esta, como Esposa de Cristo, quer ser amada pelo sacerdote do modo total e exclusivo com que Jesus Cristo Cabeça e Esposo a amou. O celibato sacerdotal é, então, o dom de si em e com Cristo à sua Igreja e exprime o serviço do presbítero à Igreja no e com o Senhor.<sup>317</sup>

Na encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, João Paulo II lembra que o sacerdote ministerial realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo *in persona Christi*. Isso já estava radicado no Magistério:

Como já tive oportunidade de esclarecer noutras ocasiões, a expressão *in persona Christi* « quer dizer algo mais do que “em nome”, ou então “nas vezes” de Cristo. *In persona*, isto é, na específica e sacramental identificação com o Sumo e Eterno Sacerdote, que é o Autor e o principal Sujeito deste seu próprio sacrifício, no que verdadeiramente não pode ser substituído por ninguém.<sup>318</sup>

Em suas cartas dirigidas aos sacerdotes por ocasião das quintas-feiras santas de cada ano de seu pontificado, João Paulo II freqüentemente usa a expressão *in persona Christi*. O sacerdote foi ordenado para agir em nome de Cristo Cabeça levando o ser humano a experimentar a vida nova que Cristo veio trazer, através do ministério da Palavra, do perdão, do Pão da vida, congregando as pessoas a formar o Corpo de Cristo.<sup>319</sup>

Assim, destaca a dimensão da identificação do sacerdote com Cristo sacerdote e a configuração de cada sacerdote com o sacerdócio de Jesus Cristo, além de lembrar que cada sacerdote se torna, por causa de sua ordenação, sinal vivo de Jesus Cristo. Ele age em

---

<sup>317</sup> PDV 29.

<sup>318</sup> EE 29.

<sup>319</sup> JOÃO PAULO II, Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa, São Paulo: Loyola, 1986, n. 10.

nome de Cristo e faz as vezes do Cristo sacerdote, portanto, é o próprio Cristo quem age na figura sacerdotal.<sup>320</sup>

O Papa relaciona o agir *in persona Christi* com a Eucaristia. “Agindo *in persona Christi*, como administradores dos mistérios de Deus (1Cor 4, 1), somos conscientes da dimensão universal do sacrifício eucarístico.”<sup>321</sup> Em 1994, voltando a refletir sobre o mesmo tema diz:

Na verdade, para nós presbíteros, o Sacerdócio constitui o supremo dom, uma chamada particular a participar no mistério de Cristo, que nos confere a sublime possibilidade de falar e agir em Seu nome. Todas as vezes que celebramos a Eucaristia, esta possibilidade torna-se realidade. Agimos *in persona Christi* quando, no momento da consagração, pronunciamos as palavras: Isto é o meu Corpo que será entregue por vós (...).<sup>322</sup>

Dois anos mais tarde, o Papa, ao referir-se à vocação sacerdotal, recorre à Sagrada Escritura e cita Pedro e os outros Apóstolos como aqueles que conviviam com Jesus e tiveram a revelação de que a sua vocação consistia em tornarem-se sacerdotes com Ele e n’Ele. Ao confiar o memorial do seu sacrifício aos Apóstolos, Cristo tornou-os também participantes do seu sacerdócio. A vocação ao sacerdócio é, pois, uma vocação a oferecer *in persona Christi* o sacrifício, em virtude da participação no seu sacerdócio.<sup>323</sup>

O próprio Cristo foi quem instituiu o sacramento da Ordem e o sacerdote age na pessoa d’Ele. João Paulo II faz uma recordação de Maria, Mãe de Jesus Cristo, ao referir-se às mães de todos os sacerdotes.

---

<sup>320</sup> Ibidem, 1985, n. 1.

<sup>321</sup> Ibidem, 1989, n. 8.

<sup>322</sup> Ibidem, 1994, n. 1.

<sup>323</sup> Cf. ibidem, 1996, n. 4.

Para nós, enquanto sacerdotes, a Última Ceia é um momento particularmente sagrado. Ao dizer aos Apóstolos: Fazei isto em minha memória (1Cor 11, 24), Cristo instituiu o sacramento da Ordem. Para a nossa vida de presbíteros, aquele é um momento marcadamente cristocêntrico: recebemos, com efeito, o sacerdócio de Cristo-Sacerdote, o único Sacerdote da Nova Aliança. Mas, ao pensarmos no sacrifício do Corpo e do Sangue, que é oferecido por nós *in persona Christi*, é difícil não divisar nele a presença da Virgem Mãe. Maria deu a vida ao Filho de Deus - da mesma forma que as nossas mães o fizeram a nós -, para que Ele Se oferecesse e também nós nos oferecêssemos em sacrifício com Ele, mediante o ministério sacerdotal.<sup>324</sup>

O Papa recorda o sacerdote como aquele que personifica a Jesus Cristo e evoca para tanto o testemunho de Francisco de Assis. Assim diz:

Por isso, apesar de todas as fragilidades dos seus sacerdotes, o povo de Deus continuou a crer na força de Cristo, que age através do seu ministério. A este respeito, como não lembrar o esplêndido testemunho de S. Francisco de Assis? Ele, que por humildade não quis ser sacerdote, deixou expresso no seu Testamento a sua fé no mistério de Cristo presente nos sacerdotes, quando se declarou pronto a recorrer a eles mesmo se o tivessem perseguido, não fazendo caso do seu pecado. Assim faço — explicava — porque, do altíssimo Filho de Deus nada mais vejo corporalmente, neste mundo, senão o seu santíssimo corpo e santíssimo sangue, que somente eles consagram e administram aos outros.<sup>325</sup>

#### 4.4 Coordenadas sobre o presbítero identificado com Cristo-Esposo

A produção bibliográfica sobre o sacerdócio ministerial, a partir do Vaticano II, é muito ampla e valoriza de modo diverso a doutrina conciliar. Surge daí a necessidade de clarificar a identidade do presbítero, apoiando-se em suas funções ministeriais. Em uma linha de continuidade com as diversas expressões da crise e, como resposta, a nova

---

<sup>324</sup> Ibidem, 1995, n. 3.

<sup>325</sup> Ibidem, 2000, n. 6.

perspectiva de trabalho teológico consistiu em refletir sobre a contraposição entre o ontológico e o funcional, sobretudo a propósito do tema caráter.<sup>326</sup>

Nesta perspectiva, o Sínodo dos Bispos, em 1971, afirmou que é pela presença do ministério ordenado no seio da Igreja, que ela pode permanecer aberta em si mesma e sujeita a Cristo como à sua própria origem e à sua Cabeça.<sup>327</sup> Assim descreve o papel do presbítero:

O sacerdote é sinal do designo preveniente de Deus, hoje proclamado e eficaz na Igreja. Ele torna presente, sacramentalmente, Cristo Salvador do homem todo, entre os irmãos, tanto na sua vida pessoal como na social. Ele é a garantia não só da primeira proclamação do Evangelho para congregar a Igreja, mas também da ininterrupta Igreja já congregada.<sup>328</sup>

A Congregação para o Clero publicou, no ano de 1994, um diretório para o ministério e a vida do presbítero, reunindo o pensamento de diversos documentos do Magistério.<sup>329</sup> Logo no início o documento diz que a raiz sacramental da Ordem está na

<sup>326</sup> Cf. M. PONCE CUÉLLAR, op. cit., p. 323-324. Com esta problemática chega-se ao Sínodo dos Bispos em 1971. O elenco de dificuldades centra-se no *proprium* da pastoral no mundo em evolução, no fenômeno da secularização, na depreciação do aspecto cultural-sacramental, na relação entre bispos e presbíteros, na crise de confiança na Igreja, nos problemas da cultura moderna, etc. Cf. ibidem.

<sup>327</sup> É importante notar que o ministério, Palavra e Sacramento se encontram ligados entre si, pois, o ministério hierárquico, de uma parte depende da Palavra e dos Sacramentos; de outra, é ponto de referência para eles. Deles depende, enquanto encontra sua origem num sacramento – o da Ordem – e ainda porque não deve nunca apossar-se da Palavra ou substituir-se a ela e aos Sacramentos, mas sempre estar ao seu serviço. Por essa mútua e constitutiva referência, Palavra, Sacramento e ministério hierárquico vêm a formar um todo uno e articulado: são o único e, ao mesmo tempo, múltiplo sacramento da origem da Igreja do Cristo pascal, realidade concreta visível, através do qual o Ressuscitado, subtraído aos olhos dos discípulos até à realização final, gera continuamente a Igreja como seu Corpo no Espírito, capaz de prolongar sua missão no mundo. Cf. ibidem.

<sup>328</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *O Sacerdócio ministerial*, Petrópolis: Vozes, 1972, n. 34.

<sup>329</sup> Documentos como os do Concílio Ecumênico do Vaticano II: LG, OT, PO, CD. de Paulo VI a encíclica Sca, e de João Paulo II a PDV e as cartas por ocasião da quinta-feira santa, além das catequese, são alguns dos citados. Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 3.

união a Cristo, Sumo Sacerdote e Pastor, constituindo um vínculo ontológico específico.<sup>330</sup>

Dessa participação deriva a identidade sacerdotal. Assim diz:

A identidade do sacerdote deriva, portanto, da participação específica no Sacerdócio de Cristo, pelo qual o ordenado se torna, na Igreja e para a Igreja, imagem real, viva e transparente de Cristo Sacerdote, uma representação sacramental de Cristo Cabeça e Pastor. Através da consagração, o sacerdote recebe como dom um poder espiritual que é participação na autoridade com a qual Jesus Cristo, mediante o Seu Espírito, guia a Igreja. Esta identificação sacramental com o Sumo e Eterno Sacerdote insere especificamente o presbítero no mistério trinitário e, através do mistério de Cristo, na Comunhão ministerial da Igreja para servir o Povo de Deus.<sup>331</sup>

Sendo o sacerdócio ministerial a “imagem real, viva e transparente de Cristo sacerdote”<sup>332</sup>, logicamente, tem no Cristo sua identidade mais elementar, sem a qual não teríamos a pessoa do presbítero. Todavia, essa identidade precisa ser compreendida na sua totalidade, com todos os caracteres que a formam e, assim, também na sua conjugação com o ser da Trindade. O mesmo diretório expressa:

Se é verdade que todo o cristão, pelo Batismo, está em comunhão com Deus Uno e Trino, é também verdade que, em virtude da consagração recebida mediante o sacramento da Ordem, o sacerdote é colocado numa relação particular e específica com o Pai, com o Filho e com o Espírito Santo... A vida e o ministério do sacerdote são uma continuação da vida e ação do próprio Cristo.<sup>333</sup>

---

<sup>330</sup> Cf. PDV 11.

<sup>331</sup> CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, op. cit. n. 2.

<sup>332</sup> Ibidem.

<sup>333</sup> Ibidem, n. 3.

O diretório prossegue afirmando que a configuração a Cristo, e agindo *in persona Christi Capitis*, faz do sacerdote o ministro das ações salvíficas essenciais, anunciador das verdades necessárias à salvação e aquele que apascenta o povo de Deus, conduzindo-o rumo à santidade.<sup>334</sup> Em todos os sacramentos é o próprio Cristo que age em favor da Igreja, por meio do Espírito Santo invocado na sua potência eficaz pelo sacerdote celebrante *in persona Christi*.<sup>335</sup>

Associando os presbíteros à missão de colaboradores na missão dos bispos, exorta à fidelidade dos mesmos como ícones viventes do Cristo Esposo da Igreja. Assim devem entregar-se ao serviço por um amor maior a Cristo.

Os presbíteros que, em cada uma das comunidades locais de fiéis, tornam, por assim dizer, presente o Bispo, a que estão unidos mediante um confiante e generoso espírito, deverão ser fiéis à Esposa e, como ícones viventes do Cristo Esposo, tornar operante a multiforme doação de Cristo à sua Igreja. Para essa comunhão com Cristo-Esposo também o sacerdócio ministerial é constituído — como Cristo, com Cristo e em Cristo — naquele mistério de amor salvífico de que o matrimônio entre os cristãos é uma participação. Chamado por um ato de amor sobrenatural, absolutamente gratuito, o sacerdote deve amar a Igreja como Cristo a amou, consagrando a ela todas as suas energias e dando-se com caridade pastoral até dar quotidianamente a sua própria vida.<sup>336</sup>

Ressaltando a dimensão sponsal da relação de Cristo com a Igreja e, conseqüentemente, do sacerdote com a Igreja, o documento destaca a doação que deve haver no exercício pastoral, a exemplo de Cristo que doa a sua própria vida e exorta aos sacerdotes a unirem tudo a Cristo. Um conjunto de atenções são necessárias para além de garantir o testemunho de caridade cada vez mais transparente e eficaz, manifestar a

---

<sup>334</sup> Cf. *ibidem*, n. 7.

<sup>335</sup> Cf. *ibidem*, n. 10.

<sup>336</sup> *Ibidem*, n. 13.

profunda comunhão que deve estabelecer-se entre o presbítero e a sua comunidade, como prolongamento e atualização da comunhão com Deus, com Cristo e com a Igreja.

Pastor da comunidade o sacerdote existe e vive para ela; por ela reza, estuda, trabalha e se sacrifica; por ela está disposto a dar a vida, amando-a como Cristo, dirigindo para ela todo o seu amor e a sua estima, prodigando-se com todas as forças e sem limites de tempo por torná-la, à imagem da Igreja esposa de Cristo, cada vez mais bela e digna da complacência do Pai e do amor do Espírito Santo. Esta dimensão sponsal da vida do presbítero como pastor fará com que ele guie a sua comunidade, servindo com dedicação todos e cada um dos seus membros, esclarecendo as suas consciências com a luz da verdade revelada, defendendo com autoridade a autenticidade evangélica da vida cristã, corrigindo os erros, perdoando, sanando as feridas, consolando as aflições, promovendo a fraternidade.<sup>337</sup>

O diretório também dá enfoque à relação sponsal, citando o texto de Paulo aos Efésios e expondo que o presbítero, através da observância do celibato, torna a pastoral mais fecunda e eficaz:

A carta aos Efésios (cf. 5, 25-27) coloca em relação estreita a oblação sacerdotal de Cristo (cf. 5, 25) com a santificação da Igreja (cf. 5, 26), amada com amor sponsal. Inserido sacramentalmente neste sacerdócio de amor exclusivo de Cristo pela Igreja, sua Esposa fiel, o presbítero exprime com o seu empenho celibatário esse amor que se torna também fonte fecunda de eficácia pastoral.<sup>338</sup>

Também a Congregação para o Clero, na instrução *O Presbítero: Pastor e guia da comunidade paroquial*, ao distinguir o sacerdócio comum do sacerdócio ministerial, afirma

---

<sup>337</sup> Ibidem, n. 55.

<sup>338</sup> Ibidem, n. 58.

que pelo sacramento da ordem o presbítero age na pessoa de Cristo Cabeça e em nome da Igreja.<sup>339</sup>

O Catecismo da Igreja Católica resume o sacerdócio na Antiga<sup>340</sup> e na Nova Aliança<sup>341</sup> em Jesus Cristo. Seguindo a distinção feita na *Lumen Gentium*<sup>342</sup> entre o sacerdócio comum (pelo batismo) e o sacerdócio ordenado, o catecismo destaca que o sacerdote age na Igreja *in persona Christi Capitis*, ou seja, na pessoa de Cristo Cabeça.<sup>343</sup>

O sacramento da Ordem, assim como são Batismo e Crisma para todo o cristão, concede um caráter<sup>344</sup> espiritual indelével ao ordenado. Sobre os efeitos da Ordem reitera o catecismo:

Este sacramento configura Cristo por meio de uma graça especial do Espírito Santo, para servir de instrumento de Cristo à sua Igreja. Pela ordenação, a pessoa se habilita a agir como representante de Cristo, Cabeça da Igreja, em sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.<sup>345</sup>

---

<sup>339</sup> Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero, pastor e guia da comunidade paroquial*, 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 26-27. n. 6.

<sup>340</sup> “O povo eleito foi constituído por Deus como um reino de sacerdotes e uma nação santa (Ex 19, 6). Mas dentro do povo de Israel, Deus escolheu uma das doze tribos, a de Levi, reservando-a para o serviço litúrgico... Um rito próprio consagrou as origens do sacerdócio da antiga aliança. Os sacerdotes são aí constituídos para intervir em favor dos homens em suas relações com Deus, a fim de oferecer dons e sacrifícios pelos pecados” (Cat. 1539). “... a liturgia da Igreja vê no sacerdócio de Aarão e no serviço dos levitas, como também na instituição dos setenta anciãos, prefigurações do ministério ordenado da nova aliança” (Cat. 1541).

<sup>341</sup> “Todas as prefigurações do sacerdócio da antiga aliança encontram seu cumprimento em Jesus Cristo, único mediador entre Deus e os homens (1Tm 2, 5). Melquisedec, sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14, 18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5, 10; 6, 20), santo, inocente, imaculado (Hb 7, 16), que com uma única oferenda levou à perfeição, e para sempre, os que ele santifica (Hb 10, 14), isto é, pelo único sacrifício de sua Cruz”. Cat. 1544.

<sup>342</sup> Cf. LG 10.

<sup>343</sup> Cf. Cat. 1548.

<sup>344</sup> “A doutrina do caráter sacramental significa: a) O ordenado tem uma missão em nome de Cristo, reconhecida publicamente, uma posição na Igreja, que o forma em toda a sua existência. O caráter sacramental exprime uma missão objetiva na Igreja. b) O chamamento de Deus e sua missão têm caráter histórico. Deus permanece fiel. Por parte de Deus, o ordenado é assumido de uma vez para sempre para o serviço. Deus entra na situação e história do ordenado, abrindo-lhe espaço para a história humana”. U. ZILLES, op. cit., p. 410.

<sup>345</sup> Cat. 1581.

O documento da CNBB, *Vida e ministério do presbítero*, afirma que o presbítero está vitalmente inserido no Cristo Cabeça através de suas funções profética, sacerdotal e pastoral e gera, pela Palavra, pelos sacramentos e pela caridade, a comunidade cristã, contribuindo para desenvolver nela a tríplice dimensão da missão de Cristo – profeta, sacerdote e pastor – garantindo sua unidade.<sup>346</sup>

O sacerdócio de Cristo, como mediação entre Deus e os homens, não admite suplentes nem sucessores. Cristo é sacerdote para sempre, o único Sacerdote da nova aliança. Portanto, a ordenação sacerdotal não confere somente uma capacitação para a responsabilidade pública na realização de tarefas eclesiais, nem mesmo uma mera delegação da comunidade, senão que habilita para representar o Cristo (*repraesentatio Christi*). Por isso o uso da expressão *in persona Christi* (na pessoa de Cristo) e, as vezes também, a expressão *in nomine Ecclesiae*, ou seja, em nome da Igreja.<sup>347</sup>

Illanes, em seu livro *Laicado y sacerdócio*, faz uma boa síntese: o sacerdote é o ministro e o instrumento do qual se serve Deus para se fazer presente na Igreja e comunicar-lhe a vida. Segundo o mesmo autor, a relação do sacerdote a Cristo pode ser resumida em cinco pontos, a saber:

- a) Por meio do sacerdote, Cristo se faz presente na Igreja como Cabeça que transmite a vida ao corpo. O sacerdote representa a Cristo, pois atua *in persona Christi capitis*: através da palavra e das ações sacerdotais, atua Cristo mesmo com toda a força santificadora. Há uma verdadeira identificação entre o sacerdote e Cristo;

---

<sup>346</sup> DOCUMENTOS DA CNBB, *Vida e Ministério do presbítero*, São Paulo: Paulinas, 1981, n. 20, p. 195-203.

<sup>347</sup> Cf. M. PONCE CUÉLLAR, op. cit., p. 365-366. Álvaro del Portillo em seus *escritos sobre el sacerdocio* confirma o sacerdote como aquele que personifica a presença de Cristo no meio do povo mediante a ação específica de seu ministério: proclamação autêntica da Palavra, educar o povo na fé, para discernir os autênticos carismas dos fiéis e conduzir a cada cristão à maturidade da idade perfeita (cf. Ef 4, 13), isto é, a seguir a sua própria vocação segundo o Evangelho, sendo levado a uma caridade sincera e prática. A. DEL PORTILLO, *Escritos sobre el sacerdocio*, Madrid: Ediciones Palabra, 1990, p. 111-112.

- b) Essa presença de Cristo no sacerdote – e, portanto essa identificação entre o sacerdote e Cristo – se situa ao nível de sacramental-objetivo. A graça é comunicada em virtude da presença viva e imediata de Cristo e do Espírito Santo que, na ação sacerdotal, atuam de modo direto e íntimo em cada cristão. Precisamente, porque é Cristo quem atua, independentemente da falta de santidade do ministro, ou seu pecado, que não invalidam a ação santificadora;
- c) Uma discordância entre o nível sacramental-objetivo e a disposição existencial subjetiva do ministro não priva de eficácia o rito, pois é Cristo quem realiza a obra;
- d) A coerência entre o sacramental e o existencial. A recepção do sacramento da Ordem e o exercício do ministério situam o sacerdote em um horizonte de perene, pessoal e viva incorporação ao mistério de Cristo;
- e) Ao ser ministro de Cristo-cabeça, o sacerdote deve seguir e imitar a Cristo de maneira que, em todos os momentos, seja sinal do amor que Cristo tem pela Igreja e que através dele atua.<sup>348</sup>

Jesus Cristo é Cabeça da Igreja, Seu Corpo. Como Cabeça, constrói, unifica e coordena a Igreja. O sacerdócio ministerial encontra o seu fundamento próprio no chamamento que Jesus dirige a alguém, para que se faça seu instrumento no exercício dessa particular função. Mediante a consagração sacramental, o sacerdote é configurado a Jesus Cristo enquanto Cabeça e Pastor da Igreja, para que se torne visível a Sua presença e Sua atividade salvífica.<sup>349</sup> Isto não torna alguém mais Igreja do que outro, porque todos nós somos membros do Corpo de Cristo; torna-o, porém, de modo mais particular, servidor: de Cristo e da Igreja, ou seja, o sacerdócio ministerial assume a tarefa de garantir, tornando-o

---

<sup>348</sup> Cf. J. ILLANES, *Laicado y sacerdocio*, Barañáin – Espanha: EUNSA, 2001, p. 298-300.

<sup>349</sup> Cf. PO 2; 12; PDV 21.

visível e atualizando-o, o serviço de Cristo-Cabeça, que está inteiramente dedicado ao cuidado e crescimento de Seu Corpo.<sup>350</sup>

Na ordenação sacerdotal realiza-se a chamada de pertencer a Cristo, através de uma particular configuração a Ele. Em virtude desta realização misteriosa, o sacerdote é chamado a fazer as vezes da Pessoa de Jesus, Sumo Sacerdote, que glorifica o Pai e salva o mundo, comunicando-lhe a vida divina. Com efeito, o sacerdote, enquanto ministro de Cristo, é ele próprio na medida em que, na Igreja, não age por si mesmo, mas como instrumento de Cristo. Ele, por conseguinte, é ele próprio, sendo outro, isto é, Jesus.<sup>351</sup>

O sacramento da Ordem não destina alguém a representar o sacerdote, mas sim, o faz ser sacerdote, instrumento de Cristo, conformado a Cristo: ser com Cristo, de Cristo e como Cristo. Isto encontra seus momentos culminantes e mais significativos quando da pregação e a celebração dos sacramentos, sobretudo a Eucaristia e a Penitência.<sup>352</sup>

Zilles destaca as funções do ministério eclesial<sup>353</sup>, dentre elas, o serviço sacramental. Assim diz:

No exercício do ministério eclesial, o ministro ordenado age *in persona Christi*, torna visível no meio da comunidade dos fiéis a presença de Cristo como chefe da Igreja. Isso, todavia, não significa que o bispo, o sacerdote e o diácono estejam imunes de todas as fraquezas humanas... Deus serve-se de instrumentos fracos para que, em primeiro plano, não esteja a vaidade humana, mas a sua graça.<sup>354</sup>

<sup>350</sup> Cf. J. TERRA, “O dom do Sacerdócio”, in: *Atualização*, Belo Horizonte, n. 263, set/out. 1996, Ano XXVI, p. 480-481.

<sup>351</sup> Cf. J. MARTINS TERRA, *ibidem*, p. 482. “A nossa identidade tem a sua fonte mais remota na caridade do Pai. Ao Filho, por ele enviado, Sumo Sacerdote e Bom Pastor, estamos unidos sacramentalmente com o sacerdócio ministerial por ação do Espírito Santo. A vida e o ministério do sacerdote são a continuação da vida e da ação do próprio Cristo. Esta é a nossa identidade, a nossa verdadeira dignidade, a fonte da nossa alegria, a certeza da nossa visa.” PDV 18.

<sup>352</sup> Cf. J. MARTINS TERRA, *ibidem*, p. 482.

<sup>353</sup> Limitando-se aos ministérios que implicam ordenação sacramental: diaconato, presbiterato e episcopado o autor situa-os dentro da missão da Igreja que pode ser resumida na palavra *evangelização*. Resume em três tarefas fundamentais a missão do ministério ordenado: o serviço da Palavra, o serviço sacramental e o serviço pastoral. U. ZILLES, *op. cit.*, p. 399-402.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 402.

A missão de Jesus Cristo se prolonga na Igreja, o qual atua como Cabeça, Esposo, Servo e Pastor. Existe por isso, um componente de autoridade necessário de modo a estar à frente da Igreja a ponto de, em uma atitude esponsal, entregar a própria vida. Bom Pastor, Esposo, Cabeça, Servo, são as coordenadas de uma relação sacerdotal de Cristo a respeito da Igreja. Por isso, a ação de governo do presbítero deve se realizar com uma autoridade serviçal,<sup>355</sup> pois se encontra na igreja e para a Igreja e por isso nunca deverá usá-la em interesse próprio.<sup>356</sup>

Desse modo, derivam-se e configuram-se a identidade e a missão do presbítero. A referência a Cristo, com base no chamado pessoal, é a chave da auto-compreensão do presbítero. O sacramento da Ordem configura com Cristo, Cabeça e Pastor, Servo e Esposo da Igreja. Essa ótica nasce do modo de relacionar-se do presbítero com a Igreja, ou seja, ele atua *in persona Christi*.<sup>357</sup>

A capacitação para atuar *in persona Christi* realiza-se em virtude da consagração do presbítero, pois ressalta o caráter sagrado de sua identidade e significa para a Igreja uma prioridade absoluta e gratuidade desse dom outorgado. Em virtude da unção, o presbítero recebe a força para a missão de ser cabeça e esposo em seu serviço eclesial. A referência eclesial é constitutiva da identidade presbiteral, porém não prioritária, já que seu ministério tem precedência em Cristo. Desse modo, o presbítero tem com a Igreja a mesma relação que teve o ministério apostólico, ou seja, nem antes, nem depois, mas em mútuo envolvimento.<sup>358</sup>

---

<sup>355</sup> “É a partir deste tipo de autoridade, quer dizer, do serviço à Igreja, que a existência espiritual de todos e de cada um dos sacerdotes é animada e vivificada, exatamente como exigência da sua configuração a Jesus Cristo Cabeça e Servo da Igreja.” PDV 21.

<sup>356</sup> Cf. PROFESORES DE LA FACULTAD DE TEOLOGÍA DE BURGOS (Dir), *Diccionario del sacerdocio*, Madrid: BAC, 2005, p. 379.

<sup>357</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>358</sup> Cf. *ibidem*. “Não se deve, pois, pensar no sacerdócio ordenado como se fosse anterior à própria Igreja, porque ele existe totalmente em função do serviço da mesma Igreja; nem muito menos se pode pensar como posterior à comunidade eclesial, de modo que esta pudesse ser concebida como já constituída independentemente de tal sacerdócio. O relacionamento do sacerdote com Jesus Cristo e, nele, com a Igreja, situa-se no próprio ser do presbítero, em virtude da sua consagração/unção sacramental, e no agir, isto é, na

A Igreja é o Corpo de Cristo. Necessário se faz não confundir o Corpo de Cristo com a sua Cabeça. Para evidenciar essa diferença, Deus serve-se do ministério hierárquico. Escolhe dentro da Igreja alguns homens, que em relação à Igreja sejam de modo particular presença de Cristo e confia-lhes uma missão.<sup>359</sup>

Através do ministério ordenado Jesus une a Igreja a Si e por dentro de si mesmo. Para poder unir a Igreja a Deus os ministros ordenados são dotados do carisma de poder agir *in persona Christi* para a edificação de seu Corpo (dimensão sacerdotal); para garantir a unidade da Igreja com suas origens são dotados do carisma de ensinar com autoridade (dimensão profética); para manter unida a Igreja na sua missão no mundo são dotados do carisma de guiar a vida da comunidade (dimensão pastoral).<sup>360</sup>

A função específica do ministério ordenado na Igreja é ser a presença particular de Cristo. Afirmar isso não significa reconhecer apenas o papel essencial das pessoas escolhidas para essa missão, senão relacionar ao máximo as mesmas com Deus, ou seja no seu exercício de seu ministério e elas são com efeito chamadas a serem outro Cristo.<sup>361</sup>

Os textos da Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis* orientam na direção do presbítero como representante de Cristo na qualidade de Cabeça e Pastor e acrescenta também a de Esposo.<sup>362</sup> Este fazer-se presente a Cristo como Cabeça, Pastor e Esposo

sua missão ou ministério... Assim, pela sua própria natureza e missão sacramental, o sacerdote surge, na estrutura da Igreja, como sinal da prioridade absoluta e gratuidade da graça, que à Igreja é oferecida por Cristo ressuscitado.” PDV 16.

<sup>359</sup> H. HEINZ; H. BLAUMEIZER, “Os ministérios e os carismas”, in: *A Igreja, salvação do homem*, São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986, p. 198.

<sup>360</sup> Cf. *ibidem*, p. 201.”o ministério hierárquico, e portanto o carisma ministerial em sentido pleno, só o possui o bispo. Só ele, com efeito, distinguido pela plenitude do sacramento da Ordem é sucessor dos Apóstolos. Ele, pois, é o verdadeiro responsável pela Igreja local, conta, porém, com certos colaboradores, os presbíteros ou sacerdotes, seu auxílio e instrumentos, os quais, em virtude da ordenação, participam também eles do Sacerdócio de Cristo e formam com seu bispo um único presbitério. Para outras tarefas, o bispo é ajudado pelos diáconos, ordenados não para o sacerdócio, mas para o ministério. *Ibidem*, p. 202.

<sup>361</sup> Cf. *ibidem*, p. 204-205.

<sup>362</sup> “Enquanto representa a Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não só na Igreja, mas perante a Igreja.” PDV 22.

indica o modo próprio como o sacerdócio ministerial participa do sacerdócio de Cristo, diversificando-se da participação própria do sacerdócio dos fiéis.<sup>363</sup>

A maneira especial pela qual a Igreja se realiza como um todo está no assumir plenos poderes em nome de Cristo. O presbítero, na função de Cabeça, age em nome de todos os membros pertencentes à Igreja.<sup>364</sup> Ele opera *in persona Christi Capitis* diante da comunidade dos fiéis.

Odo Casel, ao afirmar em seu escrito a doutrina da Igreja como Esposa de Cristo, considera o presbítero como representante de Cristo e diz que, na hierarquia da Igreja, o cristão pode ver, diante de si, o mesmo Cristo, como Rei, Sacerdote e Mestre.<sup>365</sup> Como cristão, o sacerdote é membro da Esposa e, por isso, está submetido a Cristo; porém, dentro da Igreja, por sua consagração, representa o Cristo Esposo.<sup>366</sup>

Desde Cristo, a quem serve como ministro e, para tanto, fazendo as suas vezes e em seu nome, o presbítero colabora com o bispo na edificação do Corpo de Cristo que é a Igreja. A caridade pastoral deve fomentar na Igreja esposa o amor de Cristo esposo. Isso é para o presbítero um dever que exige e espera uma resposta de livre e total doação.<sup>367</sup> Essa entrega deve se dar da mesma forma com que Cristo fez por sua Esposa, a Igreja, ou seja, com amor incondicional a ponto de doar a própria vida.

A teologia do ministério presbiteral, tal qual proferida em Trento e aprofundada por escritos posteriores de Papas e pelo Concílio Vaticano II, está intimamente relacionada

---

<sup>363</sup> Cf. PONCE CUÉLLAR, Miguel. op. cit., p. 335

<sup>364</sup> Cf. J. FEINER; M. LÖHRER, *Mysterium Salutis*, Compêndio de dogmática histórico-salvífica, vol IV/4, Petrópolis: Vozes, 1977, p. 4.

<sup>365</sup> Antes dessa referência feita pelo autor, o mesmo destaca e diferencia a doutrina da Igreja como Esposa de Cristo em relação ao sacerdócio comum dos fiéis dizendo que todos fazem parte da obra redentora de Cristo e, portanto, são verdadeiros sacerdotes graças a unção recebida do único e verdadeiro Sumo Sacerdote. Citando a Trento, quando diz que o Senhor deixou em sua despedida à “sua querida Esposa, a Igreja” e seu sacrifício para ser “imolado e oferecido a Igreja por meio dos sacerdotes” (Sessão XXII), o autor exorta aos fiéis que possam nutrir os pensamentos e sentimentos mais íntimos da Igreja e possam sentir-se sujeitos e membros da mesma. Cf. O. Casel, op. cit., p. 102-103.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>367</sup> Cf. R. ARNAU-GARCÍA, *Orden y Ministerios*, op. cit., p. 204-205.

à autocompreensão da Igreja. A identidade sacerdotal deriva dessa participação específica no Sacerdócio de Cristo.

É importante hoje se ter presente a especificidade da identidade presbiteral em relação a Cristo (dimensão cristológica), em relação à Igreja (dimensão eclesiológica) e a união das duas com a Trindade (dimensão trinitária), para que o presbítero desempenhe sua missão de fiel colaborador dos bispos na missão de reger, governar e santificar.

Através de sua ação *in persona Christi Capitis*, o presbítero pelo ministério da Palavra, do perdão e do pão da vida, deve congregiar pessoas ao Corpo de Cristo, levando o ser humano a fazer uma experiência de Deus presente nesse mundo.

A ordenação confere uma participação na consagração e missão de Cristo, que pressupõe aquela precedida no batismo e no crisma, mas não a completa e, sim, a põe em um outro plano e concede um papel específico: o dever de cumprir na Igreja o serviço e a direção da fé, como representante de Cristo e como representante da Igreja. Assumindo o papel de ministro de Cristo, ele faz as vezes d'Ele, que continua presente na figura do sacerdote como Cabeça do Corpo místico, exercendo o poder de construir, santificar e governar a Igreja, exprimindo uma mediação descendente de Cristo profeta, sacerdote e rei.

## CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou a fundamentação da esponsalidade de Cristo com a Igreja como base da esponsalidade do presbítero com a Igreja, a partir de textos escriturísticos, patrísticos e do Magistério da Igreja, bem como outros escritos relevantes. A proposta era copilar dados que pudessem ser analisados e considerados para uma reflexão sobre o assunto, para ressaltar a importância da esponsalidade para a identidade do ministério ordenado, tendo como ponto de referência a relação esponsal de Cristo com a Igreja. Isso depende principalmente de dois fatores: por um lado, uma renovada visão da fé; por outro, uma renovada intenção de alcançar na teologia o mistério fontal da união nupcial de Cristo com a Igreja. Assim viu-se que:

1) O reconhecer-se como “esposa” deu a Israel um maior conhecimento do ser e do agir de Deus. Ele apresenta-se como o Esposo que ama e que quer uma resposta igual de sua amada esposa.

2) O povo sente esse amor sempre fiel da parte de Deus. Mesmo assim, muitas vezes, mantém-se infiel às promessas divinas. Diante disso, Deus pede o arrependimento da esposa por suas infidelidades e reafirma o pacto nupcial com ela, movido por seu imenso amor.

3) Essa Aliança com características nupciais pode ser compreendida desde a Criação, ao longo dos escritos veterotestamentários, nos escritos proféticos com uma visão de complementariedade e evolução no pensamento bíblico do Antigo Testamento.

4) Tudo aquilo que foi anunciado no Antigo Testamento sobre a imagem esponsalícia de Deus, em Jesus Cristo se tem pleno cumprimento, ou seja, Jesus é o Esposo da Igreja. Isso se comprova nos Evangelhos Sinóticos e em João, onde o próprio Cristo se apresenta como o Esposo e em suas parábolas se faz entender, mesmo que de maneira oculta, como a Nova Aliança com características nupciais, e no Apocalipse, o autor sagrado, apresenta as núpcias do Cordeiro, nas quais Cristo é o Esposo da Igreja e a Igreja (Jerusalém), a Esposa.

5) Nos escritos paulinos, de modo especial em Efésios 5, 22-32, usa-se a imagem do esposo e da esposa para tipificar e demonstrar a relação de Cristo com a Igreja. É numa Aliança, marcada pelo amor mútuo, que o Esposo entrega a sua vida por sua amada esposa, numa total doação de si mesmo. Pela sua morte, Cristo elevou à dignidade de esposa a Igreja, para que ela pudesse acolher seus filhos e torná-los santos.

6) Na interpretação de textos bíblicos, feita pelos autores do período da Patrística, oportunizou-se um desenvolvimento do tema esponsalício Cristo-Igreja, havendo uma nítida convergência de fatos e testemunhos quanto à evolução da consciência eclesial sobre a esponsalidade.

7) O sacramento do Batismo torna-se o mistério das núpcias de Cristo com a Igreja; e a Eucaristia, união do Cristo-Esposo com a Igreja-Esposa, a nutre, doando-se a Si mesmo.

8) A Igreja vista como Esposa de Cristo faz despertar na reflexão teológica um novo despertar eclesiológico.

9) O pensamento bíblico e a mística sacramental, no que tange à esponsalidade, estão ligados entre si com acentos místicos e litúrgicos.

10) O Concílio Vaticano II reafirmou doutrinas conciliares anteriores, de maneira especial, a de Trento e também de Papas, especialmente Pio XII.

11) Sobre a identidade do presbítero, o Concílio de Trento foi basilar para toda a doutrina desenvolvida e aprofundada pelo Magistério posterior. A partir da expressão *in persona Christi*, identificando o presbítero a Cristo como seu representante, chamado a atuar em Seu nome.

12) O presbítero, pelo sacramento da Ordem, é configurado a Cristo Sacerdote e chamado a edificar o Corpo de Cristo (a Igreja) como Cabeça, ou seja, *agere in persona Christi Capitis*. O agir do presbítero está intimamente ligado a Cristo e à Igreja, ou seja, no exercício de suas funções específicas, o presbítero age na pessoa de Cristo Cabeça e, do mesmo modo, como conseqüência, em nome da Igreja.

13) A missão de Jesus Cristo prolonga-se na Igreja e Ele se faz presente nela como Cabeça, Esposo, Servo e Pastor. O presbítero, agindo na Pessoa de Cristo, agrega também essas funções atuando na Igreja, Esposa de Cristo e, conseqüentemente, sua.

14) A referência eclesiástica é constitutiva da identidade presbiteral. Mesmo assim, o presbítero tem com a Igreja a mesma relação que teve o ministério dos apóstolos, ou seja, em mútuo envolvimento.

15) A função específica do ministério ordenado na Igreja é ser a presença especial de Cristo. Como tal, deve ser o mesmo capaz de manter uma relação sponsalícia com a Igreja, a ponto de entregar a sua vida por amor a causa de Cristo.

16) Enfim, num tempo de rápidas mudanças culturais e sociais que afrouxam o sentimento da tradição e deixam, sobretudo as novas gerações, expostas ao risco de perderem a ligação com as próprias raízes, o sacerdote é chamado a ser, na comunidade que lhe está confiada, o homem com a memória fiel de Cristo e de todo o seu mistério: a sua prefiguração no Antigo Testamento, a sua realização no Novo, o seu aprofundamento progressivo sob a guia do Espírito Santo. Além disso, Jesus diz: “Fazei isto em memória de Mim”. Por isso, a Eucaristia não recorda simplesmente um fato; recorda a Ele! Para o

sacerdote, o fato de repetir cada dia, *in persona Christi*, as palavras do memorial, é um convite a desenvolver uma espiritualidade da memória e saber que Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 Bibliografia utilizada nessa dissertação

ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. *Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1972.

ANTÓN, Angel. *La Iglesia de Cristo*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC); La editorial Católica S.A (EDICA S.A.), 1977.

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz. *A Minha Igreja*. São Paulo: Editora Cléofas, 2002.

ARNAU-GARCÍA, Ramón. *Llamó a los que él quiso*. Valencia - España: EDICEP-CB, 1999.

ARNAU-GARCÍA, Ramón. *Orden y Ministérios*. 2. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 2001.

BARTMANN, Bernardo. *Teologia Dogmática: A Redenção, a Graça e a Igreja*. Vol. II. São Paulo: Paulinas, 1962.

BAUER, Johannes B.; MARBÖCK, Johannes; WOSCHITZ, Karl M. *Dicionário Bíblico-Teológico*. São Paulo: Loyola, 2000.

BECKER, Von Karl J. *O ministério sacerdotal: Natureza e poderes do Sacerdócio segundo o Magistério da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1976.

BENI, Arialdo. *La nostra Chiesa*. 5. ed. riv. Roma: Libreria Editrice Fiorentina, 1987. (Nuova collana di teologia cattolica/2).

BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus caritas est*. 3. ed. São Paulo, Paulinas, 2006.

BERARDINO, Ângelo Di (org). *Dicionário patrístico e de antigüidades cristãs*. Trad. de Cristina Andrade. Petrópolis: Vozes, 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Português. Santos Evangelhos. Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra. Reimpressão corrigida. Braga: Edições Theologica, 1994.

BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição, rev. São Paulo: Paulus, 1995.

BÍBLIA. Português. Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994.

BONIFÁCIO VIII. *Bula Unam Sanctam*. Cf. DH 870.

BOUYER, L. *Diccionario de Teología*. Barcelona: Herder, 1990.

BROWN, Raymond E.; FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (dir). *Comentario Bíblico San Jerónimo*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1971.

CADILHAC, Jean. *Por que amar a Igreja*. São Paulo: Editora Santuário, 1998.

CASEL, Odo. *Misterio de la Ekklesia: La comunidad de todos los redimidos en Cristo*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1964.

CATARINA DE SENNA, *O Diálogo*. Trad. João Alves Basílio. São Paulo: Paulinas, 1984.

CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993

CERVERA, Jesus Castellano et alii. “A Igreja, Esposa de Cristo: nos Padres da Igreja e na Liturgia”. In: *A Igreja no seu Ministério/I*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1984. (Curso de Teologia/3).

CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Milenium Distribuidora Cultural Ltda, 1980.

CNBB. *Vida e Ministério do presbítero*. São Paulo: Paulinas, 1981.

COLLANTES, Justo (org). *A fé católica: Das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Lúmen Christi; Anápolis, GO: Diocese de Anápolis, 2003.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CONCILIO ECUMÊNICO DE TRENTO. Sessão XXII (17.09.1562). *Doutrina sobre o santíssimo sacrifício da missa*. Capítulo 1, Artigo 938. Cf. DH 1740.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração *Dominus Iesus: Sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero: mestre da Palavra, ministro dos Sacramentos e guia da comunidade em vista do 3º milênio*, São Paulo: Paulinas, 1999.

\_\_\_\_\_. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Presbítero, pastor e guia da comunidade paroquial*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FÉ. *El primado del sucesor de Pedro en el misterio de la Iglesia*. Madrid: Ediciones Palabra, 2003.

CONGREGAÇÃO PARA INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. Instrução *Verbi Sponsa* sobre a vida contemplativa e a clausura das monjas. São Paulo: Paulinas, 1999.

DEL PILAR RÍO, Maria. *Teología nupcial del Misterio redentor de Cristo*. Roma: Apollinari Studi, 2000.

DEL PORTILLO, Álvaro. *Escritos sobre el sacerdocio*. Madrid: Ediciones Palabra, 1990.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *El Magisterio de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1999.

DROBNER, Hubertus R. *Manual de Patrologia*. Trad. Orlando dos Reis; Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2003.

EICHER, Meter (dir.) *Dicionário de conceitos fundamentais de Teologia*. São Paulo: Paulus, 1993.

FABRIS, Rinaldo. *As cartas de Paulo III: Tradução e comentários*. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. *Matteo*. Roma: Edizione Borla, 1982.

FAVALE, Agostino. *Spiritualità del Ministero Presbiterale*. Roma: Libreria Ateneo Salesiano – LAS, 1985.

FEINER, Johannes; LÖHRER, Magnus (ed.). *Mysterium Salutis*, Compêndio de dogmática histórico-salvífica, Petrópolis: Vozes, 1975.

GALOT Jean. *Chi sei tu o Cristo?* Florença: Grafite Ediciones, 1979.

GOMES, Cirilo Folch. *Antologia dos Santos Padres*. 3. ed. rev. São Paulo: Paulinas, 1985.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. “A identidade do presbítero à luz da Pastores Dabo Vobis”, in: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 101, set. 1993, v. 23, p. 383-391.

\_\_\_\_\_. *Servir a Cristo na comunidade: o ministério presbiteral em Edward Schillebeeckx*. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. *A amada Igreja de Jesus Cristo: Manual de eclesiologia como comunhão orgânica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon. *Dicionário morfológico de língua portuguesa*. Vol. IV. São Leopoldo: Unisinos, 1984.

HEINZ; Hanspeter; BLAUMEIZER, Hubertus. “Os ministérios e os carismas”. In: *A Igreja, salvação do homem*, São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986. (Curso de Teologia/4).

ILLANES, Jose Luis. *Laicado y sacerdocio*. Barañáin – Espanha: Ediciones Universidad de Navarra S.A. (EUNSA), 2001.

IRENEU DE LIÃO. *Contra as heresias*: Denúncia e refutação da falsa gnose. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

JOÃO PAULO II, “A Igreja delineada como Esposa pelos Evangelhos”, in: *L’Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 50, 15 dez. 1991, p. 20.

\_\_\_\_\_. “A Igreja descrita por São Paulo como Esposa”, in: *L’Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, n. 51, 22 dez. 1991, p. 20.

\_\_\_\_\_. *A Igreja: 51 catequeses do Papa sobre a Igreja*. São Paulo: Editora Cléofas, 2001.

\_\_\_\_\_. Bula *Incarnationis Mysterium*, São Paulo: Paulinas, 1998.

\_\_\_\_\_. Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa, São Paulo: Loyola, 1985; 1986; 1989.

\_\_\_\_\_. Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa, São Paulo: Paulinas, 1994; 1995; 1996; 2000.

\_\_\_\_\_. *Carta às Famílias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*. São Paulo: Paulinas, 1988

\_\_\_\_\_. Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2003. (Coleção Documentos Pontifícios).

\_\_\_\_\_. Exortação Apostólica *Christifideles Laici*. São Paulo: Paulinas, 1990.

\_\_\_\_\_. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

JOÃO XXIII. Encíclica *Sacerdotii Nostri Primordia*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de João XXIII).

J.P. MIGNE (ed.) *Patrologiae cursus completus. Series Graecae*. 161 v. Paris, 1857-1866.

\_\_\_\_\_. *Patrologiae cursus completus. Series Latina*. 221 v. Paris, 1841-1864

KEENER, Craig S. *Comentário Bíblico Atos: Novo Testamento*. Belo Horizonte: Atos, 2004.

KIDNER, Derek. *Introdução e comentário aos livros I e II dos Salmos*. São Paulo: Edições Vida Nova; Editora Mundo Cristão, 1980.

KLOPPENBURG, Boaventura. *A eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.

LACOSTE, Jean-Yves (dir.). *Dicionário crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas;

Loyola, 2004.

L. BORRIELLO; E. CARUANA; M.R. DEL GENIO; N. SUFFI (dir). *Dicionário de Mística*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2003.

MAGNOLFI, Maria et alii. “A revelação do mistério da Igreja Esposa”. In: *A Igreja no seu Ministério/I*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1984. (Curso de Teologia/3).

McKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1983.

MISSAL Romano. Cotidiano da Assembléia Cristã. 6. ed. Rev e atualizada. São Paulo: Paulus, 1985.

MISSAL Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. Típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acrésc. Aprov. Pela Sé Apostólica. Missal Dominical. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

MONTERO, Alberto Sanguinetti. “La Iglesia Esposa”. In: *Ecclesia Tertii Millennii Advenientis*, Roma: Edizione Piemme, 1997.

NICOLAS, M. J. *Ser padre, dom e ministério*. São Paulo: Paulinas, 1989.

PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003.

PAULO VI. Carta Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos de Paulo VI).

PENNA Romano. *Il mysterion paolino*. Bréscia: Grafiche Dehoniane, 1978.

\_\_\_\_\_. *Lettera agli Efesini*. Bologna: Grafiche Dehoniane, 2001.

PIKAZA, Xabier; SILANES, Nereu (dir.). *Diccionario Teológico: o Deus Cristão*. São Paulo: Paulus, 1998.

PIO XI. Encíclica *Ad Catholici Sacerdotii*, DH 3755-3758.

PIO XII. Carta Encíclica *Mystici Corporis*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII).

\_\_\_\_\_. Carta Encíclica *Mediator Dei*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII).

\_\_\_\_\_. Exortação Apostólica *Menti Nostrae*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos de Pio XII)

PLAMPLIN, Richard T. *Jeremias: seu ministério, sua mensagem*, Rio de Janeiro: JERP, 1997.

PELLETIER, Anne-Marie. *O Cântico dos Cânticos*. São Paulo: Paulus, 1995. (Cadernos Bíblicos – 68).

PONCE CUÉLLAR, Miguel. *LLlamados a servir: teología del sacerdocio ministerial*. Barcelona: Herder,

PONTIFICAL ROMANO. Português. Ritual de ordenação de bispos, presbíteros e diáconos. São Paulo: Paulus, 2002.

PRIGENT, Pierre. *O Apocalipse*. Tradução Luis João Baraúna. São Paulo: Loyola, 1993.

PROFESORES DE LA FACULDAD DE TEOLOGÍA DE BURGOS (Dir). *Diccionario del sacerdocio*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 2005.

QUASTEN, Johanes. *Patrología I*. Madrid: Biblioteca dos Autores Cristianos (BAC), 1978.

RITTER, Pedro José. *Presbítero: homem de Deus na Igreja a serviço do mundo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

SANTIDRIÁN, Pedro R.; ASTRUGA, Maria del Carmem. *Dicionário dos Santos*. Tradução de Elizabeth dos Santos Reis. Aparecida: Editora Santuário, 2004.

SANTOS, Manoel Augusto. “A relação entre sacerdócio ministerial – sacerdócio comum e ministérios ordenados – ministérios não ordenados”, in: *Teocomunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 132, Jun. 2001, v. 31, p. 217-250.

SCARALE, Antônio et. alli. “O sacramento da ordem: a participação ministerial no sacerdócio de Cristo para a unidade e crescimento da Igreja”. In: *A Igreja, salvação do homem/II*. São Paulo: Cidade Nova, 1987. (Curso de teologia/5)

SCHÖKEL, Alonso Luís; DIAZ, Sicre J.L. *Profetas II*. São Paulo: Paulinas, 1991.

SCHÖKEL, Alonso Luís; CARNITI, Cecília. *Salmos I: Salmos 1-72*. Tradução, interpretação e comentário. São Paulo: Paulus, 1996.

SCHMAUS, Michael. *A fé da Igreja*. Vol. IV. Petrópolis: Vozes, 1983.

SÍNODO DOS BISPOS. *A Eucaristia: Fonte e Ápice da vida e missão da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Sacerdócio ministerial*., Petrópolis: Vozes, 1972.

STADELMANN, Luis. *Cântico dos Cânticos*. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Bíblica Loyola – 11).

TERRA, João Evangelista Martins. “O dom do Sacerdócio”. In: *Atualização*. Belo Horizonte, n. 263, set/out. 1996, Ano XXVI p. 479-492.

WEISER, Artur. *Os Salmos*. São Paulo: Paulus, 1994.

ZILLES, Urbano. *Os sacramentos da Igreja Católica*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Teologia – 4).

## 2 Bibliografia consultada

ALMEIDA, Antônio José de. *Igrejas locais e colegialidade episcopal*. São Paulo: Paulus, 2001.

ANTON, Angel. *El misterio de la Iglesia: evolución histórica de las ideas eclesiológicas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1987.

ARAGUENA, José Ramón Pérez. *La Iglesia: iniciación a la eclesiología*. Madrid: Rialp, 1998.

AUER, Johann.. *La Iglesia: sacramento universal de salvación*. Barcelona: Herder, 1986. (Curso de Teología Dogmatica).

BALTHASAR, Hans Urs Von. *Ensayos Teológicos: Verbum Caro*. Madrid: Castilla, 1964.

BENTO XVI. *Discurso a los cardenales, arzobispos, obispos y prelados superiores de la Curia Romana*. Roma, dez. 2006. Disponível em [http://www.vatican.va/holy\\_father/benecict\\_xvi/speeches/2006/december/documents](http://www.vatican.va/holy_father/benecict_xvi/speeches/2006/december/documents).

BLÁZQUEZ, Ricardo. *La Iglesia del Concilio Vaticano II*.

BUCKER, Bárbara Pataro. “O modelo eclesiológico da Esposa de Cristo e o documento de Santo Domingo”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira - REB 54*. Fasc. 216. Dez. 1994.

BUENO DE LA FUENTE, Eloy. *Eclesiología*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1998. (Sapientia fidei)

COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS. *Presbíteros do Brasil construindo história: instrumentos preparatórios aos Encontros Nacionais de Presbíteros*. São Paulo: Paulus, 2001.

CONGAR, Ives. *Ecco la Chiesa che amo! 2. ed.* Brescia: Queriniana, 1970.

FAVALE, Agostino. *I sacerdote nello spirito del Vaticano II*. Torino: Leumann, 1969.

FAYNEL, P. *La Iglesia*. Vol. I e II. Barcelona: Herder, 1992.

FONTES. Martins, *Dicionário escolar espanhol*. São Paulo:Klett, 2005.

FORTE, Bruno. *Introdução aos sacramentos*. São Paulo: Paulus, 1996.

\_\_\_\_\_. *La Chiesa della Trinità*. Milano: San Paolo, 1995.

GOURGUES, Michel. *As parábolas de Jesus em Marcos e Mateus: das origens à atualidade*. São Paulo: Loyola, 2004.

GUERRE, René. *Espiritualidade do sacerdote diocesano*. São Paulo: Paulinas, 1987.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. “Celibato sacerdotal: as motivações”. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 95, mar. 1992, v. 22, p. 133-144.

\_\_\_\_\_. *Jesus Cristo, nosso Redentor: iniciação à cristologia como soteriologia*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Coleção Teologia 7).

\_\_\_\_\_. “O celibato sacerdotal: história”. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 94, dez. 1991, v. 21, p. 545-551.

\_\_\_\_\_. “O presbítero diocesano no limiar de um novo milênio”. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 117, set. 1997, v. 27, p. 317-350.

\_\_\_\_\_. “O primado do Papa como ministério de unidade”. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 115, mar. 1997, v. 27, p. 3-22.

HOWARD-BROOK, Wes; GWYTHYR, Anthony. *Desmascarando o imperialismo: interpretação do Apocalipse ontem e hoje*. São Paulo: Paulus, 2003.

HUBBARD, David. A. *Oséias: introdução e comentário*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1993.

ILLANES, José Luis. *Espiritualidad y sacerdocio*. Madrid: Rialp, 1999.

JOÃO CRISÓSTOMO. *O sacerdócio*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Padres da Igreja I).

JOÃO PAULO II. *Carta às mulheres*. São Paulo: Paulinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Discursos e homilias no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Dom e ministério*. São Paulo: Paulinas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Levantai-vos! Vamos!* São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Varón y mujer: teología del cuerpo*. Madrid: Palabra, 1996.

JUNIOR, Mantel Evangelista dos Santos (org.). *Os pontífices*. São Paulo: Loyola, 2001.

KASPER, Walter. *Teología e Iglesia*. Barcelona: Herder, 1989.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Minha Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1971.

- MACIEL, Marcial. *La formación integral del sacerdote católico*. Roma: CES, 1990.
- MARINHO, Benedicto. "Sacerdos alter Christus". In: *Revista Eclesiástica Brasileira - REB* 3. Mar. a Jun.. 1941.
- MARITAIN, Jacques. *A Igreja de Cristo: a pessoa da Igreja e seu pessoal*. Rio de Janeiro: AGIR, 1972.
- MARTINI, Carlo M. *Presbíteros: pastores do povo*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- MAZZAROLO, Isidoro. *O Apocalipse: esoterismo, profecia, ou resistência*. Porto Alegre: EST, 1999.
- MOHLER, Johann Adam. *La unidad en la Iglesia*. Pamplona: Eunate, 1996.
- MORO, Celito. *A formação presbiteral em comunhão para a comunhão*. Aparecida: Santuário, 1997.
- PARDO, Jesús Simón. *La Iglesia de Jesucristo*. Madrid: Anzos, 1990.
- RODRÍGUES, Pedro (dir.). *Eclesiología: 30 años después de Lúmen Gentium*. Madrid: Rialp, 1994.
- POLITO, André Guilherme, *Michaelis: dicionário escolar italiano*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2003.
- RATZINGER, Joseph. *La Chiesa: una comunità sempre in cammino*. Torino: Paoline, 1991.
- SANTOS, Manoel Augusto dos Santos. *O primado pontifício: estudo sobre a fundamentação e significado do primado pontifício em vista da proposta do Papa João Paulo II na encíclica Ut unum sint*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Coleção Teologia 9).
- SAYÉS, José Antonio. *La Iglesia de Cristo*. Madrid: Palabra, 1979. (Curso de eclesiología).
- SCANZILLO, Ciriaco. *La Chiesa: sacramento di comunione*. Roma: Dehoniane, 1989.
- SCHEEBEN, Mattias Josef. *Los misterios del cristianismo*. Barcelona: Herder, 1964.
- SCHNEIDER, Theodor (org.). *Manual de dogmática*. 2. ed. Vol I. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Manual de dogmática*. 2. ed. Vol II. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SGARBOSSA, Rino. *La Chiesa come mistero di comunione*. Padova: Mensaggero di San Antonio, 1987.
- STEIN, Pedro Inácio. "O mistério do ministério presbiteral em João Paulo II". In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 152, jun. 2006, v. 36, p. 345-382.

STICKLER, Alfons M. *Il celibato ecclesiastico: la sua storia e i suoi fondamenti teologici*. Vaticano: Vaticana, 1994.

RAHNER, Karl. *Discipoli di Cristo: meditazioni sul sacerdozio*. Roma: Paoline, 1968.

\_\_\_\_\_. *Lettera aperta sul celibato: meditazioni teologiche*. Brescia: Queriniana, 1967.

\_\_\_\_\_. *Sul sacerdozio: meditazioni teologiche*. Brescia: Queriniana, 1967.

TEPE, Valfredo. *Presbítero, hoje?* Petrópolis: Vozes, 1994.

TOUZE, Laurent. *Célibat sacerdotal et théologie nuptiale de l'ordre*. Romae: Totaliter edita, 2002.

TRESE, Leo J. *A fé explicada*. 6. ed. São Paulo: Quadrante, 1995.

URIARTE, Juan Maria. *A espiritualidade do ministro presbiteral*. São Paulo: Loyola, 2000.

VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*. 4. ed. Salamanca: Sígueme, 2002.

VELASCO, J. García. *El sacerdocio en el plan de salvación*. Salamanca: Sígueme, 1974.

VELOSO, José Fernandes (org.). *O sacerdócio na voz dos Papas*. Petrópolis: Vozes, 1991.

WERBICK, Jürgen. *La Chiesa: un progetto ecclesiologicalo per lo studio e per la prassi*. Brescia: Queriniana, 1998.

WILGES, Irineu Silvio. "O sacerdócio da mulher". In: *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 37, mar. 1972, v. 12, p. 175-177.